

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA DAS MISSÕES, RS, BRASIL.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Janete Teresinha Reis

Santa Maria, RS, Brasil

2014

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DAS MISSÕES, RS, BRASIL.

Janete Teresinha Reis

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, na Área de Concentração de Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia e Geociências

Orientador: Prof^a. Dr^a Vera Maria Favila Miorin

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Reis, Janete Teresinha
MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA DAS MISSÕES, RS, BRASIL / Janete
Teresinha Reis.-2014.
119 f.; 30cm

Orientador: Vera Maria Favila Miorin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2014

1. Multifuncionalidade, agricultura familiar,
paisagem. I. Favila Miorin, Vera Maria II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA DAS MISSÕES, RS, BRASIL.**

elaborada por
Janete Teresinha Reis

como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia e Geociências

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vera Maria Favila Miorin Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Bernardo Sayão Penna e Souza Dr. (UFSM)

Erica Karnopp Dr^a. (UNISC)

Santa Maria, 26 de setembro de 2014.

*Dedico esta Dissertação, ao Meu
Avô Alberto Aloísio Reis (in
memorian).*

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

À Universidade Federal de Santa Maria, mais precisamente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências pela oportunidade da realização do Curso de Mestrado, em uma instituição pública e de qualidade.

À professora Vera Maria Favila Miorin pelas preciosas horas de orientação, amizade e profissionalismo.

Aos Professores da Universidade Federal de Santa Maria, sobretudo na pessoa do professor Bernardo S. Penna e Souza e Professor César de David, pelos ensinamentos e auxílio na definição da temática aqui apresentada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, na pessoa da secretária do PPGGEO: Fátima Liliane Fernandes Bonilla.

Aos professores e colegas do PPGGEO, por compartilharem sua experiência e conhecimentos durante a realização das disciplinas do Curso.

Aos órgãos Estaduais e municipais pelas informações e dados disponibilizados através da EMATER; Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de Campina das Missões, especialmente na pessoa de Adelaide Hoffmann; a Câmara de Vereadores do Município; a Prefeitura Municipal de Cândido Godói, especialmente aos senhores: Guerino Backes e Fausto Fank.

À Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho da cidade de Campinas das Missões.

Aos moradores de Campina das Missões pelas informações prestadas durante a realização das entrevistas e o longo tempo disponibilizado.

A todos, que direta ou indiretamente prestaram auxílio na concretização desta dissertação.

Aos meus pais e meu irmão, pelo incentivo, carinho e compreensão que se traduz em amor.

Em especial, ao meu marido Antonio Marcos e ao Juninho pelo amor, carinho e compreensão da minha ausência e apoio de todas as horas.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Município de Campina das Missões, RS, Brasil.

AUTORA: JANETE TERESINHA REIS

ORIENTADORA: VERA MARIA FAVILA MIORIN.

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 26 de setembro de 2014.

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar os papéis da multifuncionalidade da agricultura familiar na paisagem, considerando como *locus* o município de Campina das Missões - RS. A proposta teve, como estudo a diversidade de exploração econômica da terra pela propriedade familiar adotando-se a base metodológica da epistemologia com apoio no procedimento de investigação qualitativo em uma escala de dimensão municipal, Campina das Missões, RS. Assim, a pesquisa segue o aporte teórico-metodológico crítico-dialético, como caminho de orientação da investigação por revelar-se o mais adequado na condução dos estudos propostos. O principal motivo que levou os Campinenses a modificarem a paisagem deste *locus*, no decorrer dos anos, decorre das necessidades de aumento da renda familiar e de melhoria de condições de vida. Agregado a estes fatores, alterações da dinâmica natural dos elementos que compõe a paisagem interferindo nos recursos naturais. Assim, os diferentes estágios deste processo de modificação foram marcados por alterações que interferiram no meio, tanto positiva como negativamente. Contudo, o terceiro estágio orientado pela modernização da agricultura provocou mudanças ambientais significativas. Como consequência, os saberes culturais estão sendo adotados como perspectiva de melhoria das condições de renda familiar, sem deixar de lado a produção agrícola e pecuária, pelo menos para a subsistência. No entanto, muitos agricultores familiares estão investindo em outras funções, e, com a adoção da multifuncionalidade recorrem ao saber cultural para agregar valor a produção, e promovem a reorganização e transformação da paisagem local.

Palavras-chave: Multifuncionalidade, Agricultura familiar, Paisagem

ABSTRACT

Master's Thesis
Graduation Programme in Geography and Geosciences
Federal University of Santa Maria

Multifunctional aspects of family-based agriculture in the city of Campina das Missões, RS, Brazil.

Author: JANETE TERESINHA REIS
Professor Advisor: VERA MARIA FAVILA MIORIN.
Date and Place of Defense: Santa Maria, September 26, 2014.

The present research aimed at analyzing the roles of multifunctional family-based agriculture in the landscape, considering the city of Campina das Missões as the *locus* of this research. It was proposed the study of several aspects in the economic exploitation of land used for family agriculture, being adopted the line of epistemology as the methodology for the qualitative research at the city level. Being so, this research was grounded in a critical, dialectical, theoretical and methodological approach, as it was the most suitable for conducting the study proposed. The main reason that took the citizens of Campina das Missões to modify the landscape of this *locus* over the years is the need to increase their family income and to improve living condition. Changes in the natural dynamics of elements in the landscape interfering in the natural resources can be added up to that as well. So, different stages in this process were marked by alterations affecting the environment, both positively and negatively. However, the third stage, guided by the modernization of agriculture, set significant changes in the environment. Therefore, the cultural knowledge adopted is a way to improve the family income, without leaving aside the agricultural and livestock production, at least in a subsistence level. Nevertheless, many family farmers are investing in other areas, and being adopted the multifunctionality, they turn themselves to the cultural knowledge to add value to the production and promote the reorganizations and transformation of local landscape.

Key-words: multifunctionality, family-based agriculture, landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da área de estudo, do município de Campina das Missões, RS.....	10
Figura 2: Moradia de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul em 1922.....	41
Figura 3: Extração de madeira em 1922, para comercialização em Ijuí, RS ...	46
Figura 4: Colonos posam para foto com uma tora recém extraída, no interior da antiga colônia de Santa Cruz, início do século XX	47
Figura 5: Aplicação de inseticidas e colheita nas lavouras no Rio Grande do Sul	53
Figura 6: Atividades que contribuem na formação da renda dos agricultores familiares	60
Figura 7: Atividades desenvolvidas e participação percentual da agricultores no contexto geral	62
Figura 8: Transformação dos produtos pelos agricultores	63
Figura 9: Orientações técnicas para transformar a matéria-prima na agricultura.....	64
Figura 10: Área total explorada pelos agricultores familiares rurais.....	66
Figura 11: A especialização dos agricultores familiares rurais.....	67
Figura 12: Produção dos agricultores familiares rurais do município.	68
Figura 13: Período de atuação no mercado da agroindústria e o grau de instrução dos agricultores familiares rurais	69
Figura 14: Destino das embalagens de agrotóxicos e recomendações no uso	71
Figura 15: Mata nativa e exótica mantida pelos agricultores familiares	72
Figura 16: Proteção do solo para aumentar a fertilidade e prevenir da ação da chuva.....	74
Figura 17: Produção e comercialização dos derivados da cana-de-açúcar, Linha Teresa, Campina das Missões, RS.	79
Figura 18: Agroindústria de derivados de cana-de-açúcar, pães e leite, Linha Pio X, Campina das Missões, RS.....	80
Figura 19: Produção de vinhos e sucos pelo agricultor familiar rural, Linha Butiá Norte, Campina das Missões, RS	81
Figura 20: Produção artesanal de cuias, Linha Níquel, Campina das Missões, RS	82
Figura 21: Distribuição espacial dos agricultores e atividades multifuncionais no município de Campina das Missões, RS	83
Figura 22: Vista aérea da cidade de Campina das Missões e adjacências.....	84
Figura 23: Paisagens naturais transformados pelo ser humano em Campina das Missões, RS.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. ENFOQUES CONCEITUAIS: MULTIFUNCIONALIDADE E PAISAGEM...	19
1.1 Multifuncionalidade da agricultura familiar	19
1.1.1 Multifuncionalidade: uma função economicista para alguns autores.....	23
1.1.2 Agricultura familiar e suas múltiplas relações.....	27
1.2 Paisagem : conceitos e integração com a multifuncionalidade	31
1.2.1 Conceitos de paisagem.....	32
1.2.2 Paisagem no contexto da multifuncionalidade.....	36
2. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL EM RURAL.....	39
2.1 A chegada dos imigrantes e o desafio na derrubada da mata natural.....	39
2.2 Derrubada da mata com queimadas e o plantio de subsistência.....	44
2.3 Aumento da produção e presença da modernização nos antigos lotes coloniais	49
2.4 Domínio do lote colonial e o resgate dos saberes culturais adotando a multifuncionalidade.....	54
3. MULTIFUNCIONALIDADE E PAISAGEM RURAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DAS MISSÕES.....	58
3.1 Identificação da multifuncionalidade em Campina das Missões.....	58
3.1.1 Identificação da multifuncionalidade no meio rural	58
3.1.2 Conservação da paisagem e os estágios de mudanças produtivas.....	70
3.2 A transformação da paisagem no município de Campina das Missões.....	77
3.2.1 Do domínio do lote colonial a paisagem multifuncional.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICES.....	98

INTRODUÇÃO

A multifuncionalidade¹ na agricultura familiar tem se manifestado com maior intensidade por meio das especialidades que a produção assume e garante a permanência do agricultor familiar rural no campo, colaborando na manutenção e por vezes, na conservação do meio ambiente fortalecendo as relações socioeconômicas e trocas de produção mercantil, comuns no campo.

Este trabalho assume o propósito de investigar as motivações que levaram os agricultores familiares a introduzirem novas funções de sua produção alcançando a multifuncionalidade. Os agricultores familiares estudados são oriundos do processo de colonização que ocupou significativas áreas no estado do Rio Grande do Sul, por meio de colônias e, mais tarde, fundaram municípios como é o caso de Campina das Missões.

O município de Campina das Missões localiza-se na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), e está situado a uma latitude sul de 27°59'20" e longitude oeste de 54°50'22" e, a uma altitude de 163 metros do nível do mar sobre o Planalto Meridional.

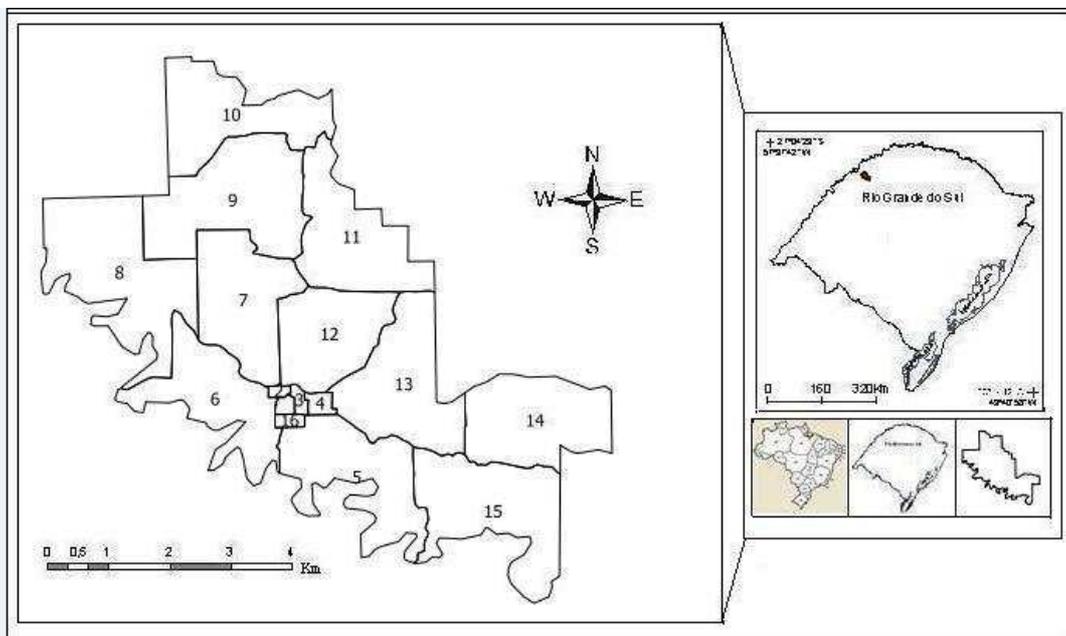


Figura 1: Localização da área de estudo, do município de Campina das Missões, RS.

¹Como primeiros estudos no Brasil, cita-se: Veiga (1991), Abramovay (1992) e Schneider (2003). Este último com estudos no Rio Grande do Sul.

O município contava com uma população de 6.117 habitantes, dos quais 3.929 vivem na zona rural e 2188 na zona urbana, conforme Censo Demográfico do IBGE (2010). A população municipal possui significativo número de descendentes da colonização alemã, cuja base econômica é alicerçada, basicamente, na agricultura.

A investigação, da área de estudo, permitiu a realização de uma retrospectiva histórica dos processos de ocupação a partir da chegada dos imigrantes em 1824, a fundação das colônias e o desempenho das atividades agrícolas que respondem pela economia local desde a colonização. A retrospectiva inicia no marco histórico, priorizando as múltiplas funções e destacando as alterações que foram introduzidas no meio rural a partir do domínio do lote colonial. No decorrer da investigação, houve transformações que subjugarão a natureza e que se referem aos processos de ocupação humana e de transformação da paisagem natural em paisagem humanizada que ocorreu ao longo de um período com mais de uma centena de anos. Hoje, a paisagem se revela como uma paisagem rural de múltiplas funções socioeconômicas.

A terra como fonte de vida foi explorada de acordo com as necessidades de vivência e sobrevivência em cada época, visando sempre às condições de vida, e muitas vezes, ignorando a preservação ambiental. Assim, quatro fases foram enfatizadas no presente trabalho desde a chegada dos imigrantes até a atualidade, que consiste na (o):

- ◆ chegada dos imigrantes e o desafio da derrubada da mata;
- ◆ derrubada da mata com auxílio da queimada e o plantio para subsistência;
- ◆ aumento da produção e modernização da agricultura nas propriedades (antigos lotes coloniais);
- ◆ domínio total da propriedade (antigo lote colonial) e o resgate dos saberes cultural adotando a multifuncionalidade.

Essas etapas marcam, de certa forma, as várias transformações, na qual a paisagem foi submetida, determinando a ação dos colonizadores. Contudo, dois períodos trouxeram mudanças e transformações significativas na paisagem, à ruptura da força braçal de instrumentos simples como o uso do

machado, serrote, enxada, entre outros, para o maquinário moderno como trator, esteiras, colheitadeiras. Em outras palavras: antes e após o processo de modernização da agricultura, que segundo Kageyama e Silva (1988) atingiu seu auge nos anos de 1970 a 1980 quando a indústria brasileira alcançou o melhor desempenho pela introdução de novas tecnologias (tratores, adubos químicos e agrotóxicos).

Com a adoção de atividades multifuncionais a relação espacial entre atividades rurais e paisagem natural passou a ser interligada e tornou possível a introdução de outras visões sobre o rural concernentes a valorização de seus recursos. Da mesma forma as alterações das políticas e da economia de mercado foram responsáveis indiretamente pela organização e reorganização dos territórios de vida, os quais se ajustaram as mudanças e abriram novas atividades na obtenção de recursos aumentando o tempo de trabalho.

Deste modo, o conceito de multifuncionalidade consistiu na adoção de outras funções que se somaram as então existentes, como o artesanato a transformação de alguns produtos criando os derivados e explorando a própria paisagem rural desenvolvendo o turismo rural, entre outras ações. Assim, para contemplar a temática proposta, o presente trabalho lançou os seguintes objetivos:

- ◆ Objetivo geral: analisar os papéis da multifuncionalidade da agricultura familiar na paisagem de Campina das Missões, RS.

- ◆ Objetivos específicos: (i) Identificar as transformações da paisagem e a presença da multifuncionalidade, com base nos saberes em áreas de colonização alemã no município de Campina das Missões, RS; (ii) caracterizar a multifuncionalidade da agricultura familiar e as paisagens resultantes dos processos de ocupação; (iii) analisar e espacializar as pequenas propriedades familiares rurais que adotaram a multifuncionalidade como forma de permanência das famílias no meio rural e de conservação da paisagem; (iv) verificar a influência destes saberes nas atividades da agricultura familiar de hoje e sua permanência no campo.

Os objetivos propostos procuram responder aos papéis desempenhados pelos colonizadores em suas áreas coloniais, determinando seus traços particulares responsáveis pelas transformações ocorridas na paisagem. Por outro lado, observações empíricas definem que os agricultores familiares rurais

que hoje assumem múltiplas funções são provenientes da imigração alemã. Esta questão permite a compreensão empírica de que as múltiplas funções desenvolvidas e as transformações ocorridas na paisagem natural devido as ações da agricultura familiar ao longo do tempo sejam identificadas como heranças da cultura alemã no Rio Grande do Sul.

A seleção de alguns caminhos para a investigação deve-se a necessidade de perseguir os objetivos e dar respostas à visão empírica, até então existente, permitindo traçar a metodologia considerada capaz de admitir a revisão histórica, ou seja, a influência do passado na modelagem do presente e que se alojam nos processos que foram empregados pela imigração alemã na ocupação das áreas e na formação das colônias. Para tanto, utilizou-se o aporte teórico-metodológico crítico-dialético, por entender que ele satisfaz as principais características que os objetivos de pesquisa apresentam como norte da investigação a ser percorrido. Também se considera que este aporte apresenta níveis de articulação lógica, contendo como principais características:

- ◆ o resgate da dimensão histórica;
- ◆ realizar a análise do discurso;
- ◆ incorporação dos dados obtidos em coletas;
- ◆ a pesquisa participativa por meio de entrevistas;
- ◆ a técnica de observação (uma forma de reconhecimento dos fenômenos fundamentais em geografia) e tão importante na postura crítica;
- ◆ através da discussão e reflexão procurar desvendar os conflitos de interesse;
- ◆ a eleição de categorias de análise e suas articulações com a realidade como substituinte da fundamentação teórica;
- ◆ preocupação com a transformação da realidade e estabelecimento das possibilidades de mudanças; e,
- ◆ a mediação do homem – natureza, na composição do território (um dos princípios da Geografia para reconhecer o espaço de vida).

O aporte teórico-metodológico crítico-dialético, aplicado à investigação em Geografia, satisfaz, especialmente esta investigação por apresentar diversos pressupostos, entre eles destaca-se aqueles que tratam da natureza e da sociedade como partes de um mesmo movimento e o Homem (indivíduos

humanos) é compreendido como sociedade. Esta possibilidade oferecida por estes pressupostos reforçaram a segurança na escolha deste aporte como caminho de orientação da investigação e também porque ele se revela como o mais adequado na condução dos estudos exigidos pelos objetivos.

Evidentemente, não se olvidou de que a abordagem investigativa em Geografia recorre, de preferência, a um determinado método que permite, necessariamente, à constituição de referenciais teóricos próprios. Neste caso, se declarou a utilização de conceitos basilares para esta investigação: multifuncionalidade e paisagem. Estes conceitos já fazem parte da elaboração teórica do conhecimento científico em Ciências Sociais e, por extensão, em Geografia (SPOSITO, 2004).

O uso dos conceitos na investigação proposta, eles se diferenciam basicamente, embora em suas gêneses se consolidem, pois são resultantes da descrição dos fenômenos operantes no macro fenômeno investigado e expressem este como concepção que parte dos sentidos do investigador e podem ser abordados empiricamente. Acrescenta-se, ainda que realizar uma descrição, abstrair a ideia, formular um entendimento e este servir como elemento determinante para a análise e entendimento de uma realidade, é possível porque o conceito é construído cientificamente (SPOSITO, 2004). Também mereceram atenção as categorias de análise da Ciência Geográfica, como: meio natural e meio rural, referenciadas junto a termos como paisagem natural (sem intervenção humana) e paisagem rural (com intervenção humana) procurando dar-lhes sentido conceitual.

Destaca-se que o entendimento a respeito do estudo de categorias é complexo e contraditório se for considerado o seu juízo e sua utilização, porém na pesquisa científica as categorias de análise recebem interpretações e entendimentos diversos, defendidos por autores e alicerçados em bases teóricas distintas. Com apoio nas palavras esclarecedoras de Sposito (2004, p.64) que [...] “categorias e leis estão em constante interação, afirmação e negação, interpenetrando-se e permeando a produção científica cujo objetivo final é a interpretação da realidade”. As categorias de análise introduzidas fazem parte do entendimento e do discernimento a respeito das transformações da realidade e principalmente procuram entender o processo

da transformação e da reorganização da paisagem a partir da introdução de múltiplas funções, em suas distintas fases.

Considera-se também que esta investigação tem como preocupações conhecer e compreender os processos de ocupação das colônias pelo homem, criando relações de vida, ou seja, as relações sociedade-natureza validada nas formas de produção e de transformação do meio pelo uso dos recursos naturais. Assim, remete-se à importância de estudar as relações entre ser humano e meio ambiente como caminhos para a compreensão da organização espacial.

A multifuncionalidade ganha importância, neste estudo, por servir ao meio ambiente e garantir a sobrevivência ao ser humano. Portanto, a multifuncionalidade se revela como garantia de vida humana e de conservação do meio, por preservar os recursos naturais e tornar possível, a partir da diminuição da carga de exploração efetuada sobre os recursos pela sociedade.

Em continuidade foram estabelecidos os procedimentos adotados para a investigação. Em primeiro lugar considerou-se o material bibliográfico e informações cartográficas disponíveis para o estudo. Com base neste realizou-se o levantamento das informações e dados necessários aos conceitos definidos e as categorias de análise selecionada.

A seguir, a discussão conceitual foi conduzida pela abordagem da multifuncionalidade na agricultura familiar e na paisagem. Uma vez definidos estes aportes conceituais fez-se necessário o resgate histórico da colonização alemã no Rio Grande do Sul e suas influências. Paisagem constituída por seus elementos naturais e sociais, hoje é determinada por diferentes usos, que satisfazem total ou parcialmente os interesses e objetivos dos agricultores rurais. Deste modo, a espacialidade rural preenche outras funções, que já não são novas, porque estes agricultores rurais retomaram os conhecimentos adquiridos em busca da revalorização propriedades rurais.

Em sequência, os estudos foram trabalhados a partir de pressupostos qualitativos, cujo conhecimento é obtido pelo contato e diálogo realizado através de entrevistas e convívio com os agricultores rurais, para reconstruir a história do lugar e caracterizar as atividades rurais e multifuncionais. Assim foram utilizadas informações obtidas junto aos agricultores rurais e em órgãos estaduais, municipais e religiosos. As indagações versaram sobre habitantes,

modo de vida e atividades, as quais permitiram análises, reflexões, confrontos e complementaridades às informações anteriormente obtidas. Em continuidade a investigação teve como alvo o ambiente rural e urbano conduzido pela inserção dos saberes da cultura original.

Nesta fase preliminar, foram examinadas as bibliografias sobre a colonização alemã, aspectos geográficos locais de pesquisadores anteriores, que por meio da observação contribuíram com registros sobre os recursos naturais e ambientais da área de estudo.

Em momento posterior, em campo, além de diálogos com os moradores de antigas colônias com os informantes idosos, obteve-se o conhecimento a respeito de aspectos históricos e de vivência desde a chegada dos imigrantes alemães até os dias atuais, realizou-se coleta e registro em arquivos históricos e fotográficos, os quais serviram de suporte como instrumento de pesquisa e de orientação para as entrevistas.

Inicialmente, as entrevistas foram realizadas a partir de contatos por meio de instrumentos de pesquisa próprios e adequados à investigação da temática proposta (ver Apêndice A). Nesta etapa da investigação foram eleitos os informantes qualificados, referindo-se aos técnicos da EMATER, responsáveis pela Secretaria da Cultura do município, assessoria da Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho e Agentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para esclarecimentos pertinentes, quanto aos aspectos históricos na orientação na localização dos agricultores rurais. A seguir, foi utilizada a técnica de trabalho de campo para coletar as informações diretas que contemplaram a outra fase da pesquisa.

As entrevistas foram direcionadas aos agricultores rurais com múltiplas funções, assim como agricultores rurais com participação em feiras, preferencialmente àqueles que agregam valor ou procuram novas alternativas para sua produção aumentando a renda de produção. O mesmo também ocorreu com alguns que não incrementaram e regrediram quanto a sua produção (aposentados com alguns produtos de subsistência). Neste contexto, tem-se uma classe de agricultores rurais que apresentam um diferencial, pois inovaram e introduziram mudanças em suas matrizes de produção.

Na fase seguinte, a partir de relatos da história oral e da consulta em fontes históricas de registros, integrou-se teoria e prática ou como outros

preferem: informações objetivas com informações empíricas e qualitativas. Resultante deste cruzamento de informações foi possível realizar a interrelação entre pesquisa bibliográfica com pesquisa qualitativa em campo.

A coleta de informações em campo colocou o pesquisador frente à paisagem, permitindo-lhe a observação, a análise e tecer reflexões a respeito da paisagem comparando com o conteúdo das bibliografias históricas. Assim, buscou-se contextualizar os fatos e resgatar a colonização alemã abordando os diferentes momentos e períodos referentes à posse dos imigrantes nos lotes das colônias até o domínio total da espacialidade de seu lote, como também, situações enfrentadas e decisões tomadas pelo imigrante.

Com os dados analisados, em um primeiro trabalho de campo, realizou-se um segundo trabalho, no qual foram aplicados vinte e dois instrumentos de pesquisa focando a multifuncionalidade da agricultura familiar e as transformações assumidas no processo produtivo. No momento em que as informações passaram a serem repetitivas indicando a homogeneidade nas informações obtidas, entendeu-se que não haviam alternativas diferenciadas. Contudo, os registros fotográficos prosseguiram, registrando diferentes paisagens no Município.

Rambo (1994), um precursor em uso de registros obtidos através de relatos e de observação em campo, entende que este tipo de apontamentos se constitui em uma importante contribuição à pesquisa. Com base nesta outra forma de investigação sobre o objeto procurou-se focar também a técnica da observação e aliar aos registros em campo. Na etapa posterior fez-se a tabulação dos dados que foram codificados em planilha de Excel, processadas e analisadas com recursos do *software statistic* que forneceu a frequência de cada uma das informações do instrumento de pesquisa (ver Apêndice A).

Como forma de apoio utilizou-se informações adicionais disponibilizadas pelo IBGE (2010), como: dados digitais para o mapeamento municipal e dados populacionais. Além disso, realizou-se a espacialização das comunidades onde se encontram as propriedades que desenvolvem múltiplas funções. Este mapeamento consiste na localização das atividades multifuncionais no mapa municipal, bem como a hierarquização por setor censitário da maior à menor representatividade multifuncional no município. A hierarquização multifuncional se baseia nas informações socioeconômicas, principalmente daquelas que

representam a renda familiar total e o tamanho da propriedade (Apêndice A informações números 11 e 13) utilizando o Programa *ArcGis 10*.

Por fim, procurando compreender melhor a evolução e o processo da reorganização da paisagem no município, considera-se que a introdução de múltiplas funções, ou seja, o mundo rural como espaço multifuncional, bem orientado e valorizado em seus recursos esteja capacitado a prestar valiosas contribuições para o desenvolvimento do meio rural, auxiliando na conexão das explorações produtivas como forma de maximizar os recursos integrando funções sociais, ambientais, culturais e econômicas às explorações agropecuárias.

1. ENFOQUES CONCEITUAIS: MULTIFUNCIONALIDADE E PAISAGEM

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos de que trata esta investigação no objetivo de fundamentar os estudos que seguem. Embora se tenha realizado uma revisão bibliográfica ampla e exaustiva, a temática não foi esgotada. Limitações de tempo e obtenção de todos os trabalhos escritos sobre estes temas persistem.

1.1 Multifuncionalidade da agricultura familiar

O conceito de multifuncionalidade rural foi usado, pela primeira vez no Brasil, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992. Momento em que os governos participantes reconheceram o “aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável” (SOARES, 2001. p.41).

No contexto Europeu a primeira referência para com a multifuncionalidade das áreas rurais, foi realizada pela Comissão Europeia em 1988, ocasião da comunicação “O Futuro do Mundo Rural”, considerando que “as áreas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas onde desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo” (FIGUEIREDO, 1999). Este documento introduziu um forte sinal ecológico e ruralista simultaneamente, com o propósito de criar opinião referente à complementaridade e as inter-relações entre os sistemas que giram em torno do meio rural.

Na União Europeia, o conceito de multifuncionalidade rural foi associado ao plano de Política Agrícola Comum o PAC (1992), que estabeleceu as bases econômicas e financeiras para a AGENDA 2000 (NUNES, 2009). Este novo enfoque teve como pretensão combinar a função produtora de alimentos para

manter os agricultores rurais no campo. Assim, a Europa passou a ser referência mundial em debates e de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura.

No entanto, somente em 1992 o debate da multifuncionalidade juntamente com os temas do desenvolvimento rural e sustentabilidade foram iniciados efetivamente, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (SOARES, 2001). Nela foram anunciados, os princípios e os objetivos do desenvolvimento rural referindo-se a preservação do setor rural da Europa. Assim, remete-se a necessidade de incentivar a diversificação da sua base econômica de forma que o desenvolvimento rural não dependa, exclusivamente, do setor agrícola. Igualmente, foram anunciadas as medidas destinadas a incentivar o agricultor rural recorrer às práticas culturais que respeitem o ambiente, entre outras medidas.

Na França, o enfoque multifuncional da agricultura familiar passou a ser utilizado para justificar o direcionamento das políticas públicas para o rural (ROUX; FOURNELL, 2003). A França incorporou formalmente, de 1999 até 2002, a noção de multifuncionalidade em sua política agrícola, através da LOA – Lei de Orientação Agrícola, votada e promulgada em 1999. Neste contexto, a França deixou evidente a importância e a vontade política de adotar um projeto de desenvolvimento, dando ênfase aos princípios básicos da sustentabilidade. Este país foi um dos primeiros a adotar o conceito de multifuncionalidade como política pública concreta e imediata após criar os Contratos Territoriais de Exploração. Este representava uma forma contratual de compensar os agricultores que perdessem ganhos ao adotassem um modelo diferenciado de uso dos recursos naturais da sua propriedade com vista à proteção do seu patrimônio natural, social ou cultural (GALVÃO; VARETA, 2010).

Com a nova lei de orientação, segundo Galvão e Vareta (2010), a agricultura desempenhou além do seu papel apenas estritamente econômico e levou em conta uma realidade complexa na qual assegura, por um lado, uma função social que consiste na criação e manutenção de empregos, e também, a ocupação equilibrada do território. Por outro lado, considera a função ambiental voltada à preservação e renovação dos recursos naturais e paisagísticos.

Apesar dos impasses e limitações da implantação de ações voltadas a multifuncionalidade da agricultura na França, ocorreu sua expansão pela Europa, pois a multifuncionalidade da agricultura ganhou notoriedade nas negociações da Organização Mundial do Comércio em 1999. Contudo, não houve consenso entre os países membros enquanto os países exportadores de *commodities*, como Brasil e Argentina, buscavam a liberalização do comércio agrícola e remoção de barreiras comerciais. A Comunidade Européia lançou mão da multifuncionalidade para argumentar sobre a manutenção dos subsídios agrícolas a seus agricultores (SOARES, 2001). De acordo com o autor a retórica da multifuncionalidade como uma estratégia protecionista da União Européia, acredita-se que o conceito de multifuncionalidade é útil para o reconhecimento das múltiplas funções estratégicas que a agricultura familiar exerce para a sociedade.

Carneiro (2003) fundamentada na experiência européia, afirma que na prática, a multifuncionalidade tem sido centrada na valorização econômica, levando em conta a qualidade dos produtos, a diversificação das atividades nos estabelecimentos e a criação de empregos, cujas medidas estavam limitadas a nichos de mercados, reservados aos agricultores competitivos.

Atualmente na Europa, o caráter multifuncional das paisagens rurais tem-se consolidado, assim como as atividades de agricultura familiar. A multifuncionalidade da agricultura familiar se estende, neste caso, as atividades agrícolas que desempenha outras funções além da produção de bens agrícolas e agro-alimentares. Esta atividade exerce um papel essencial para o desenvolvimento das áreas rurais ao preservar os bens e tradições culturais, particularmente na Europa, onde os espaços rurais são lugares privilegiados para apreender a diversidade paisagística (GALVÃO; VARETA, 2010).

Embora a agricultura continue sendo o “coração” da economia rural, em muitas áreas da União européia ela já não constitui tanto sua força motora, pois os empregos não rurais são dominantes e os agricultores estão ocupados, cada vez mais, em tempo parcial. Uma política de desenvolvimento rural deve ser multissetorial e, com base em um enfoque territorial que venha a contribuir para maior coesão econômica e social e na criação e manutenção de uma agricultura familiar competitiva, na qual seja possível o desempenho da função

alimentar, mantendo a proteção da paisagem, onde for necessário, atendendo a função ambiental e constituindo o aumento da viabilidade e qualidade de vida das áreas rurais que passam a desempenhar outras funções além do rural produtivo (VAN DEPOELE, 2000).

O debate sobre multifuncionalidade chegou ao Brasil, no início do século XXI e se prolonga pela década presente. Destaca-se, portanto, o convênio de cooperação e intercâmbio científico entre pesquisadores brasileiros e franceses, que resultaram no projeto referente às Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras (MALUF, 2003). Para o autor, a questão do autoconsumo das famílias rurais (agricultores rurais) é um dos elementos de adequação do enfoque da multifuncionalidade na Europa para a realidade de elevada desigualdade social brasileira.

Com base nas funções da agricultura (produção rural) na Europa, os pesquisadores brasileiros elegeram para a pesquisa, quatro funções associadas ao setor rural que consistem na reprodução socioeconômica das famílias rurais, promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade, manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (WANDERLEY, 2003).

Da mesma forma que Roux e Fournell (2003) se atentam para a longa existência histórica de algumas funções da agricultura na Europa, entende-se que no Brasil, apesar de uma história oficial menos longa, algumas funções relacionadas à multifuncionalidade já existiam, como a reprodução socioeconômica das unidades, aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura familiar.

Contudo, a multifuncionalidade consegue romper com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e passa a assumir outras funções ligadas a conservação dos recursos naturais como: a água, solos, biodiversidade e outros, do patrimônio natural como às paisagens trazendo qualidade aos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A multifuncionalidade na Europa encobria um “modelo teórico e prático de agricultura desde a década de 50, o qual estava centrado na modernização

e na rentabilidade agrícola (NUNES; SERRANO, 2009). No Brasil a multifuncionalidade se desenvolveu a partir de uma visão capitalista, enquanto que na Europa estava fundamentada em uma visão camponesa, mas algo elas tem em comum, ambos têm como objetivo a permanência do homem no campo, aumento da renda e agricultura familiar. O mesmo pode ser observado no desempenho dos agricultores familiares de Campina das Missões, RS.

A nova visão, ou esta nova função do meio rural, merece ser reconhecida pela importância que as áreas rurais representam, (sejam as que ocupam mais de quatro quintos da superfície terrestre da Europa e onde vive quase metade da sua população mantiveram no fornecimento de alimento, madeira e energia à população) ou em qualquer outro lugar do mundo, pois todos caminham para o mesmo destino em busca do fortalecimento tanto da produção agrícola como não agrícola e o mais importante alimentação mundial e preservação dos recursos naturais.

1.1.1 Multifuncionalidade: uma função economicista para alguns autores.

Alguns autores costumam trabalhar a multifuncionalidade da agricultura familiar tratando como produção agrícola de produtores familiares, ao qual denominam de agricultura familiar baseada na diversidade em busca do aumento da renda, desta forma, discute-se a função economicista.

A Agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário e não somente a produção de fibras e alimentos (OECD – Declaration of Agricultural Ministers Committee citado em SOARES, 2001). A noção de multifuncionalidade tem seu início prioritariamente ligado à agricultura familiar, que representa uma tentativa de reconhecer que as propriedades e os estabelecimentos agrícolas, ou seja, “os agricultores que neles vivem e trabalhavam, estabelecem suas estratégias familiares e desempenham outras “funções”, não exclusivamente produtivas e mercantis” (HAAS; HILLIG, 2010, p.6).

Neste contexto, tem-se a tentativa de rompimento com o enfoque setorial da agricultura, que por sua vez deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e privados, ampliando o campo de suas funções sociais, englobando um conjunto diverso de elementos econômicos, sociais,

culturais e ambientais que estão presentes no mundo rural. Deste modo, “mais que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social” (WANDERLEY, 2003, p. 9).

O conceito de multifuncionalidade rural foi desenvolvido para destacar a importância crescente dos novos empreendimentos horizontais multifuncionais e redes que não estão baseadas necessariamente na agricultura, mas desenvolvidas em áreas rurais (Potter, 2004 *apud* LIMÓN, 2012). Este conceito de agricultura multifuncional tem sido abordado segundo diferentes concepções. Estas concepções, para Dufour (2007) seriam:

- A primeira abordagem apresenta um conceito positivo, longe de ser específico para a produção alimentar multifuncional, aparece como uma característica da atividade econômica, sendo que pode ser observada em vários outros setores econômicos. O caráter da atividade multifuncional está ligada à seus produtos e a interação entre a produção e a atividade.

- A segunda abordagem se refere ao "normativo", define a multifuncionalidade de acordo com a multiplicidade de funções atribuídas a produção alimentar. Nesta perspectiva, a multifuncionalidade não é só uma característica do processo de produção, mas tem um valor próprio.

A agricultura e a pecuária foram por muito tempo atividades que tiveram atribuída uma função voltada para a produção de bens primários alimentares. Todavia, com a evolução das civilizações e conseqüentemente com as formas de produção nos espaços rurais, que vem a se transformar, o ser humano passa a ver nestas atividades outras funções sociais, ou seja, a da permanência dos agricultores no meio rural. A partir dessas novas atribuições vinculadas à agropecuária, surgiu o conceito de multifuncionalidade (TEIXEIRA *et al.*, 2005). Este se opõe à idéia de que a agricultura é apenas uma atividade produtora de bens primários, mas que estabelece outras funções.

Neste sentido, Almeida *et al.*, (2003) colocam que a abordagem, ao que eles denominam, da agricultura multifuncional traz à atividade agropecuária a possibilidade de repensar a forma de gerenciar o desenvolvimento rural que passa de uma visão setorial para uma visão integradora, coletiva e de ligações com outros setores da sociedade. KIZOS, *et al.*, (2011) acrescentam que a

agricultura multifuncional, além da produção de alimentos, proporciona renda e emprego na agricultura, introduzindo outras atividades como o turismo rural, segurança alimentar, conservação do solo, diversidade paisagística, biológica e de saúde e contudo, mantém sua tradição que é o cultivo agrícola.

McCarthy (2005) citado por HOLMES (2010) afirmam que cada vez mais as demandas sobre áreas rurais se estendem além da produção e incluem exigências para a prestação de serviços dos ecossistemas, conforto e estética e a preservação das culturas paisagísticas. Estes, muitas vezes contestam valores atuando como um motor de mudança no rural e influenciando nas agendas políticas. Groenfeldt (2005) reforça que o primeiro passo em apoio as múltiplas funções é estabelecer uma relação política que implica em debates não somente no governo, mas dentro da sociedade civil, referente ao papel desejado para o setor da produção alimentar dentro da sociedade.

Quando se diz que o espaço rural é multifuncional, reconhece-se que a atividade alimentar não é a única, ou seja, outras funções não alimentares fazem parte da sua organização (GALVÃO; VARETA, 2010). Assim, o meio rural vem passando por profundas transformações, tanto no avanço da modernização agrícola, como no avanço de novas atividades no seu meio. Após um intenso processo de modernização que trouxe incrementos, como o aumento da produtividade, além dos volumes de produção para o agrário brasileiro, a presença de mudanças hoje identificadas no espaço rural, são referentes à sua valorização para fins não da atividade produtiva rural, destacando-se como espaço de lazer e de moradia (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Neste contexto do desenvolvimento rural, as pequenas propriedades rurais surgem como locais de preservação do meio ambiente, espaços multifuncionais onde crescem as outras atividades. Nestes espaços é onde o meio rural deixa de ser produtivo para se tornar um espaço de consumo, voltados essencialmente para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo, por meio de residências permanentes ou secundárias (WANDERLEY, 2000). No entanto, nem todas essas pequenas propriedades conseguem assimilar essa nova realidade, muitas continuam a sofrer as

conseqüências da exclusão do modelo produtivista do desenvolvimento agrícola.

Conforme Carneiro, (2002, p. 233) a multifuncionalidade da agricultura surge na busca de “soluções para as disfunções do modelo produtivista e inova ao induzir uma visão integradora das esferas sociais na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local”. Deste modo, a combinação de novas atividades pode levar a uma modernização ou a revalorização dos recursos existentes (KNICKEL; RENTING, 2000). Assim, a multifuncionalidade em muitos casos é uma condição necessária, pois muitos agricultores pelo uso intensivo da terra extraem o máximo dela e necessitam repor e encontrar alternativas para extrair a renda familiar e recorrem a outras fontes viáveis.

Cada vez mais a multifuncionalidade da produção no campo é percebida como uma característica importante de produção, devido a sua capacidade de manter a permanência do homem no campo fortalecer os ambientes sociais, naturais e econômicos onde imperam as relações de troca mercantil. Exemplo deste estudo no Brasil destaca-se Veiga (1991) e Abramovay (1992).

Em pesquisas recentes, fica claro que práticas mais autônomas resultaram em estilos de produção agrícola diversificados levando alguns autores como Schneider (2003), a entender que as atividades produtivas do rural se tornaram diversas envolvendo, além das atividades agrícolas as de transformação do produto. Para isto, as famílias passaram a utilizar as horas de ócio para agregar valor à produção e alcançar os mercados com produtos mais elaborados e assim obter mais preço.

Desta forma, a diversidade produtiva passou a agregar saberes culturais em vários de seus produtos e alcançar os mercados oferecendo sabores diferentes daqueles comuns oriundos dos processos da industrialização moderna. Neste particular, as colônias de imigrantes conseguiram junto aos processos de industrialização sobreviverem agregando renda aos produtos a partir dos saberes culturais que se difundiram nas propriedades rurais e atualmente alcançam os mercados onde apresentam seus produtos com excelente aceitação.

1.1.2 Agricultura familiar e suas múltiplas relações

A agricultura familiar compreende um dos segmentos de atividades socioeconômicas mais importantes do Brasil por cultivar parte dos produtos de subsistência que alimentam a população, tanto rural como urbana. Este segmento pode ser caracterizado como o primeiro a adotar e implantar a agricultura multifuncional, diante disso faz-se necessária uma abordagem referente a esta temática.

O tema é relativamente recente, antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês (SPENGLER, 2012). A produção familiar é constantemente expressa, muitas vezes sem analisar seu real significado, tanto é verdadeiro que seus debates surgem da necessidade de discernir e obter maior compreensão do que vem a ser unidade familiar, agricultura familiar, produção familiar, “Novo Rural”, entre outros. Esta última terminologia veio para suprir a expressão referente a propostas de uma nova agricultura familiar alternativa capaz de garantir a reprodução socioeconômica e o equilíbrio no uso dos recursos naturais.

Como unidade de produção familiar, entende-se uma área de terra capaz de propiciar a família o trabalho, progresso social e econômico, ou seja, mais que a sobrevivência. Porém, esta unidade vai além ao cumprir o papel decisivo de produção no conjunto da economia regional e contribuir para a geração de grãos as necessidades de abastecimento interno do País.

Chayanov (1974) caracteriza a produção familiar como um mundo diferente formado por elementos com características próprias e capazes de estabelecer um padrão de relações sociais distintas do restante da sociedade. A produção familiar é autossuficiente em sua organização interna e se define em função do consumo, da produção, do grau de sociabilidade e da ajuda econômica mútua dos membros da família. Portanto, é perceptível a valorização da hierarquia familiar, onde é o pai que geralmente exerce o comando do processo produtivo da unidade familiar. Este modo de produção é normalmente compatível com a economia capitalista, desde que não seja rompida a relação produtiva exclusiva interna da unidade, com destaque para o trabalho familiar.

Os agricultores familiares podem ser diferenciados em tipos distintos de acordo com a sua renda e capitalização nos mercados: os pequenos agricultores autônomos, os agricultores que dependem de auxílio para realizarem sua produção, conforme condições ambientais e de flutuação da balança comercial, e aqueles que não conseguindo realizar a produção em nível de comercialização, permanecem com culturas de subsistência (CHAYANOV, 1974).

Para Chonchol (1986) a economia familiar deve ser vista a partir das regras próprias de funcionamento particular e relacionadas aos diferentes modos de produção sem desaparecer do contexto econômico. Este autor, ao se referir ao homem proprietário (agricultor familiar) trata-o como campesino, considerando como economia campesina àquelas unidades familiares de produção que vive da exploração da terra e que se constituem em uma unidade primária e básica da sociedade.

Tendo em vista a importância da agricultura familiar Blum, (1999) a define como aquela “empresa identificada pela família, pelo menos a duas gerações e quando esta ligação resulta de influências recíprocas”. Além deste, outro requisito básico para os autores é a identificação do sobrenome da família com os valores institucionais e a sucessão da direção dos negócios na família, a qual está ligada ao fator hereditário.

Blum (1999) definiu a agricultura familiar a partir de três características básicas que podem ser resumidas: na gerência da propriedade, no trabalho em sua maior parte e os fatores de produção pertencentes e realizados pela família. Esta definição e norma também foram adotadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1996.

Partindo do entendimento do conceito de agricultura familiar Blum (1999) e Brose (1999) diferenciam as propriedades em patronais e familiares. O modelo patronal para Brose (1999) é caracterizado como contratar um número limitado de trabalhadores residentes e fomentar forte concentração de renda e exclusão social, a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente familiar, suas vantagens apresentadas são maiores com relação à estabilidade, assim como, a capacidade de adaptação, ao enfatizar a mobilidade em seu processo decisório. Da mesma forma, a classificação do

INCRA é apresentada por Brose (1999) ao diferenciar as propriedades patronais.

O interesse consiste na classificação das propriedades familiares que podem ser divididas em três: *consolidadas*, considera-se a propriedade semi-especializada e diversificada de três a cinco atividades na obtenção de renda (culturas de lavoura de verão e inverno), cujo agricultor mora na propriedade e as propriedades são, geralmente, menores de 200 hectares, usando alta tecnologia, e recorrendo ao crédito rural. A produção desta categoria é em grande parte 80%, no mínimo destinada ao mercado, resguardando um total, de até 20% para o consumo interno da empresa familiar (BROSE, 1999).

Quanto à empresa familiar *semi-consolidada* ou de *transição* considera as propriedades que mantêm um nível de diversificação entre três e seis atividades para obtenção de renda. O agricultor, em grande parte, também reside nesta empresa. São propriedades menores de 100 hectares, usam tecnologia mediana, isto é uso mediano de tecnologia e apresentam problemas no uso de insumos modernos. A utilização do crédito rural é incipiente e a renda concentra-se de 5 a 10 salários mínimos, por mês. A produção tem como destino o comércio e a subsistência segue na porção de 50% para ambos (BROSE, 1999).

As unidades da categoria familiar *periférica, subsistência ou ainda não consolidadas* são àquelas mais diversificadas, apresentam seu trabalho distribuído entre quatro a seis atividades para a subsistência e comercializam somente o excedente. Geralmente são propriedades abaixo de 20 hectares, usam pouca tecnologia, com acesso restrito ao crédito rural e renda abaixo de um salário mínimo. A maior parte, cerca de 80% da produção é destinada a subsistência.

A classificação apresentada por Brose (1999) e Blum (1999) referente às unidades de produção familiar correspondem positivamente a nossa realidade, uma vez que é possível verificar que estas unidades de produção familiar são viáveis, por diversificar a produção e garantir a sobrevivência da população. Para a consolidação destas unidades de produção são necessárias garantias de políticas de crédito que objetivam a reconversão da base econômica sobre um espaço. Embora tenha o auxílio do Programa Nacional para a Agricultura Familiar (PRONAF) e/ou Emergência Rural que recobre parte da produção

perdida, no entanto, faltam garantias para o agricultor familiar antes de iniciar o período da plantação, como o seguro agrícola, preços dos produtos agrícolas e diminuição de impostos nos insumos agrícolas.

Segundo Buainain *et al.*, (2003, p. 319) em análise realizada sobre os agricultores familiares no Brasil, escreveu: “representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional”. Ao considerar o valor da renda total do setor agropecuário do Brasil, escreveu: “os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% de R\$ 22 bilhões”. Além do que observou que a “participação dos familiares na renda total agropecuária é maior do que no valor bruto da produção” o que explica o fato de este último desprezar os gastos de produção incorridos pelos agricultores. Estas informações evidenciam que os agricultores familiares utilizavam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, uma vez que, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produziam e empregavam mais do que os patronais. Por estas razões merecia importância e valorização a agricultura familiar rural.

A agricultura familiar, também pode ser considerada um universo heterogêneo, tanto em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda como na acumulação. Na análise do consumo de produtos locais, encontram-se elementos que possibilitam a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento rural. Trabalhos como (Schneider e Waquil, 2001; Kageyama, 2006) abordam contribuições importantes sobre o papel da agricultura para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. São estes estudos que, de maneira geral, tratam da agricultura do Rio Grande do Sul com alguma distinção entre as regiões, mas não se referem, exclusivamente, ao segmento familiar.

A heterogeneidade e a diversidade de práticas e de processos não resultam, individualmente, em trajetórias antagônicas de viabilidade das unidades familiares. A diversidade da agricultura familiar é tanto o resultado de negociação interna para alocação dos recursos produtivos como da influência dos agentes externos. De um ponto de vista analítico, as diferenças entre os distintos modos ou formas de produção na agropecuária são dadas pela intensidade das trocas mercantis (tipos de relações com os mercados) e no

ordenamento dos processos produtivos propriamente ditos (trabalho e outros recursos) (CONTERATO *et al.*, 2010).

Portanto, a agricultura familiar apresenta uma grande diversidade produtiva que vem submetida a um processo de produção social e econômica que provoca essa diversificação. Pois, surge à indagação: qual a relação da diversidade com as dinâmicas regionais de desenvolvimento agrícola? Esta questão leva a (re) pensar a agricultura familiar tradicional e migrar para a revalorização do espaço rural permitindo que esta unidade de produção familiar invista em outras formas de obter renda em sua propriedade e diversifique a produção desempenhando várias funções.

1.2 Paisagem: conceitos e integração com a multifuncionalidade.

O processo de colonização promoveu profundas alterações na paisagem natural resultando na paisagem cultural multifuncional nos dias de hoje. As transformações ocorridas que serão tratadas neste trabalho requerem uma abordagem a respeito de paisagem permitindo iniciar com sua conceituação de paisagem natural e atingir a concepção da paisagem multifuncional.

Embora os avanços relacionados aos estudos de paisagem, ainda sejam incipientes alguns autores se referem sobre este como uma porção do espaço, cujo resultado caracteriza uma combinação dinâmica, e para tanto instável, de elementos físicos, bióticos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da mesma um conjunto único e indissociável em perpétua evolução (REIS, 2012).

Um dos primeiros conceitos de paisagem, registrado ao longo dos tempos, refere-se à *Landschaft*, como uma área construída por uma associação distinta de formas, tendo em vista, os elementos naturais e culturais de um determinado espaço no intuito de compreender a interrelação entre o homem e a paisagem.

1.2.1 Conceitos de paisagem

As definições de paisagem são abordadas por diversos autores, cada um segue uma linha de pensamento, tornando-os um pouco diferentes. Para Passos (2007) a paisagem é uma realidade concreta, produto das relações históricas da Sociedade e Natureza. O autor segue a linha de pensamento de Delpoux (1974, p.22) que trata da paisagem como um “objeto concreto, materialmente perceptível no terreno” e que certamente se constitui de uma “estrutura complexa, diversificada, dinâmica, que pode ser descrita de maneira objetiva”.

Troll em 1971 já afirmava que a paisagem é a “entidade espacial e visual do espaço vital humano”. Integrando a geoesfera como uma entidade holística conexa, significando a presença de um todo que é mais que a soma das suas partes e que deveria ser estudada na sua totalidade. Bertrand (1971) aprofunda o conceito ao afirmar que também é o “resultado da combinação dinâmica, portanto instável, dos elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (BERTRAND, 1971, p.2).

Tricart (1982) reforça que a paisagem é algo concreto, descritível e em seu conceito introduziu uma nova variável dizendo que é espacializável, uma unidade territorial vista sob uma dimensão lógica, dada pela análise sistêmica. Das definições sobre paisagem, tendo em vista sua complexidade e rigor, Tricart (1982) em poucas palavras resume este conceito, dizendo que é algo concreto, portanto mensurável e cartografável. O autor se estende afirmando que a paisagem é um conceito que abrange uma realidade que reflete as profundas relações, frequentemente não visíveis entre os seus elementos.

Neste contexto, afirma que as formações vegetais e as formas de relevo são elementos concretos da paisagem e que as relações entre as formações vegetais e ambientes ecológicos fazem parte das interações que estruturam a paisagem. Desta maneira enfatiza que os estudos dessas interações servem como pontes para unir o entendimento de paisagem com a ideia de ecologia tradicional (TRICART, 1982).

Monteiro (2000) considera a paisagem como uma entidade espacial delimitada segundo o nível de resolução do pesquisador que a partir dos objetivos centrais da análise resulta a ação dinâmica, apresentando a instabilidade dos elementos de suporte e cobertura (físicos, bióticos e abióticos), que expressam em partes delimitáveis infinitamente, mas individualizadas por meio das relações que organizam um sistema complexo como um verdadeiro conjunto solidário em perfeita evolução.

Sauer (1925)² já se reportava de que a paisagem é complexa e despertou em Christofolletti (1999) o interesse do resgate conceitual de paisagem. Ao resgatar, o conceito define a paisagem como um organismo complexo, arranjado pela associação específica de formas e apreendida pela análise morfológica. Entende-se que a paisagem é composta pela combinação de diversos elementos, tanto materiais como de recursos naturais, os quais estão disponíveis em um lugar. Cabe salientar Mitchell (1991) e Harner (2001) que se baseiam na identidade do lugar para conceituar a paisagem como sendo o meio através do qual se constrói a identidade de um lugar.

No entendimento de Corrêa e Rosendahl (1998) as paisagens são temporais e espaciais, por resultarem da observação e da ação das pessoas sobre determinado ambiente ao longo do tempo. Portanto, é inevitável que a paisagem seja portadora de significados, na qual expressa os valores, as crenças, os mitos e as utopias do ser humano que nela habita. Sarah *et al.*, (2012) complementam a ideia afirmando que às investigações realizadas sobre a paisagem, na atualidade, são sustentadas por premissas filosóficas referente a forma adequada de sua conceituação, incrementando elementos como tempo, espaço, escala e suas relações, as quais são importantes para determinar o estado da paisagem e contribuir no conhecimento para proteger os recursos naturais e melhorar a integração como vivência humana. A relação do ser humano para com a natureza pode ser entendida como o modo de organização da sociedade para acessar e utilizar os recursos naturais, materiais e energéticos disponíveis na paisagem.

² Esta referência se reporta a SAUER, Carl O. A **morfologia da paisagem**. In CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, pp. 12-74.

ALONSO (1995) observa a presença de dois aspectos que devem ser considerados no estudo da paisagem, um referindo-se a paisagem total que a identifica com o meio e outro a paisagem visual, com foco na estética ou na percepção. Nesta linha de pensamento, Bombín (1987) considera três aspectos distintos na paisagem. Um tem sentido puramente estético, que faz alusão à combinação harmoniosa de cores e formas de uma especialidade e inclui sua representação artística; e no outro a paisagem assume termo ecológico ou geográfico, referindo-se ao estudo dos sistemas naturais no qual se configura e, como terceiro, a paisagem assume um aspecto cultural, onde representa o cenário da atividade do ser humano (BOMBÍN, 1987; PIRES, 1993). Estas paisagens culturais referidas pelos autores se relacionam aos territórios de vida humana.

Para Widgren (2004) quatro elementos devem ser levados em conta ao estudar a paisagem: o contexto da paisagem; a forma; a função e; o processo. Acrescenta que estes atributos podem ser estudados separadamente, mas que o verdadeiro desafio consiste na análise integrada da paisagem como uma visão holística, uma perspectiva fortemente defendida pela Convenção Européia da Paisagem (ELC).

Com o foco na ecologia da paisagem Toth (1988), denomina o estudo da paisagem como puramente ecológica e estética. O autor divide a ecologia da paisagem em dois temas centrais considerando aqueles que lhe dão significado, propósito e unidade como um campo de pesquisa. O autor salienta a necessidade de harmonizar as “coisas vivas” e seus ambientes e o segundo, retrata o desejo de manter ou criar um senso de lugar, orientação e ordem nos usuários destes ambientes.

A ideia de recurso foi introduzida ao conceito da paisagem a partir da perspectiva ecológica, segundo Canteras (1992), tendo em vista que desde a década de 1960, vem ocorrendo mudanças crescentes na relação homem e natureza. Exemplos desta afirmativa é a industrialização crescente, a contaminação do solo, o crescimento desordenado das cidades, o desmatamento ou desnaturalização do ambiente. Nesta mesma direção, Galliano e Loeffler (2000), afirmam que as paisagens naturais frequentemente servem de escapes psicológicos da sociedade, cada vez mais complexa.

Christofoletti (1999), geógrafo, salienta que a preocupação não deve se restringir somente às paisagens naturais, mas principalmente a presença humana sobre o meio, que veio alterar esta paisagem, introduzindo os aspectos socioeconômicos. Segundo o autor, as atividades econômicas e sociais que são realizadas pela sociedade ocasionam mudanças na morfologia e nos processos dos sistemas ambientais. Suas repercussões “incidem em modificações na superfície terrestre, que se processam em ritmos variados ao longo dos tempos históricos” (CHRISTOFOLETTI, 1999, p.131).

Apoiando-se nas afirmações de Massey (1995) e Rose (1995) as paisagens são fundamentais para o reconhecimento das identidades territoriais. As características naturais e culturais podem ser consideradas como ingredientes essenciais que emergem das formas de registro baseadas na observação. Assim, os elementos que formam a paisagem podem determinar o sentido de lugar.

A paisagem se constitui no que a sociedade produziu e continua produzindo e, portanto, reflete essas relações, mas ao mesmo tempo é “a forma que a sociedade possui em visualizar seus desdobramentos negativos de suas próprias ações, e a partir disso, planejar e procurar soluções” (CHRISTOFOLETTI, 1999, p.41). Assim, as qualidades ou características naturais e culturais associadas à paisagem podem informar, sobre eventuais ameaças que esteja a sofrer, assim como oportunidades que podem ser aproveitadas para a (re) afirmação dos elementos identitários dos lugares e regiões, tais como os contextos biofísico, sociocultural ou socioeconômico. E, quem sabe, evoluir para uma nova reorganização espacial. (CHRISTOFOLETTI, 1999).

A análise integrada da paisagem assume grande importância na atualidade e é centro de estudo por inúmeros autores, incluindo os de Portugal. Na concepção de Ribeiro (2007) a paisagem compreende elementos funcionais e dinâmicos que mantém relação entre natureza e cultura, e que não pode ser observado somente o aspecto visível, mas necessariamente, deve-se buscar olhar além do aspecto “não visível” da paisagem. Estes possuem significados dos valores humanos, o conteúdo simbólico, a relação afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz. Assim, representam o testemunho do passado e do presente da relação existente

entre os indivíduos e seu meio. A partir deste entendimento, classifica-se a paisagem em natural e cultural. Estes dois conceitos baseiam-se na geografia alemã.

Para Santos (2008), a paisagem consiste no que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares, tendo em vista que denomina as formas antigas do espaço como rugosidades, o que fica do passado como forma, espaço construído e de vida cultural e socioeconômica.

Assim considerando as ideias tratadas nesta revisão conceitual, diferentes estágios de transformação que serão abordados, desde a chegada dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul até a atualidade no município de Campina das Missões.

1.2.2 A paisagem no contexto da multifuncionalidade

A análise integrada da paisagem assume grande importância na atualidade para esta investigação, tendo como um dos objetivos tratar a paisagem no contexto da multifuncionalidade modificada pelos imigrantes. A paisagem em questão compreende elementos funcionais e dinâmicos que mantêm relação entre natureza e cultura, permitindo a compreensão dos significados dos valores humanos, do conteúdo simbólico, da relação afetiva que o grupo social estabeleceu com o lugar e onde a vida humana deste grupo vem se reproduzindo social, cultural e economicamente. Deste modo, a espacialidade de Campina das Missões representa o testemunho do passado e do presente, das relações existentes entre os indivíduos e seu meio ambiente e onde os cenários culturais, sociais e econômicos são expostos permitindo a influência colonial alemã enraizada na maioria de seus habitantes.

O processo de modernização sobre o meio rural inclui atributos como natureza e o ambiente aliado à tecnologia, promovendo a reestruturação das atividades, além da agropecuária apresentando uma forma diferenciada do olhar da sociedade sobre a paisagem rural. A capacidade de integração entre natureza e sociedade possibilita uma vida mais saudável à população urbana

(WANDERLEY, 2000). E ao introduzir atividades alternativas de contato com natureza se recorre à valorização da paisagem.

Deste modo, a “multifuncionalidade produtiva concorre para que o espaço rural possa preencher “novas” funções, lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, contribuição para o ordenamento e gestão do território, entre outras, que assim possam contribuir na revalorização do território rural”, no qual vive uma sociedade significativa que contém a mesma herança histórico-cultural (DE LIMA, 2008. p.2). De Groot, (2006) sustenta que a maioria das paisagens proporciona múltiplas funções que possibilitam vários usos e com diferentes combinações de usos da terra, além do valor ambiental de seus recursos.

A importância do ecossistema é determinado pela integridade e pelas funções do habitat (DE GROOT, 2006). Para garantir a disponibilidade contínua das funções do ecossistema, o uso de bens e de serviços deve ser limitado à capacidade de uso sustentável, cujos limites são determinados por critérios ecológicos, como a integridade, resistência e resiliência. Para tanto, funções do ecossistema são definidas como a capacidade dos processos e componentes naturais para fornecer bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas, direta ou indiretamente (De GROOT, 1992).

Galvão e Vareta (2010) salientam que, embora, a multifuncionalidade do espaço rural tenha surgido como paradigma das políticas agrícolas, este conceito é mais abrangente aplicado à paisagem e pode ser explorado por vários atores, sejam eles, proprietários, agricultores, caçadores, pescadores ou visitantes que venham a introduzir novas funções.

A partir do entendimento de que a agricultura multifuncional atribui-se funções que vão além do papel primário de produção de alimentos e fibras, Galvão e Vareta (2010) ressaltam que além da sua função primária de produção, a atividade agrícola molda a paisagem, fornece benefícios ambientais como a conservação do solo, a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação da biodiversidade e contribui para a viabilidade socioeconômica de muitas áreas rurais.

Considera-se que a multifuncionalidade aplicada na paisagem agricultura contemporânea, também pode ser aplicada à paisagem florestal, uma vez que reconhece que a paisagem pode proporcionar múltiplos bens

socioeconômicos, ecológicos e serviços constituindo uma ponte potencial para um conjunto de demandas complexas e cada vez mais diversificadas, tanto de interesse como de reivindicação. Klein (2007) afirma que o conceito de multifuncionalidade pode ser aplicado diretamente para debates sobre paisagens florestais.

Desse modo, as paisagens naturais ou seminaturais proporcionam benefícios para a sociedade e são de grande valor ecológico, sociocultural e inclusive econômico. Estes benefícios resultam da combinação de bens e serviços, por meio de múltiplas funções. Assim, a possibilidade de resgatar do rural seu sentido original envolve um conjunto de práticas orientadas para exercícios de contato com a diversidade natural. Estas atividades podem contemplar as terapias desenvolvidas em espaços rurais, tendo a natureza como beneficente direta, proporcionando tranqüilidade e descanso (DE GROOT, *et al.*, 2002).

No entanto, paisagens voltadas à agricultura familiar passaram a adquirir outras atividades e funções atribuindo novas formas ao espaço geográfico. Assim, a agricultura familiar passa a adquirir outros modelos de produção, através de meios alternativos, como um espaço de lazer, o contato com a natureza. Portanto, o mundo rural como espaço multifuncional bem orientado, permite a valorização dos recursos existentes e contribui para o desenvolvimento do meio rural e da integração das explorações produtivas como forma de maximizar os recursos, integrando funções sociais, ambientais, culturais e econômicas às explorações agropecuárias.

2. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL EM RURAL

O capítulo aborda a ocupação histórica da paisagem natural, descrevendo as alterações ocorridas durante o advento da ocupação humana e a conseqüente formação do meio rural colonial e do desenvolvimento das atividades multifuncionais.

A ocupação do espaço, os procedimentos adotados e as novas formas criadas foram responsáveis pelas modificações de cada período e presentes na dinâmica transformadora da paisagem. Deste modo, a paisagem foi sendo alterada pela presença humana, a qual se valeu de inúmeras atividades e cujas alterações mudam de um espaço em relação a outro, devido a variação do aporte tecnológico, social, econômico e cultural, disponível.

2.1 A chegada dos imigrantes e o desafio na derrubada da mata natural

Historicamente, este período trata da paisagem natural, antes da intervenção humana, quando os primeiros imigrantes alemães chegaram no Rio grande do Sul e se instalaram em colônias. O marco é a chegada dos imigrantes e o início da derrubada da mata para fundar as colônias formando seu lar, juntamente com a família, em meio à mata virgem. Contudo, este objetivo era um desafio, que consistia na instalação e sobrevivência em meio a mata, convivendo com animais selvagens e nativos (indígenas Guaranis).

Nesse momento os imigrantes, mais tarde colonos, perceberam as dificuldades e a ilusão da chegada a “terra nova”. Registram-se, assim, os sentimentos dos imigrantes em seus primeiros contatos com a fauna e a flora, além de discutir a forma como ocorreu o desmatamento para a formação das antigas colônias e as relações estabelecidas na nova terra.

No século XIX, no Rio Grande do Sul a política era de incentivo à imigração européia e tinha por objetivo, dentre outros aspectos, povoarem terras consideradas desabitadas e pouco aproveitadas, que se estendiam do centro ao norte da Província (BUBLITZ, 2008). Segundo o autor, inicialmente

os imigrantes enfrentaram grandes desafios que foi desde, o idioma e a alimentação diferente, assim como, os perigos da mata pela dificuldade da penetração e presença de animais selvagens, abundantes nas matas do Rio Grande do Sul. Observa-se o temor dos imigrantes frente à entrada na mata exuberante, nas palavras de Bublitz, (2008, p.224):

O colono adentra a floresta, no horror profundo da floresta, onde leões e tigres imperam, o homem forjou planícies floridas e promove cuidadoso, a cultura, em lugar do sussurrar sinistro das matas Ecoa agora o canto alemão, Os animais selvagens escutam temerosos, estes sons raros.

Os imigrantes se deparavam com uma mata subtropical imensa e misteriosa, onde a força da vegetação excedia qualquer imaginação. Mesmo os conhecedores das obras de viajantes, de acordo com Umann (1981), consideravam o início na mata mais difícil do que imaginavam. Segundo o autor, existe significativa diferença entre um viajante europeu e um ser humano que deseja fundar um lar, em meio à mata virgem e em terra estranha. Os imigrantes costumavam descrever como uma “mata escura” com cipós entrelaçados e árvores gigantescas.

Vogt (1997) destacou que os imigrantes vieram completamente iludidos quanto ao tipo de vida que teriam no sul do Brasil, estavam despreparados para enfrentar o que os aguardava. Niederhut (1924, p. 40-41) relata o sofrimento e a frustração dos imigrantes, escrevendo:

Vinham exaustos por uma longuíssima e penosa viagem de mezes e mezes em barcos de vela, sem conforto, com alimentação deficiente, vítimas do enjôo e da falta de recursos. Quando aqui chegavam viam-se numa terra inculta e bravia, coberta de densas e impenetráveis florestas (...)

Muitos imigrantes chegaram durante períodos de invernos rigorosos nas terras Sul-rio-grandenses. As temperaturas baixas, aliadas à umidade, as más condições de moradia, alimentação e vestuário fez com que muitos adoecessem. De acordo com Buff (1851), na maioria das vezes, os imigrantes chegavam com período de tempo impróprio e durante a longa espera pela passagem do inverno, as famílias eram obrigadas a permanecerem nos chamados barracões, precárias habitações coletivas erguidas em meio à mata.

Segundo Bublitz (2008) Martin Buff declarou em seu relatório de 1850 que foi muito penoso nos primeiros tempos os imigrantes acostumarem-se no mato, pois viviam incomodados e doentes.

O que mais surpreendia os imigrantes, quando tomaram posse de seus lotes no interior da fronteira verde e em meio à massa de vegetação, era o tamanho das árvores, o grande número de espécies, as distintas dinâmicas ecológicas de crescimento, de sucessão e de *clímax*, o tipo de solo e a presença de pragas. Havia diferenças significativas entre as matas subtropicais e as européias, a começar pelas espécies predominantes em ambas as paisagens (RAMBO, 2004).

Nesse cenário, por meio de olhares apavorantes, os imigrantes foram abrindo as primeiras picadas, também conhecidas como: travessas, travessões e linhas, segundo Gutfreind, Arendt e Dreher (2001, p. 1), e que era a “forma básica de penetração na floresta subtropical”. De acordo com Bublitz (2008), os poucos instrumentos disponíveis na época, as vias (picadas) foram adquirindo forma dentro da mata e perto dos rios ao longo dos cursos de água foram se instalando os imigrantes, em lotes que lhes eram designados. A figura 2 mostra o começo de uma família de imigrantes alemães em meio à mata virgem no Rio Grande do Sul.



Figura 2: Moradia de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul em 1922.

Fonte: BUBLITZ, 2008.

Os migrantes tinham direito um lote colonial e a instalação dos imigrantes se dava em lotes de dimensão média de 48 hectares, objetivando a ocupação das terras para fins de desenvolvimento da atividade agrícola. Considera-se que por terem recebido os lotes de terra, passaram também a ser chamados de colonos ainda que mantivessem a denominação de imigrantes. A luta com a mata continuava, pois eles precisavam desbravar, abrindo caminhos para a ocupação efetiva da terra, mas a densa vegetação era um obstáculo difícil a vencer, mesmo na distância entre dois lotes ou mesmo duas casas e também era o grande empecilho aos sonhos que pretendiam realizar na terra nova, como mostra o relato escrito por um descendente de colono (GRESSLER, 1949, p. 173-174):

O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes foi o fato de que os sonhos criados pela imaginação fértil em sua terra natal, não foi possível realizá-los de pronto. Haviam-se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. Cada qual era escravo da floresta virgem, que chamavam sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela posse da mata, pois si eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Havia de lutar, para que com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possível tornar-se senhor de suas rendas e homem livre [...] Muito suor se derramou e muito golpe de machado foi dado em vão, pois faltava-lhe o conhecimento e a habilidade para a execução de trabalhos a que não estava acostumado.

Na prática, a questão fundamental e prioritária na chegada dos imigrantes foi em aprender a derrubar a mata e lidar com a terra coberta por vegetação, na verdade era uma questão de sobrevivência. Conforme relata Niederhut (1924, p. 41), “tudo era novo e desconhecido, tudo era diferente do meio habitual”. Os colonos “não conheciam as plantas, os animais, as sementes que lhes eram dadas para plantar nem os alimentos que lhes eram fornecidos para se sustentar”. Acima de tudo, sentiam-se isolados, perdidos na imensidade de suas colônias. Muitos sofreram gravemente, na luta contra a mata, inclusive alguns morriam esmagados por toras.

O agente intérprete da colonização, Pedro Kleugden, em seu manuscrito de março de 1851, listou as ferramentas prometidas aos imigrantes. Entre as quais, estavam: foice, enxada, serra, facão, pá, lima, torques, martelo, formão, espingarda, balas e espoleta, chumbo de caça e pólvora, entre outros elementos (BUBLITZ, 2008). Segundo o agente intérprete, Pedro Kleugden,

citado por Bublitz (2008), por meio destes equipamentos não tinham êxito, uma vez que nem a metade do prometido foi cumprida pelo Governo. Inicialmente, foi necessário, cortar a vegetação de menor porte para poder entrar na mata. Posteriormente, derrubavam as árvores maiores, exigindo vários dias de trabalho pesado

Seidler (1976, p.110), relata durante sua passagem por São Leopoldo, em 1835, como foi o processo da luta com a mata para abrir uma passagem. Os colonos procuravam trabalhar em duplas e dividiam as tarefas, enquanto um cortava a parte debaixo dos caules com o facão ou com um machado, o outro, com uma foice com cabo, cortava pelo alto os ramos e os cipós. Os colonos precisavam abrir clareiras na mata para poder plantar e erguer a casa e desse modo, trabalhavam para obter a primeira roça plantada, além de um abrigo para habitar. Estas dificuldades também são destacadas em Correa (2004, p. 34), que registrou ser a floresta, sem dúvida, um elemento definidor do que se poderia chamar de uma “identidade colonial”, considerado como um elemento unificador. Eles, inclusive, orgulhavam-se de dominar a mata, especialmente quando havia sido derrubada e encontrada no chão.

Em muitas ocasiões se deparavam com tigres que incomodavam em volta das habitações, matando os cães que estavam presos em correntes e tendo que tomar providência para não expor suas famílias às feras. Além dos povos indígenas (Guaranis Kaingangs) que viviam na mata, cujas atividades de subsistência voltavam-se à coleta de pinhões, à caça, à pesca e à horticultura (BUBLITZ, 2008).

Os homens selvagens como eram denominados os guaranis ou *wilden Menschen*, em língua alemã, eram considerados um grande mal pela maioria dos colonos, pois atacavam os colonos. Franzen (1924), que se instalou em São Leopoldo em 1832, comentou que 21 imigrantes foram mortos pelos guaranis. Muitos tinham verdadeiro horror da mata, usando exemplo, o termo *Waldesgrauen*, que significa, literalmente, floresta que faz tremer.

Conforme Roche (1969) o homem Mello considerado o presidente da Província em 1868, afirmou que antes, era um vazio, constituído somente pelo povoado de animais. Posteriormente, esta paisagem foi transformada pelo homem com muito esforço, energia e religiosidade. Em outras palavras, eram terras devolutas e vazias, na concepção dos governantes que passaram a

ganhar um novo significado no momento em que os colonos se estabeleceram nas terras e iniciaram seu desmatamento.

A partir deste momento teve início um marco divisor demarcando dois espaços distintos: o civilizado, determinado pela agricultura colonial, e o inculto, referente à própria mata. Forjou-se uma identidade colonial intrinsecamente americana, que mesmo longe de ser homogênea, permitiu que os imigrantes se tornassem parte da sociedade Sul-rio-grandense, ainda em formação (BUBLITZ, 2008).

2.2 Derrubada da mata com queimadas e o plantio de subsistência

O segundo período se refere ao processo determinado pelo movimento da migração dos colonos das colônias velhas avançando fronteiras e originando colônias novas, embora tendo como desafio: a abertura de estradas, o desmatamento da mata virgem e o início de atividades nos novos lotes coloniais. Neste momento os colonos tinham maior conhecimento sobre a utilização de ferramentas manuais como enxadas, machados, arados e, de como começar a cultivar a terra nova contando com a força humana. Destaca-se o avanço da fronteira e o domínio do homem sobre a natureza, alterando a paisagem natural que aos poucos vai cedendo espaços a presença humana e a formação de outra paisagem, a paisagem humanizada, a qual foi paulatinamente evoluindo até constituir a paisagem rural.

Dessa forma, muitos se mantinham em constante migração rumo à fronteira verde, a fim de conseguir novas terras, uma vez que as antigas eram pequenas demais para o grande número de filhos gerados no Brasil e muito degradadas, não fornecerem alimentos como antes. Para Roche (1969), tratava-se de uma “enxameagem colonial”. Assim como a migração dos enxames de abelhas para locais em que o néctar necessário à reprodução era mais abundante. Desse modo, os colonos se portavam em busca de novas terras, deixavam para trás lotes desgastados pelo uso excessivo e insustentável. Neste sentido, a formação das colônias era constituída por uma sociedade predominantemente agrícola e suas relações mais importantes estavam sempre ligadas à posse de terras.

Entende-se que os migrantes não tiveram outra escolha para se desenvolverem a não ser por meio da derrubada da mata, da expansão da agricultura como meio de sobrevivência, sustento e progresso financeiro. Porém, no momento que os imigrantes compreenderam melhor os métodos mais eficazes para realizar as derrubadas passaram a aplicar a técnica da queimada. Este método, ensinado pelos diretores e inspetores coloniais, foram repassados pelos pioneiros aos imigrantes recém-chegados e transmitido de geração em geração.

Na verdade, a *coivara* é um método utilizado pelos nativos guaranis, que passou a ser utilizada em grande escala e de forma agressiva, implicando em alterações ecológicas drásticas (BUBLITZ, 2008). Sabe-se que os colonos relutavam em adotar tal procedimento, principalmente, aqueles que atuavam como agricultores em sua terra natal, pois se tratava de uma nova relação com a natureza, diferente daquela vivenciada na Alemanha (PÁDUA, 2002). Entretanto, era necessário esquecer, por um momento, tudo o que sabiam sobre agricultura para apreenderem as técnicas de plantio mais apropriadas ao novo ambiente. De acordo com Rambo (1956, p.101), “os imigrantes viviam debaixo da obsessão de que só em roças livres de pedras, tocos e raízes e com solo arável se poderia fazer agricultura”. Desta forma, muitos tentavam inutilmente, repetir em terras Sul-rio-grandenses o modelo que conheciam. Mas, perceberam que o uso do arado não trazia êxito imediato no solo irregular e repleto de raízes como encontrado no sul do Brasil.

Em um livro publicado em Hamburgo, na Alemanha, em 1828, Friedrich Von Weech procurava auxiliar o imigrante de origem germânica que pretendiam migrar rumo às colônias Sul-rio-grandenses, informando alguns detalhes sobre a técnica das queimadas. Assim, mostrava a roçada e a forma propícia para a queimada, em suas palavras explica: “escolhe-se o meio-dia, geralmente acompanhado de um vento leve, atea-se nesta, fogo” (WEECH, 1992, p. 114).

Grado (1989) confirma as condições primitivas dos colonos e a adoção do sistema de queimada. Após a derrubada da mata virgem, ateavam fogo e em seguida, preparavam a terra com o auxílio somente do uso da enxada. Portanto, as informações referentes aos sistemas agrícolas das primeiras colônias do Rio Grande do Sul mostravam-se primitivas quanto aos meios de

produção utilizados nas tarefas agrícolas e aliado a isso se destaca: o isolamento e a falta de iniciativa do Governo e o baixo padrão técnico do imigrante em relação ao utilizado na Europa.

A adoção do procedimento de queimadas levou a perda das madeiras. Poucos foram os que se importaram com os danos provocados nas matas, tanto os colonos quanto os funcionários provinciais e imperiais. Os tipos de madeira de lei conhecidos eram: cedro, canjerama, louro, timbauva, sobragy, arrueira, canella, o ipê, angico, araçá, canellinha, entre outros.

Com o decorrer dos anos, a mata passou a ser aproveitada economicamente dando início ao comércio de madeiras. No princípio, isto não era possível, principalmente pela falta de vias de transporte adequadas e pelas dificuldades enfrentadas para a comercialização das toras, mas a partir da segunda metade do século XIX este cenário mudou (Figura 3).

Embora as serrarias estivessem sendo difundida junto às áreas de colonização, a indústria madeireira se estabeleceu principalmente nas colônias tardiamente, na serra e no planalto Sul-rio-grandense, onde a Araucária Angustifolia, era uma espécie exclusiva do sul do Brasil, e no entanto, alvo fácil de centenas de serrarias.



Figura 3: Extração de madeira em 1922, para comercialização em Ijuí, RS.

Fonte: http://ijuisuahistoriaesuagente.blogspot.com.br/2012_06_01_archive.html

Devido às queimadas e derrubadas, Lopes (1867) calculou que em São Leopoldo mais de um terço de sua superfície estava desaproveitado, pois os lotes que no passado foram intensamente cultivados estavam degradados, tornando-se campos artificiais. Deste modo, a migração era contínua, os colonos causavam graves consequências ambientais. As queimadas e derrubadas da floresta continuaram, em escala crescente, em direção a outras áreas do Rio Grande do Sul, deixando para trás um rastro de destruição. Na Figura 4 visualiza-se o transporte de uma tora extraída por colonos alemães.



Figura 4: Colonos posam para foto com uma tora recém-extraída, no interior da antiga colônia de Santa Cruz, início do século XX.

Fonte: BUBLITZ, 2008.

Apesar da destruição da flora natural, os núcleos coloniais implantaram um tipo de economia colonial que teve como característica marcante o estabelecimento da policultura, a qual deveria solidificar o seu caráter independente. O trabalho familiar reforçou a idéia de independência, tendo em vista que não utilizavam mão de obra externa. Todos os membros da família envolviam-se nas tarefas domésticas e na produção agrícola, no intuito de alcançar a autonomia econômica.

A partir da organização, formada nos núcleos coloniais autossuficientes, tiveram início novas formas de convivência entre eles, o esforço para recriar a noção de pátria (*Heimat*), representada pela espacialidade de área colonizada e pelas relações sociais estabelecidas e motivadas pelo parentesco e amizade, uma vez que possuíam o mesmo histórico.

Com a noção de pertencerem à mesma comunidade, os colonos organizaram associações com o objetivo de manter sua herança cultural. As

primeiras iniciativas foram as construções de igrejas e escolas e, em seguida, as associações destinadas a promover o convívio social, como os clubes de tiro, corais comunitários, grupos de danças folclóricas, entre outros.

A instalação das atividades produtivas exigia um capital mínimo, que muitos colonos empobrecidos não possuíam. Assim, nesta sociedade haviam os capitalizados e os empobrecidos que utilizavam apenas seu trabalho considerado uma tarefa árdua, pois eles executavam o trabalho de derrubada da mata e formação de solos produtivos. Isto propiciou a adoção do sistema de rotação de terras, tipo roça. Por outro lado, o ambiente físico e econômico desfavorável, fez com que muitos colonos não conseguissem aplicar e a manter o nível técnico trazido da Europa e, por isso se tornaram dependentes de sistemas agrícolas primitivos para obter uma produção que garantisse a sobrevivência. Neste processo, adotaram as práticas indígenas no cultivo do solo e adquiriram terras de campo para estabelecerem seus lares e se tornarem proprietários criadores (LIMA, 2006).

Para o autor, em áreas onde os agricultores adotaram a diversificação de culturas associada à tração animal, a produção dependia, basicamente, da fertilidade dos solos e se destinava ao autoconsumo e ao abastecimento das tropas militares. Nesta época, não existiam perspectivas de comercializar em maior escala o excedente agrícola. Denis (1951, p.236) coloca a situação vivenciada pelos colonos do sul até meados do século passado, apesar de que a terra era capaz de produzir boas colheitas, como pode ser destacado:

A terra fornecia abundantes colheitas, mas não se sabia o que fazer com elas. Os relatórios oficiais apresentam os colonos vivendo na abundância. Não mentem, pois cada lote alimentava abundantemente uma família; entretanto escondem uma parte da verdade já que esta abundância não era prova de riqueza. A fertilidade dos solos não bastava e a letargia econômica era completa.

Todavia, os colonos sofreram grandes prejuízos devido às sucessivas perdas da colheita, tanto pelas más condições climáticas como por ataques de pragas, que destruíam totalmente a produção, obrigando a intervenção governamental, por inúmeras vezes, para subsidiar o abastecimento das colônias, importando produtos agrícolas dos países os colonos sofreram grandes prejuízos devido às sucessivas perdas da colheita, tanto pelas más

condições climáticas como por ataques de pragas, que destruíam totalmente a produção, obrigando a intervenção governamental, por inúmeras vezes, para subsidiar o abastecimento das colônias, importando produtos agrícolas dos países vizinhos (LIMA, 2006).

Assim, o Rio Grande do Sul se tornou um território específico, com identidades, marcas do processo de colonização efetivo, forte religiosidade, alimentação e estrutura fundiária principalmente em pequenas propriedades rurais que se baseiam na produção de alimentos e trabalho familiar, em sua maioria, localizados na metade norte do Estado, onde a colonização alemã é mais forte.

2.3 Aumento da produção e a presença da modernização nos antigos lotes coloniais

O terceiro período se caracteriza pelo aumento da produção de consumo familiar e venda do excedente, dando início à produção para o mercado. Assim se intensifica o uso da terra e do trabalho, agrega-se a força mecânica e paulatinamente a modernização da agricultura dá seus primeiros passos que ocorre no interior dos lotes coloniais por volta de 1970.

Alguns colonos conseguiram evoluir para um sistema intensivo de rotação de culturas e buscaram desenvolver, com base na especialização, determinados produtos. Com essa evolução conseguiram romper o isolamento inicial e atingirem os poucos mercados existentes (SALAMONI, 2000).

Porém, as vias de acesso eram precárias, acarretando aumento nos custos de transporte. Em parte, este problema foi amenizado, em virtude das conexões com as vias que eram navegáveis, entre alguns trechos do rio Taquari, com os tributários do Jacui. Porém, a construção da ferrovia, ao longo da base da Serra Geral e de seus ramais secundários, foi à chave da mudança introduzida na dinâmica a economia local (SALAMONI, 2000).

Com o passar dos anos a fisionomia do território gaúcho foi modificada pela colonização europeia. Concordado com Salamoni (2000), os seres humanos que se fixaram sobre determinadas espacialidades foram se adaptando às condições do meio físico e demarcando seu território,

provocando transformações na paisagem por meio das marcas de sua identidade cultural, segundo o seu modo particular de organização social e econômica.

Para identificar essa diferença, deve-se observar e identificar os contrastes resultantes da introdução desse elemento novo, o imigrante europeu e não português: o primeiro aspecto considerado diferenciador é quanto ao tipo de povoamento dos colonos, pois a área colonial apresenta um caráter mais denso em relação à dispersão das áreas de campos; o segundo aspecto é a proximidade dos lotes coloniais, reflexo da estrutura fundiária, que favoreceu a formação de inúmeras vilas e povoados considerados embriões dos futuros centros urbano (SORRE, 1961).

Ao analisar o comportamento da agropecuária colonial, nas primeiras décadas do século XX a partir de 1930, Salamoni (2000) esclarece que a trajetória foi marcada por uma crise que afetou a economia como um todo. Pois, a produção gaúcha enfrentou a concorrência imposta pelas áreas agrícolas do centro do País, que pelo simples fato de estarem localizadas geograficamente mais próximas dos mercados mais dinâmicos, comercializavam seus produtos com melhores condições de competitividade.

Outro agravante, para a autora, foi o desamparo dos produtos de origem colonial, permanecendo em desvantagem frente ao capital comercial monopolista, o qual absorvia o excedente econômico, gerado em nível de produção, via compressão de preços. Aliada a estes fatores, a agricultura gaúcha enfrentava as consequências do rápido esgotamento dos solos e o contínuo fracionamento das propriedades de origem colonial. Ainda segundo Salamoni (2000) como resultado destes problemas, desencadeou-se um processo de migração interna dos descendentes dos imigrantes europeus para outras áreas consideradas pioneiras, ao norte do Estado. A expansão da fronteira agrícola para colonizar novas áreas exigiu um tempo mínimo para que pudesse se integrar, efetivamente, à economia regional.

Aliado a isso, teve-se a expansão do crescimento urbano (década de 1930 e 1940), com o surgimento de empregos nas cidades, permitindo a colocação efetiva do excedente físico da atividade policultora no mercado. Este foi um dos motivos que determinou a sobrevivência da agropecuária de origem colonial. Por outro lado, quem estava inserido no sistema e possuísse uma

área de terra restrita, na qual os meios de produção eram precários buscaram ocupar um espaço mercantil na economia, comercializando os excedentes agrícolas, às vezes se especializando em atividades que apresentavam maior demanda dos mercados (SALAMONI, 2000).

No momento que este segmento produtivo aprofundou suas relações com o setor urbano e industrial, constata-se a modificação da base tecnológica e alteração nas relações sociais de produção. Assim passa a se tornar um membro efetivo do complexo que comanda a dinâmica na moderna agricultura (BALSAN, 2006).

Antes da agricultura moderna, três tipos de paisagem marcavam os lotes coloniais, a mata nativa, as áreas com capoeira e as áreas produtivas, onde cultivavam os produtos de subsistência, principalmente feijão e milho. A porção da capoeira era incorporada novamente para produção agrícola, a qual o colono voltava a “roçar” e lavrar para retomar o plantio (CARDOSO, 1947).

A partir da década de 1960, a agricultura brasileira passa por um processo de modernização, demarcada por uma paisagem produtiva, ou seja, a produção da soja estava tomando conta das antigas colônias. Essa expansão ocorre concomitantemente com o complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola gerando efeitos sobre a paisagem do meio rural (BALSAN, 2006).

As transformações no campo passam a ocorrer, trazendo heterogeneidade, uma vez que as políticas de desenvolvimento rural inspiradas na “modernização da agricultura” privilegiaram determinados segmentos do setor produtivos demarcados pela desigualdade. Os incentivos políticos eram destinados aos que possuíam mais terras, assim os agricultores familiares rurais eram excluídos do processo.

Com a introdução da monocultura, por volta de 1960-70 visando à produção em grande escala, o solo passou a ser usado de forma inadequada para cultivos, sem respeitar a aptidão agrícola e as limitações. Assim, aceleraram-se os processos de degradação da capacidade produtiva do solo pelo uso intensivo, alterando, conseqüentemente, a paisagem de todo o Estado.

Para Wanderley (1995), a história agrícola está ligada ao processo de colonização no qual a dominação social, política e econômica das grandes

propriedades foram privilegiadas. Desta forma, a grande propriedade assumiu a posição de modelo socialmente reconhecido, recebeu estímulos das políticas agrícolas, se modernizou e assegurou sua reprodução. Frente às políticas do período histórico em análise, compreende-se que a agricultura familiar ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira das décadas de 1960 e 1970, por ser incompatível com o modelo de produção agrícola, voltado para o mercado externo, captador de divisas no mercado exterior e consumidor de sementes, adubos, agrotóxicos, fertilizantes e tecnologias, como as maquinarias necessárias a produção (MIORIN, 1982).

A partir da introdução do modelo agrícola, voltado para os mercados externos ocorreram alterações no modo de produzir e de organizar a produção agrícola, principalmente em áreas onde ela havia se consagrado, áreas do planalto do Rio Grande do Sul, antigas áreas de mata do período da colonização. Estas áreas promoveram completa reorganização de seus espaços agrícolas e adotaram ampla tecnologia. A readequação procurou garantir novas condições de produção pré-determinadas, pelos grupos econômicos capitalistas, configurando, mais uma alteração significativa na paisagem rural, a presença de uma agricultura mecanizada, de uso intensivo do solo, com alta produtividade e voltada para a exportação (MIORIN, 1982).

Assim foi eminente o processo de abertura de novas terras e o uso indiscriminado de insumos químicos, teve-se uma das maiores perdas da biodiversidade. Segundo Altieri e Maser (1997, p. 78) teve-se o aumento dos “custos econômicos para a agricultura devida tanto à necessidade de doses mais intensivas, quanto à redução dos lucros causada pela resistência dos insetos nas monoculturas”. A figura 5 retrata a aplicação de inseticidas agrícolas e colheita de soja nas lavouras.



Figura 5: Aplicação de inseticidas e colheita nas lavouras no Rio Grande do Sul.

Fonte: <http://legiaobiologica.blogspot.com.br/>

Com a modernização da agricultura as mudanças na paisagem ficaram fortemente marcadas pela devastação da floresta e uso intensivo da terra. Balsan (2006) relata que o praguejamento e uso intensivo do solo, mais a fragilidade econômica, conduziram à dependência de mercados globalizados e à fragilidade social trazendo como característica a sazonalidade do emprego agrícola no Brasil. E, além da propriedade privada da terra estar concentrada nas mãos de poucos proprietários, o acesso a ela também foi restrito, pois a minoria detém a maior porção de terras rurais, assim como a exploração das mesmas.

Em relação ao processo de modernização, Balsan (2006) destaca duas consequências: a dos impactos ambientais, provocados pelo padrão de produção de monocultura por meio da destruição das matas e da biodiversidade genética, erosão do solo, assim como, da contaminação dos recursos naturais e dos alimentos; a outra são os impactos socioeconômicos, causadas pelas transformações rápidas e complexas da produção agrícola que foi implantada no campo, a partir de interesses dominantes determinando seu estilo de desenvolvimento trazendo mudanças sociais e econômicas.

Posteriormente, o meio rural necessitou de mudanças devido a presença de novas tendências econômicas e sociais voltadas para a realidade do momento, e frente a uma disparidade social existente determinada entre sociedade moderna e em processo de industrialização convivendo com um

campo formado por uma agricultura tradicional de baixa produção constituída por agricultores familiares com dificuldade de reprodução econômica e social.

2.4 Domínio do lote colonial e o resgate dos saberes culturais adotando a multifuncionalidade

O quarto período é marcado pelo domínio total do lote colonial e a insuficiência da renda familiar na procura de alternativas intensificando a produção, anexando os saberes culturais. Neste momento, a diversificação da produção resgata e explora os saberes adquiridos e parte para a multifuncionalidade.

O governo brasileiro, a partir da década de 1960, promoveu políticas de colonização e exploração de florestas, a partir de um planejamento equivocado ou inexistente. Esses processos levaram a fronteira agrícola e pecuária expandir as fronteiras em direção a outras áreas (LUI; MOLINA, 2009). As famílias cresciam e necessitavam de mais terra para produção e com o domínio do seu lote colonial expandia para outras áreas. Além de que a plantação da soja exigia grande quantidade de terra para extração da renda.

As mudanças de cobertura e uso do solo trouxeram transformações significativas da paisagem exploradas pelas populações humanas. Assim, a introdução de novas ferramentas, novas tecnologias e o choque cultural provocado pelos colonizadores alterou o nível de mobilização da energia do meio para as atividades produtivas, provocando mudanças nas tecnologias de subsistência das populações (DENEVAN, 2006).

Com a pressão populacional na busca por recursos naturais, a ascensão do modelo capitalista, o desenvolvimento tecnológico, o valor da terra, a expansão da fronteira agrícola, entre outros fatores, imprimiram novas pressões (DIEGUES e MILLIKAN, 1993; MARGULIS, 2003). Este processo deu início a exploração dos recursos da paisagem incentivando o desmatamento da floresta que existia na área.

Após o processo da modernização da agricultura, com o uso da terra de forma intensiva e domínio do lote colonial já não tinha mais para onde expandir. Neste momento se começou a repensar e procurar outras atividades as quais

foram modificadas, tornando-se importantes alternativas de emprego e renda no meio rural. Graziano da Silva (2002), explica que as atividades rurais não agrícolas foram valorizadas, tais como moradia, turismo, terapia, lazer, prestação de serviços, e atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um amplo conjunto de atividades de nichos de mercado.

As espacialidades rurais tornaram-se um local diversificado de interesses, tendo como propósito atender à demanda gerada pela modernização da sociedade atual, possibilitando uma nova rede de estruturas e oportunidades, onde os ambientes rurais tornam-se também, uma alternativa de descanso e lazer (GEDIEL; FROEHLICH, 2014).

As transformações que vem ocorrendo no meio rural se devem em grande parte à atual conjuntura, onde a velocidade, as novas ecologias, a globalização, o ambientalismo, tentam impor uma nova concepção de desenvolvimento (SACHS, 1995). Mas no contexto histórico, o entendimento da transformação no mundo rural está fortemente relacionado com a modernização da agricultura, que em vez de, reduzir as desigualdades sociais e econômicas, estas aumentaram (FROEHLICH, 2002).

O espaço rural tende a adquirir novos modelos de produção, através de meios alternativos, como um espaço de lazer, o contato com a natureza circundante ou até mesmo como opção de moradia. Este processo de modernização no meio rural inclui os atributos da natureza e ambiente com a tecnologia, em uma reestruturação voltada às atividades, além da agropecuária, obtendo-se uma forma diferenciada do olhar da sociedade sobre as espacialidades rurais (GEDIEL; FROEHLICH, 2014).

Nesse contexto, a noção de agricultura sustentável começou a ser adotada entre os atores sociais. Este fato se atribui ao conceito do desenvolvimento sustentável difundido amplamente pelo relatório *Brundtland* em 1987, onde a prática de uma agricultura deva responder às necessidades atuais sem colocar em risco os recursos naturais para as gerações futuras. Na atual dinâmica produtiva do Brasil, concorda-se que o desenvolvimento sustentável caracteriza-se como uma utopia, uma vez que muitos agricultores familiares são privados das condições dignas de sobrevivência.

O manejo, a conservação e a recuperação dos recursos naturais, principalmente solo e água, são uma preocupação que vem mobilizando

importantes órgãos mundiais como Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) entre outros. Os danos causados à natureza e a crescente destruição do meio ambiente, colocam a necessidade da sua preservação e recuperação, buscando formas racionais de produção. Independentemente da origem, os imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul tinham em comum o mesmo ideal, a conquista de um pedaço de terra como patrimônio e meio de subsistência da família (BALSAN, 2006).

A paisagem que se conhece hoje resultou de um processo histórico de reorganização espacial, obedecendo a uma lógica própria de transmissão de terras, na qual os descendentes que constituem suas famílias e que a integridade das terras ficou comprometida, deixaram seus lugares de origem e iniciaram outro ciclo garantindo sua sobrevivência e reprodução social da família. A partir disso, os agricultores familiares, descendentes de imigrantes, foram modificando os padrões da paisagem buscando o desenvolvimento e a reorganização espacial de acordo com cada período analisados neste capítulo, segundo as expectativas econômicas que lhes eram dadas, optavam por aquelas que apresentavam maior rentabilidade e meios de sobrevivência.

Com o desempenho em promover o desenvolvimento, a organização social e tecnológica nas colônias vem-se modificando os padrões da paisagem fechando-se um ciclo, onde procura-se resgatar os saberes culturais para reorganizar o espaço agredido. Isto se deve a consciência da perda da paisagem rica em elementos naturais, em fauna e flora, além da fertilidade do solo, assim como o esgotamento do lote colonial, cuja renda é insuficiente para manter a familiar rural, principalmente os que sobrevivem da agricultura familiar em pequenas propriedades.

A adoção da multifuncionalidade na agricultura se constitui em uma solução para as “disfunções” do modelo produtivista, pois traz inovação ao conduzir uma visão integradora das esferas sociais, do papel da agricultura e, acima de tudo, a participação das famílias rurais em prol do desenvolvimento. Este fato, permite a introdução de novas atividades que podem levar a uma nova modernização ou a revalorização dos recursos existentes (KNICKEL; RENTING, 2000).

Portanto, em alguns casos, a multifuncionalidade faz-se necessária, em virtude do uso intensivo da terra. Assim, poderá contribuir para (re)valorizar o meio rural e a imagem da agricultura familiar desempenhando outras funções ou retomar o saber cultural para agregar renda familiar, seja, de lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, entre outras. O importante é que a agricultura multifuncional, além de produzir alimentos, proporciona renda e emprego na propriedade familiar rural.

3. MULTIFUNCIONALIDADE E PAISAGEM RURAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DAS MISSÕES

Neste capítulo são abordados os resultados das observações e análises as informações de campo, qualitativas que fizeram parte da investigação reportando-se as discussões e reflexões permitidas no aporte conceitual e metodológico crítico-dialético. Os resultados se referem aos estudos realizados envolvendo o emprego da multifuncionalidade no meio rural por meio da identificação das propriedades rurais, transformação da produção e conservação da paisagem e os estágios de mudanças produtivas.

3.1 Identificação da multifuncionalidade em Campina das Missões

O ser humano é o principal agente que iniciou o rompimento do equilíbrio natural da paisagem por meio da derrubada da vegetação nativa, destruindo e transformando o meio em benefício próprio, considerado um mal necessário. Com isso alterou a dinâmica natural dos elementos que compõem a paisagem, os recursos mais preciosos como o solo, a água, espécies da fauna e flora.

3.1.1 Identificação da multifuncionalidade no meio rural

O início de toda esta manifestação, do ser humano sobre a paisagem, partiu da derrubada da vegetação para a construção da sua moradia. Desta forma, a análise parte da identificação das propriedades familiares rurais quanto à fixação do ser humano sobre o meio, ao qual habita na atualidade. Assim, constatou-se que todos os agricultores familiares residem nas propriedades, com exceção os associados da Cooperativa da Linha Teresa (COOPERTERESA) que possuem sede onde realizam a comercialização dos

produtos, porém cada associado, totalizando 82, possui sua propriedade de onde provêm os produtos *in natura* que são transformados em local apropriado.

Em média, a maioria dos agricultores entrevistados reside a mais de 20 anos nas propriedades e são considerados pequenos agricultores familiares rurais. Cabe destacar três agricultores que residem sessenta anos na propriedade, em moradias, cuja arquitetura assemelha-se a área de origem – enxaimel, que são herança de seus antepassados. Estes antepassados moradores nas propriedades foram os que iniciaram a colonização alemã por meio da derrubada da mata nativa para constituir a propriedade atual. Entretanto, as culturas produzidas foram modificadas no decorrer dos anos, visando viabilizar a produção de consumo familiar e de mercado, além da melhoria da renda familiar.

Como o maior número de agricultores reside a mais de 10 quilômetros da sede municipal, evidencia-se a necessidade de um transporte próprio ou frete para vender a mercadoria no mercado urbano do Município. Alguns realizam a comercialização dos produtos em outras municipalidades, como Santa Rosa, o que torna o transporte mais caro. Somente um deles reside a dois quilômetros da sede municipal.

As pessoas por família são reduzidas e nas propriedades a força de trabalho é fruto de duas pessoas, ou seja, do agricultor familiar e sua esposa. Os filhos foram à procura de melhores condições de vida e de estudos em outros centros urbanos ou cidades universitárias trazendo de fato, o aperfeiçoamento e uma profissão que repercutiu na melhoria das condições de vida. Do total de 22 famílias entrevistadas, somente duas possuem cinco membros na família. Neste caso, trata-se de uma pessoa idosa e um casal mais novo que permaneceu na propriedade para auxiliar os pais.

Nos próximos anos um significativo número de agricultores poderá recorrer a aposentadoria. Esse percentual já supera o número de jovens presentes nas famílias entrevistadas. Destaca-se uma entrevista, realizada na COOPERTERESA, cooperativa da Linha Teresa, que possui 82 agricultores.

Na COOPERTERESA, os produtos derivados da cana-de-açúcar são comercializados na sede comercial própria (a alguns metros do centro de processamento dos produtos), assim como no comércio da cidade e de abrangência regional. Na sede comercial da COOPERTERESA, também são

vendidos produtos coloniais que eles mesmos compram dos agricultores familiares.

Na maioria das propriedades são mantidas as atividades agrícolas, com exceção de uma propriedade que obtém renda, através da atividade pecuária. Portanto, em quatro propriedades a renda provém tanto da atividade agrícola como não agropecuária e o mesmo número de propriedades investe na atividade pecuária e não agropecuária. (Figura 6).

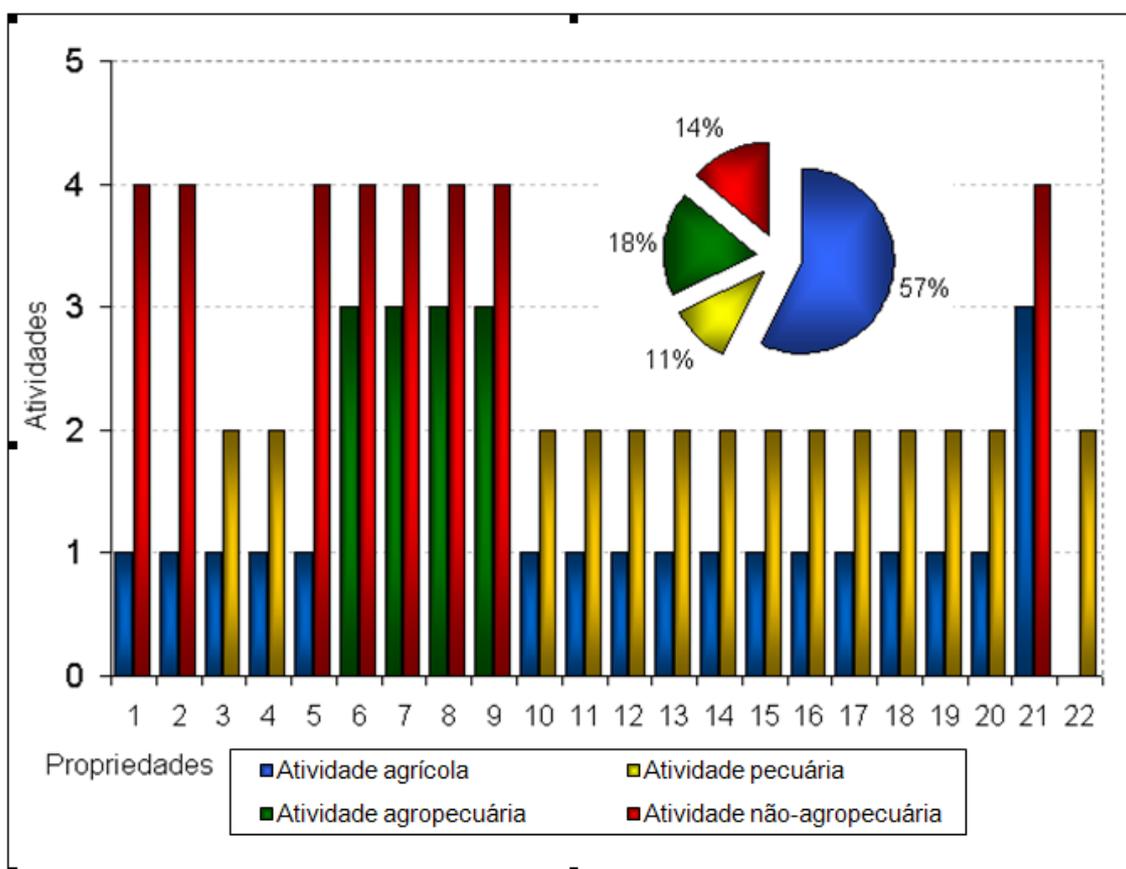


Figura 6: Atividades que contribuem na formação da renda dos agricultores familiares
Fonte: REIS, 2014.

As famílias, além de se valerem da atividade agrícola ou pecuária, alguns partiram para a não-agropecuária, adotando os saberes culturais transmitidos no seio da família pelos mais velhos (seus antecedentes) ou então, por meio de cursos específicos visando o aperfeiçoamento para agregar renda à produção familiar.

Constatou-se que nos agricultores familiares rurais entrevistados a atividade agrícola é mantida, embora a produção seja somente para consumo próprio. Este fato se reporta ao início da colonização quando a produção era somente de subsistência, porém neste caso esta produção se torna um fator importante na renda familiar mantendo e promovendo o crescimento da propriedade é de uma atividade específica, fortificada pela atividade pecuária destinada ao mercado externo ou a atividade não agropecuária. Ressalta-se que na maioria das propriedades se mantêm a atividade agrícola como fonte de subsistência familiar.

Entre os agricultores entrevistados sete investiram significadamente na atividade pecuária, principalmente na suinocultura e leite *in natura*. Aliado a pecuária, alguns agricultores, investiram concomitantemente na produção agrícola. Entretanto é da pecuária que provém a maior fonte de renda da família. Os agricultores que investiram no setor não agropecuário, em sua maioria, afirmam ser ela a principal fonte de renda e, neste caso é citada a atividade marcenaria, loja de roupas, feira-individual, horticultura aliada a presença de hotel e restaurante, onde o agricultor abastece seu próprio negócio. A cooperativa que consiste em 82 associados realiza a produção de porongos e trabalha na transformação em cuias (Figura 7).

O agricultor da viticultura está passando por um processo de readaptação e decadência, em virtude das parreiras conterem uma doença não descoberta. Assim, a uva destinada à produção do vinho e suco é adquirida junto ao município de Caxias do Sul, tornando o transporte caro e a renda praticamente inviável. Um dos entrevistados recorreu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para descobrir o tipo de doença e solucionar o problema, mas até o momento da entrevista não haviam descoberto e os parreirais, de sete hectares, estavam contaminados sem produção, um investimento elevado que não estava prometendo retorno.

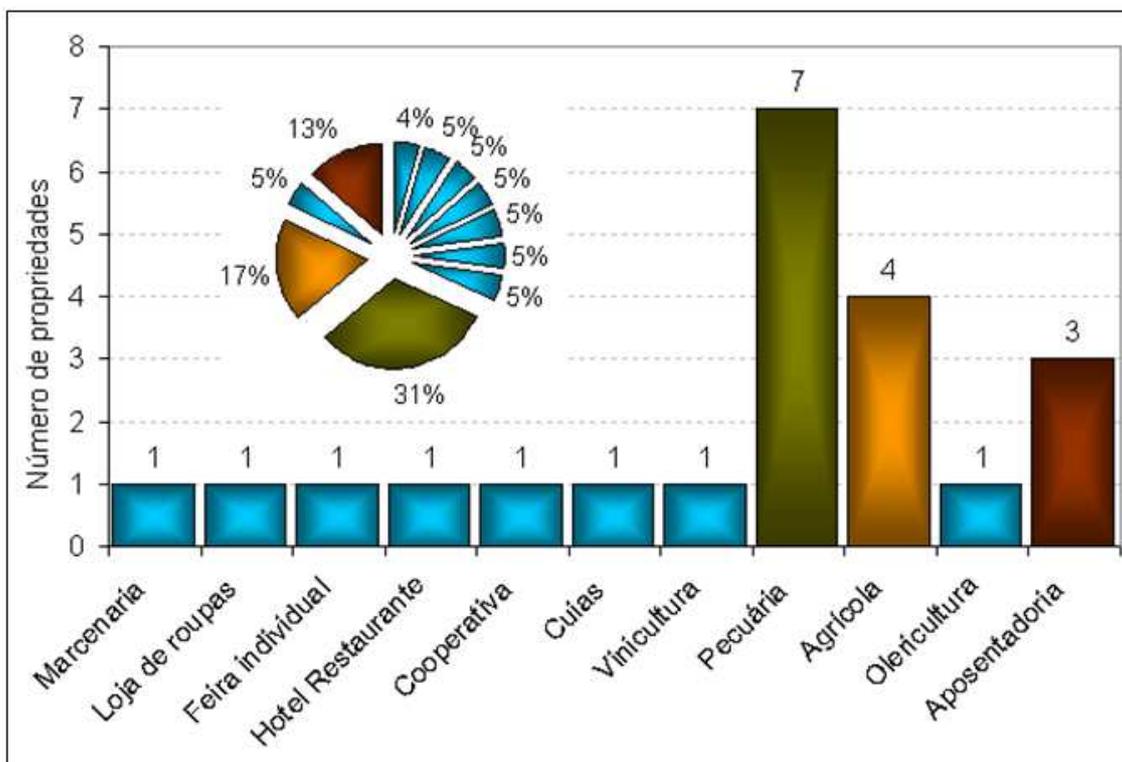


Figura 7: Atividades desenvolvidas e participação percentual dos agricultores no contexto geral.

Fonte: REIS, 2014.

Os produtos transformados artesanalmente nas propriedades são variados e possuem origem nas matas, nas lavouras e na pecuária como é o caso da madeira nas serrarias, da cana de açúcar, uva e porongos, e ainda dos suínos e do leite. Neste contexto, a pecuária se destaca em produtos transformados, tanto os oriundos dos suínos como no caso do leite, ambos com 24%, somando um total de 48% (Figura 8).

Embora, somente oito agricultores familiares transformem algum produto artesanalmente, há casos em que agregam renda com a produção de não transformados.

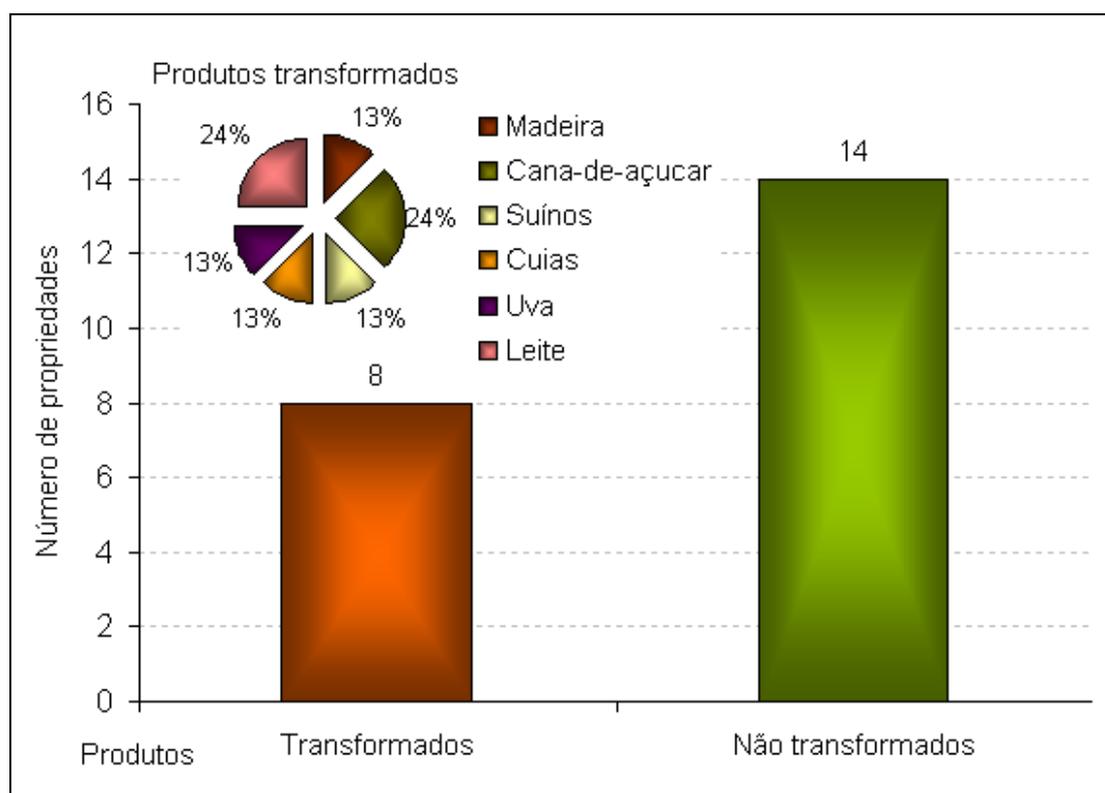


Figura 8: Transformação dos produtos pelos agricultores

Fonte: REIS, 2014.

Dos produtos processados sete possuem marca de identificação e somente um ainda não oficializou a marca. Entre as marcas registradas pode-se citar: Móveis e Esquadrias Irmãos Kreuz; Produtos Coloniais Bem Bom; Verduras Kotz; COOPERTERESA; Cuias São Luiz; Oscle; Aprocam.

Entretanto, a maior parte da mão de obra é familiar. Chama a atenção que em quinze propriedades a mão de obra é exclusivamente familiar, em seis propriedades famílias há contratação eventual de diarista e em uma há contratação fixa de um empregado.

As orientações oferecidas aos agricultores pelos órgãos assistenciais referem-se ao desempenho das atividades rurais e a formação da renda do setor agropecuário. Neste sentido, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) têm auxiliado na orientação e informações para a transformação da matéria-prima em produtos, sobretudo com maior percentual de assistência. Além desta, os agricultores também recorrem a técnicos agrícolas de atividades específicas, assim como a cursos do Serviço Brasileiro

de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e veterinários das empresas para onde é vendido o produto (Figura 9).

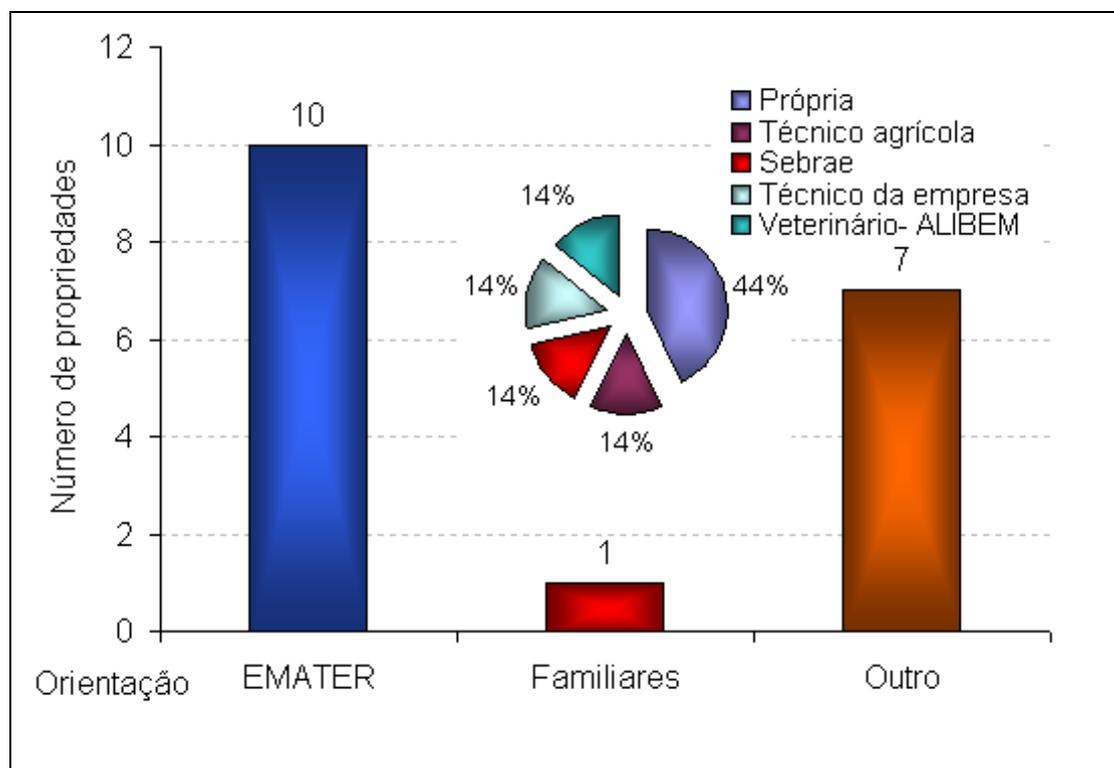


Figura 9: Orientações técnicas para transformar a matéria-prima na agricultura.

Fonte: REIS, 2014.

Os motivos que levaram os agricultores familiares a agregar valor aos produtos na propriedade, em 91% foram para melhorar a renda familiar e 9% afirmaram outros motivos, entre os quais a seca que tem prejudicado o setor agrícola e pecuário. Da mesma forma, o uso de agrotóxicos é utilizado em 91% das propriedades, entre os quais o mais utilizado é o Secante na lavoura para combater o inço. Dos agrotóxicos utilizados os mais citados foram: Rondap, Confidor, Dalsar, Desis, Clifosfato. Entre não agrotóxicos, destaca-se o inseticida caseiro como forma de uso no combate das pragas. A aplicação dos agrotóxicos, na maioria é realizada por mão de obra familiar.

Contatou-se que a maioria das famílias possui uma renda bruta mensal de três salários mínimos, famílias com renda bruta de cinco salários e presença

de famílias carentes com renda de um salário mínimo e 60% delas já receberam auxílio do Governo.

Segundo dados da Prefeitura municipal de Campina das Missões, a agricultura familiar é expressiva, 99,97% da população rural são agricultores familiares, totalizando 3.928 famílias e somente uma propriedade não se enquadra na posição de agricultura familiar. Pois, se considerou como agricultura familiar aqueles em que os indivíduos agricultores cultivam a terra com mão de obra, essencialmente, familiar.

Para enquadrar os agricultores familiares rurais em pequenos, médios e grandes usou-se a quantidade de produção e de área destinada. Desta forma, os entrevistados se enquadram na pequena propriedade familiar rural, inclusive a maioria com quantidade de terra inferior a um módulo rural. Dos entrevistados, três possuem uma quantidade de terras inferior a 5hectares, quatro possuem de 5 a 10hectares e oito de 10 a 25hectares e somente uma família de 40 a 50hectares. Portanto, as propriedades da agricultura familiar mais fortalecidas são, justamente, aquelas que possuem maior quantidade de terra e o desenvolvimento advém do nível tecnológico da produção destinada ao mercado.

Analisando o tamanho total das propriedades rurais no Município, segundo a Prefeitura municipal (2012), 232 propriedades possuem menos de 5hectares de terra, 788 propriedades possuem de 5 a 20hectares, 273 possuem de 20 a 50hectares, 24 propriedades de 50 a 100hectares e apenas uma propriedade possui de 100 a 200hectares.

Das vinte e duas propriedades da agricultura familiar entrevistadas, em seis a exploração ocupa de 85 a 95% da área total, assim como em outras seis propriedades a exploração total consiste em 30 a 50% da área. Em uma praticamente não se explora a produção para comércio, e sim somente para a subsistência. Deste modo, 33% das propriedades possuem uma exploração superior a 85% da capacidade de exploração da propriedade familiar rural (Figura 10).

Cabe ressaltar a existência de propriedades em que a exploração é de 95% da área, o que evidência a retirada de floresta quase que em sua totalidade.

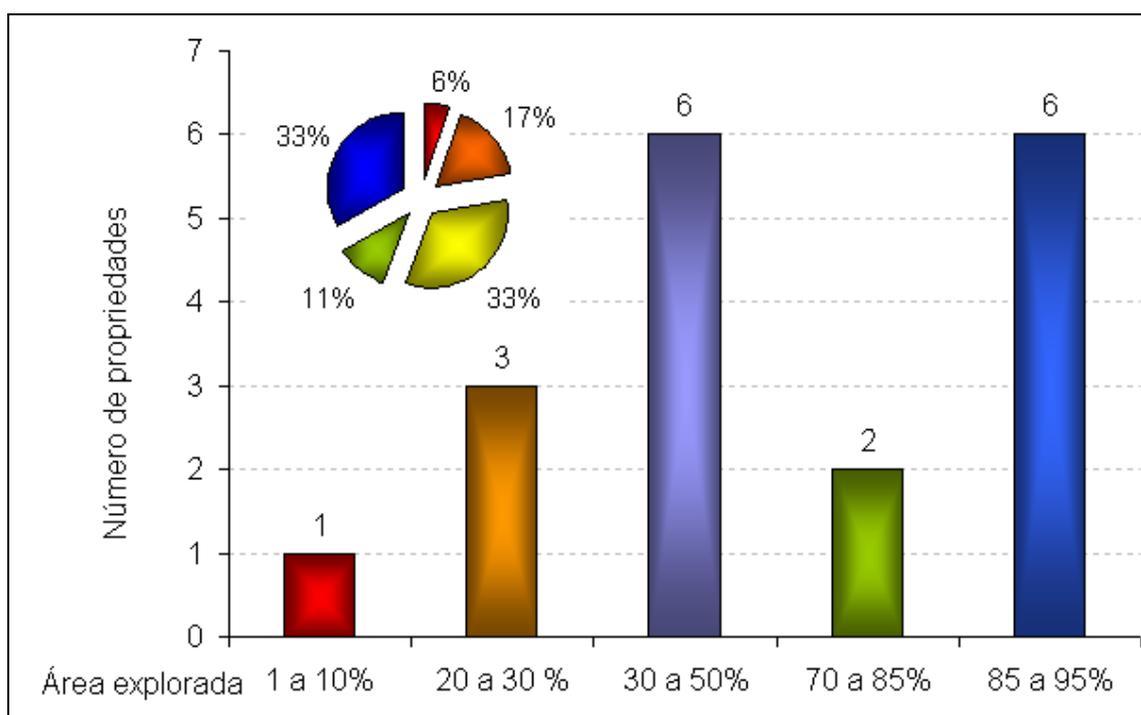


Figura 10: Área total explorada pelos agricultores familiares rurais

Fonte: REIS, 2014.

A localização dos empreendimentos, em maior percentual, ocorre na zona rural, em torno de 90%. Em área intercalada entre a zona urbana e rural, existem 5% e em zona urbanas outros 5%. Assim, constatou-se que um agricultor familiar rural, na zona rural, mantém a produção somente de subsistência, mas a renda provém da loja de roupas na zona urbana. Ao invés de costurar na propriedade rural, como fazia anos atrás, abriu uma loja de roupas e providencia grande parte da roupa por meio da costura para agregar valor ao produto. Por outro lado, a produção de uma propriedade familiar rural tem como destino o próprio abastecimento do restaurante e hotel mantido pela família na zona urbana, tendo como meta para manter a qualidade e agregar valor ao produto consumido.

Os empreendimentos encontrados no interior do município são variados, entre eles destaca-se a vinicultura, fábrica de móveis, horticultura, suinocultura, cooperativas, fábrica de cuias, agroindústrias familiares (Melado, rapadura, Panificação, etc.) laticínios, vassouras e piscicultura. Os empreendimentos voltados para a suinocultura ocorrem em maior número nas propriedades

familiares rurais analisadas (Figura 11). Pois, assim como a suinocultura os laticínios também são referencia nas propriedades familiares rurais, tendo em vista que o rendimento é mensal e a suinocultura é por lote vendido.

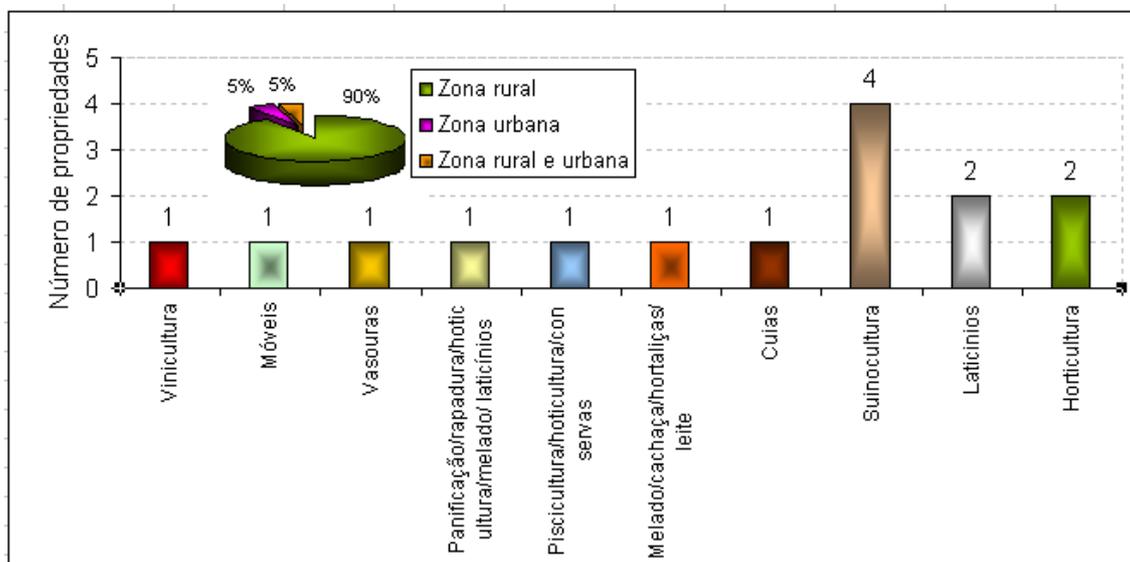


Figura 11: A especialização dos agricultores familiares rurais

Fonte: REIS, 2014.

Das vinte e duas propriedades familiares rurais, alvos de estudo e preferencialmente os que desempenham atividades multifuncionais, sete agricultores familiares possuem agroindústria familiar e uma família que, além da propriedade familiar rural mantém um restaurante e hotel conforme mencionado anteriormente, assim como dois agricultores familiares tem outro tipo de empreendimento.

As casas em geral apresentam padrão considerado bom e são de alvenaria, possuem ar condicionado que representa um bem necessário entre as famílias, em virtude das altas temperaturas registradas nas últimas estações de verão no Município.

Na produção destacam-se os produtos *in natura* e os transformados que somam 50% da produção das propriedades, pois além de produzirem e venderem *in natura* também agregam valor transformando em algum produto. Quanto aos produtos *in natura*, estes somam 44%, destacando-se a produção

do leite que é vendido pela maioria dos agricultores familiares rurais (Figura 12).

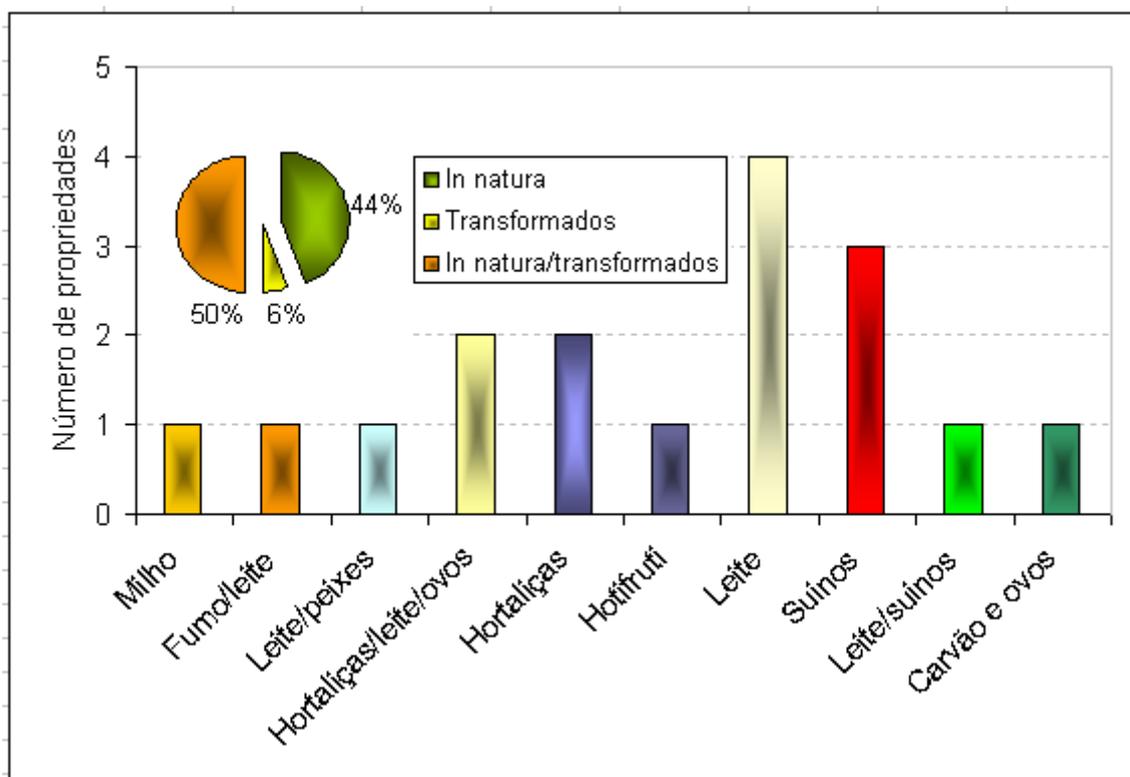


Figura 12: Produção dos agricultores familiares rurais do município

Fonte: REIS, 2014.

Segundo dados levantados pela Prefeitura municipal de Campina das Missões (2012) o leite consiste na atividade mais explorada pelos agricultores familiares no município.

A bovinocultura do leite exerce importante função na formação da renda dos agricultores familiares rurais e cumpre papel fundamental mantendo o emprego no meio rural. Embora a soja não conste entre os produtos em destaque, ela ainda é significadamente explorada, contudo a produção de milho tem se fortalecido nos últimos anos visando tanto à silagem para abastecimento do gado, como em forma de grãos.

O período de desempenho da agroindústria, para alguns dos entrevistados é recente, menos de um ano, mas a maioria se encontra nesta atividade a mais de dez anos. Observa-se, porém, que o grau de instrução da

maior parte dos agricultores familiares rurais é o ensino fundamental, corresponde a 75% deles (Figura 13).

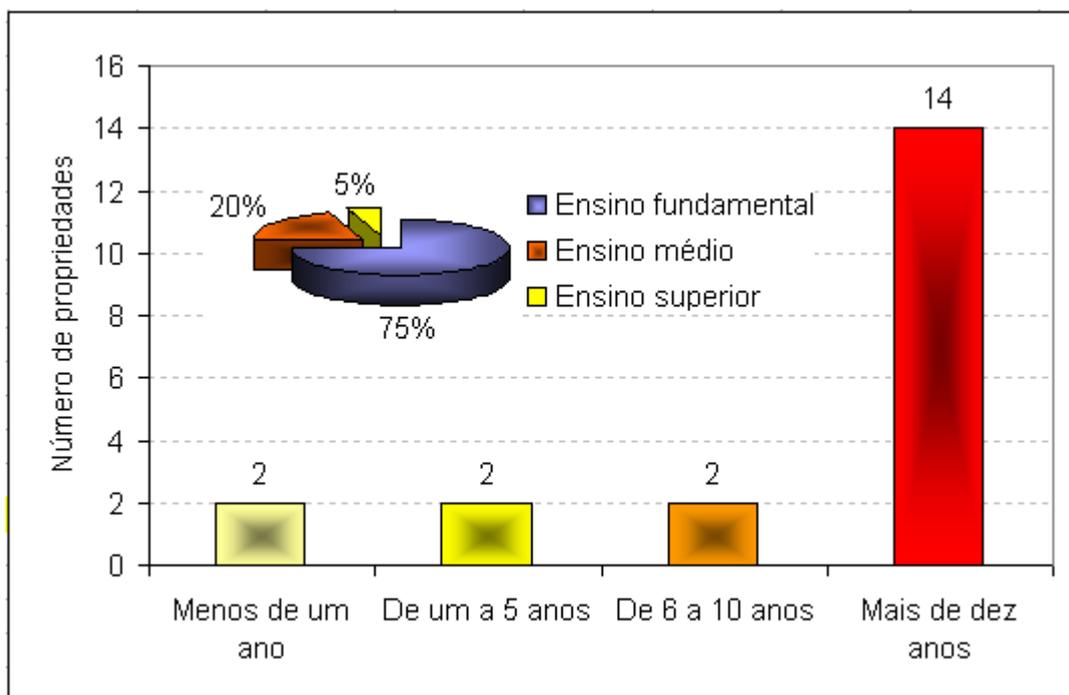


Figura 13: Período de atuação no mercado da agroindústria familiar e o grau de instrução dos agricultores familiares rurais

Fonte: REIS, 2014.

Muitos agricultores familiares aplicaram capital na realização de empreendimentos. Cerca de nove agricultores entrevistados fizeram investimentos próprios, os demais recorreram a órgãos governamentais, auxílio da Prefeitura municipal, financiamento via empresas, assim como estatal e privado. Os produtos vendidos no Município atingem o percentual de 73%, isto identifica que as vendas fora são pouco expressivas.

Tratando-se da origem das famílias dos agricultores entrevistados, na totalidade são de origem alemã, o que é um fator surpreendente. Outro fato marcante é da maioria estar satisfeito com a profissão e com os empreendimentos que mantém, embora se constate que alguns estão satisfeito por não terem alternativas, em virtude da falta de estudo para seguir outra profissão.

Ao questionar os agricultores familiares sobre a origem de seus avôs, ficou claro que a maioria veio da Colônia Velha, ou seja, da região de Novo Hamburgo e redores, outros vieram da Alemanha.

3.1.2 Conservação da paisagem e os estágios de mudanças produtivas

A conservação dos recursos naturais que englobam a paisagem é uma preocupação recente. A ocupação das colônias para a produção de subsistência não exigia grandes preocupações com a conservação ambiental, mas com o domínio do lote colonial e a produção agrícola de forma intensiva e não sustentável, principalmente, após a modernização da agricultura surgiram ações e discursos sobre a questão ambiental marcada por grandes preocupações. Pois, na década de 1980 iniciaram os sinais de críticas quanto à conduta ambiental destrutiva e degradada prevendo os severos problemas ambientais a serem enfrentados.

Como fator surpreendente, constatou-se que os agricultores familiares rurais na quase totalidade fazem uso de agrotóxicos em suas lavouras e a produção ecológica, além de ser incentivada pelos órgãos locais é pouco expressiva. Em argumentos dos entrevistados atentou-se ao fato da produção sem agrotóxico não ser possível, em virtude do forte ataque das pragas. Na compra destes produtos, 80% afirmaram receber orientação do uso dos agrotóxicos e da devolução posterior, enquanto que os outros asseguraram que as instruções estão na embalagem ou acompanham o produto e assim sabem como aplicá-lo (Figura 14).

Um fator positivo consiste na devolução das embalagens de agrotóxicos ao posto de recolhimento, assim como o recolhimento das embalagens pelo caminhão da prefeitura. A maioria dos entrevistados se encaixa em um destes dois segmentos e 100% dos agricultores adotam a tríplice lavagem para sua devolução. Em contrapartida, ainda há agricultores que realizam a queima das embalagens.

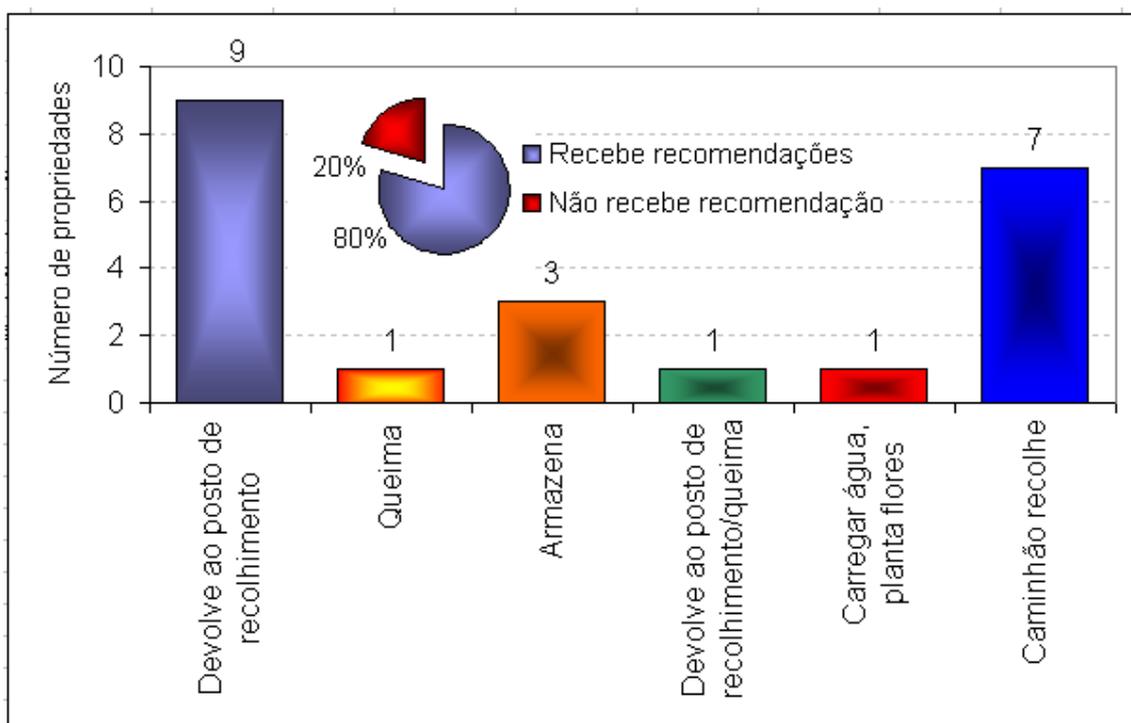


Figura 14: Destino das embalagens de agrotóxicos e recomendações no uso

Fonte: REIS, 2014.

O reflorestamento nas propriedades de agricultura familiar permite a restauração de ambientes degradados através da recomposição da cobertura vegetal e exerce funções importantes sobre o meio, principalmente quando realizada por vegetação nativa. Com este propósito, o reflorestamento foi realizado em 70% das propriedades familiares rurais entrevistadas, visando principalmente, a recomposição com mudas exóticas (Figura 15).

No entanto, em três propriedades da agricultura familiar a mata nativa é representativa, equivalendo a oito, nove e dez hectares de terra, respectivamente. Este recurso foi devastado por vários agricultores restando em algumas somente o mínimo necessário para cumprir o regulamento da lei que exige os 25% de mata nativa na propriedade agrícola rural. Mas por outro lado, constatou-se o aumento da reconstituição florestal no Município, que possivelmente se deve a três fatores: ao abandono das áreas difíceis de serem cultivadas e sem fertilidade prevendo a recomposição florestal para fins econômicos; além da maior conscientização dos agricultores de terras sobre a importância das florestas ao meio ambiente; e, em cumprimento da legislação.

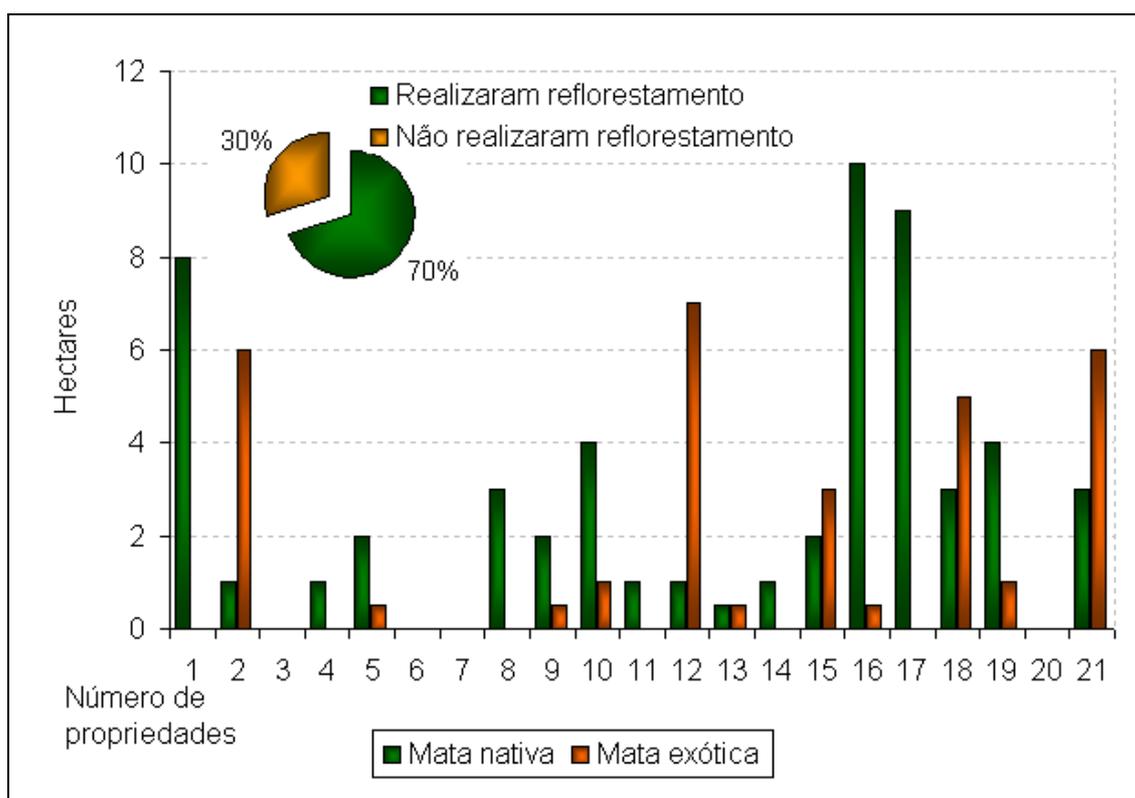


Figura 15: Mata nativa e exótica mantida pelos agricultores familiares

Fonte: REIS, 2014.

A procedência da água é de conhecimento de todos, ou seja, 100% dos entrevistados sabem de onde vem a água utilizada para o consumo humano na propriedade de agricultura familiar e a maioria usufrui da água de poços tubulares (66%) que foram construídos nas comunidades para suprir suas necessidades básicas. Quanto à qualidade a maioria acredita ser boa, embora 78%, não tenha proteção de vegetação florestal. Porém os poços construídos em maior percentual apresentam-se gramados em seu entorno. Pois, a grama serve como filtro, mas não impede a presença de contaminantes da água. Ainda, quanto à conservação ambiental, a maioria das propriedades de agricultura familiar possui fossa séptica aliada a poço negro.

Para a produção e cultivo do solo os agricultores realizam adubação devido a falta de nutrientes no solo que vem diminuindo a produtividade da terra. Assim, 89% dos agricultores entrevistados aplicam algum tipo de adubo

no solo, tanto químico como orgânico. Alguns aplicam adubo químico e orgânico intercalados no intuito de melhorar a fertilidade do solo.

Realizando uma retrospectiva constata-se que as águas, assim como, os solos sofreram consequências diretas do intenso desmatamento. Pois, a eliminação de recursos naturais da paisagem comprometeu a funcionalidade ambiental dentro do sistema natural integrado. Desse modo, para repor a baixa fertilidade natural do solo, faz-se necessário à utilização da adubação.

Com o uso intenso do solo e por longo período ficando desprotegido permitiu a ação direta das gotas da chuva acelerando o processo de erosão e conseqüentemente vem contribuído para o assoreamento dos rios. Com a implantação da técnica do plantio direto, a erosão tem diminuído, contudo não se trata de um processo controlado. Outras práticas são necessárias para proteger o solo, entre elas a adubação verde, rotação de culturas, espalhamento de palha e curvas de nível.

A rotação de culturas permite que parte do solo fique em repouso, para sua recuperação. Entretanto, os agricultores entrevistados não costumam realizar rotação de cultura, o que pode ser atribuído à conjuntura econômica de maior produção possível nos mercados e aos interesses de maior ganho por parte dos agricultores, levando a uma sucessão de cultivos em uma mesma área.

Como fator positivo, os agricultores familiares protegem o solo realizando mais de uma forma de controle da erosão, a ressaltar a adubação verde, espalhamento de palha e curva de nível. Ainda que muitos realizem rotação de cultura associada com outras formas de proteção. O importante é destacar que 94% dos agricultores familiares rurais usam algum tipo de proteção do solo, de acordo com a Figura 16.

Com a proteção do solo diminui a erosão, que é um processo natural na dinâmica da paisagem. Além de proteger o solo contra o impacto das gotas da chuva previne o carregamento das partículas do solo para os leitos fluviais. Assim, quanto maior for a proteção do solo por cobertura vegetal, maior é a capacidade de retenção e infiltração da água no solo. Portanto, as alterações na cobertura vegetal repercutem diretamente nos recursos do solo, água e fauna terrestre.

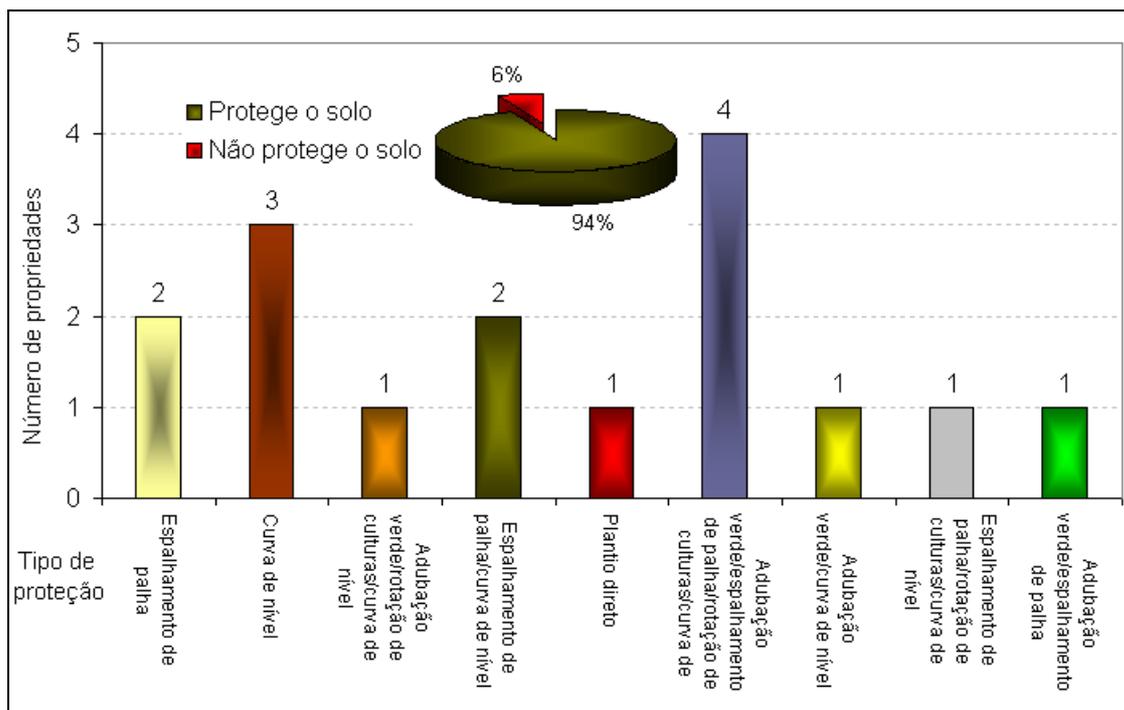


Figura 16: Proteção do solo para aumentar a fertilidade e prevenir da ação da chuva.

Fonte: REIS, 2014.

A fauna considerada rica, abundante e diversificada apresentando diversas espécies características de áreas de mata foi se extinguindo juntamente com a retirada da mata nativa. Como a colonização dos imigrantes alemães, detém o maior percentual no município de Campina das Missões, eles se uniram e deram início ao processo da transformação da paisagem, para poder usufruir da riqueza da flora, água, solo, e fauna tanto, aquática como terrestre.

Antigamente as espécies de fauna terrestre eram as mais variadas, a mencionar: veado, cachorro do mato, oriço, lagarto, tamandá, capivara, tatu, papagaio, raposa, cobra, pomba carijó, lebrão, onça, paca, guati, anta, tamanduá, saracura, gato do mato, capivara, coelho, ratão do banhado, jacu, macaco, paca, jacuti. Contudo, no decorrer dos anos de colonização a fauna de animais de grande porte praticamente foi extinto na área. Este fato é facilmente compreensível, pois sem *habitat* para os animais que ainda conseguiam escapar, restava aos mesmos refugiarem-se em outros espaços.

A transformação da paisagem no município de Campina das Missões, desde o momento da chegada dos imigrantes alemães que iniciou com a derrubada da mata e o domínio do lote colonial até a modernização do lote e resgate dos saberes culturais com múltiplas funções teve um único objetivo, melhorar a renda da família e se fortalecer em sua propriedade familiar rural. Tal finalidade fez com que elas conhecessem períodos que marcaram sua trajetória desde a colonização da terra até a atualidade.

Buscando regatar estes períodos, as entrevistas foram orientadas em eixos que demarcam estágios distintos, a destacar: como encontraram a terra no momento da chegada para colonizá-la e desenvolver o plantio para a subsistência e garantir a evolução progressiva. Como conquistaram a terra e fortaleceram a produção de excedentes para a venda e, no período da modernização da agricultura e atualmente como se encontra a propriedade com a mudança da matriz produtiva e adoção de múltiplas funções.

- **O estágio inicial** - Momento da ocupação das colônias de terra e também da presença dos mais variados usos da cobertura vegetal. A terra onde se instalaram os lotes coloniais era coberta de mato, outras de mato associado a inço; mato com pedra, banhado, capoeira; outros tinham gramado e capoeira, assim como havia aqueles todo coberto de campo (gramado).

Os entrevistados mais novos (Idade entre 40 a 60 anos) quando foram morar na propriedade rural, o uso e a cobertura eram diversificados alguns possuíam lavoura (roça) e construções, como: galpão, cercas, casa e galpão velho, que foram removidos dando espaço a novas construções. Contudo um aspecto era comum, a dificuldade enfrentada no início da colonização em sua propriedade, iniciada pela construção da moradia, seja ela no meio da mata virgem, em meio ao campo, ou mesmo rodeada de lavoura (roça). Era um pouco menos dificultosa, pois não havia necessidade da derrubada da floresta para iniciar o cultivo da terra, ou seja, realizar a primeira roça.

Para alavancar e progredir na propriedade deveria possuir o básico para a sobrevivência e um excedente com o qual comercializava. Cabe destacar que a comercialização dos excedentes dos produtos iniciou com a pecuária suína através da venda da banha e carne, em alguns casos incluía embutidos. De

acordo com a produção, este primeiro estágio foi marcado pela produção dos produtos destinados a subsistência.

O segundo estágio pode ser considerado uma evolução progressiva do primeiro. Pois os produtos cultivados continuaram, porém em maior proporção e a soja tornou-se um produto conhecido pelos agricultores rurais, mas o destaque era a suinocultura, além de outros produtos de subsistência que eram comercializados com os centros maiores como Santa Rosa e Santo Ângelo.

No terceiro estágio, além da continuidade dos cultivos, os produtos de subsistência, milho e soja assumiam destaque nas propriedades. O milho destinado ao abastecimento dos suínos que eram comercializados no antigo frigorífico Prenda, no município de Santa Rosa e a soja na forma *in natura* destinada para o mercado externo. O leite também passou a ser comercializado na forma *in natura*, para atender o mercado consumidor das áreas e regiões vizinhas. A comercialização da soja e o uso intensivo da terra pelos pequenos agricultores familiares rurais, a EMATER passou a administrar cursos propondo alternativas, pois previa o esgotamento do solo das pequenas propriedades rurais devido ao uso intensivo. Entre as alternativas propostas, começou a aparecer a: horticultura, fruticultura, piscicultura que levou a criação da feira do produtor, que passou a ser denominada da agricultura familiar, destinada a vender os produtos de subsistência do agricultor familiar rural no centro urbano do Município.

No quarto estágio, a produção da soja, “carro chefe” se tornou um produto pouco cultivado nas propriedades de agricultura familiar. Mas os produtos de consumo não perderam seu espaço, inclusive continuaram a ser comercializados nas feiras da agricultura familiar e aprimorando a matriz produtiva dirigida principalmente para a suinocultura e bovinocultura leiteira. A modernização da infraestrutura dirigida a engorda do suíno e a extração do leite, captaram tecnologia de ponta garantindo qualidade à produção, uma exigência do mercado consumidor. Com a agricultura familiar fortalecida no Município, outra associação de agricultores familiares rurais organizou-se em cooperativa visando à transformação dos produtos derivados da cana-de-

açúcar e leite *in natura* com mercado próprio e passou a vender ao consumidor agregando valor a produção e vindo a se tornar referência local. Deste modo, as múltiplas funções se fizeram presentes em várias propriedades familiares.

A produção agrícola e pecuária de subsistência marca este quarto período, uma vez que muitos pequenos agricultores familiares rurais estão aposentados ou se aposentando, mas mantém os cultivos para sua sobrevivência sem se preocupar em ampliar ou modernizar a propriedade. A presença do reflorestamento vem sendo uma forma de recuperar a fertilidade do solo e se transformar em outra fonte de renda para a extração da madeira.

Neste contexto, além da diversidade da produtividade agrícola e pecuária de subsistência, seja para a própria família ou para venda na feira da agricultura familiar, as famílias não deixaram de cultivar a terra e foram agregando outras funções como as atividades de produção de móveis e esquadrias, além de continuar as atividades já consolidadas.

Analisando os estágios, salienta-se que os agricultores familiares rurais foram modificando a matriz produtiva procurando as melhores alternativas, agregando funções para aumentar a renda e o sustento familiar. Para tanto, cada agricultor familiar tinha uma meta, seja mudar de vida, agregar renda familiar, trocava-se de uma produção para outra ou agregava-se novas atividades, como a agroindústria, a feira da agricultura familiar. Cada um teve seu propósito, em resumo o que pretendiam era aumentar a renda familiar.

Portanto, eles modificaram a paisagem visando melhorias de condições de vida e de renda familiar e para isto, alteraram as dinâmicas da natureza e dos elementos que compõem a paisagem, interferiram nos recursos naturais sem medir as consequências. Podendo-se eleger o terceiro estágio, orientado pelo processo de modernização da agricultura, como o mais agressivo ao meio ambiente por explorá-lo em benefício do progresso econômico.

3.2 A transformação da paisagem no município de Campina das Missões

Uma paisagem é sempre o resultado de um conjunto de acontecimentos sobre um determinado espaço. Para tanto, ela pode ser constituída por uma paisagem natural caracterizada por aquele local onde os caracteres físicos estão intactos, sem nenhuma modificação humana, assim como ter influência

cultural, por ter sido modificada pelo homem através de suas atividades, com lavouras e cidades e ao mesmo tempo ser representada pela paisagem urbana que compõe o conjunto de elementos artificiais de uma cidade (PETRONI e KENIGSBURG *apud* BOULLÓN, 2002. Todos estes elementos, ações e interferências podem estar representados em um município, como no caso, o município de Campina das Missões (Apêndice B).

A partir do olhar, pode-se afirmar que no município de Campina das Missões existem espaços que ainda preservam a paisagem natural, por outro lado, sofrem influencia cultural, em especial da cultura alemã.

Os resultados e as discussões referentes a presença da multifuncionalidade e da paisagem no Município foram divididos em quatro momentos, a iniciar pela *chegada dos imigrantes alemães* (Apêndice B) destacando-se a paisagem natural, seguida do *plantio para a subsistência e iniciando a paisagem antropizada* (Apêndice B). Posteriormente, *o aumento da produção destacando a paisagem modernizada* (Apêndice B) e, por fim, *o domínio total do lote colonial e adoção dos saberes culturais destacando a paisagem multifuncional* que será apresentada a seguir.

3.2.1 Do domínio do lote colonial à paisagem multifuncional

O uso intensivo da terra conduz à ineficiência e à degradação dos recursos naturais, à pobreza e a uma gama de problemas sociais. Como o agricultor familiar rural possui pouca terra o aproveitamento ocorre quase que total e de forma intensiva, quando não consegue obter o sustento familiar recorre a outras fontes de renda. Assim, a multifuncionalidade da agricultura é observada como um novo olhar pela agricultura familiar, considerando o modo de vida da família na sua integridade levando em consideração os bens públicos relacionados ao meio ambiente, segurança alimentar e o patrimônio cultural, na qual o agricultor familiar recorre aos saberes culturais para obter outras fontes de renda e preocupação voltada para o meio ambiente.

Com esta idealização surgiu em Campina das Missões, a COOPERTERESA que reúne vários agricultores familiares rurais e iniciaram o plantio e a industrialização da cana-de-açúcar, visando agregar renda a sua produção e viabilizar a pequena propriedade rural (Figura 17).

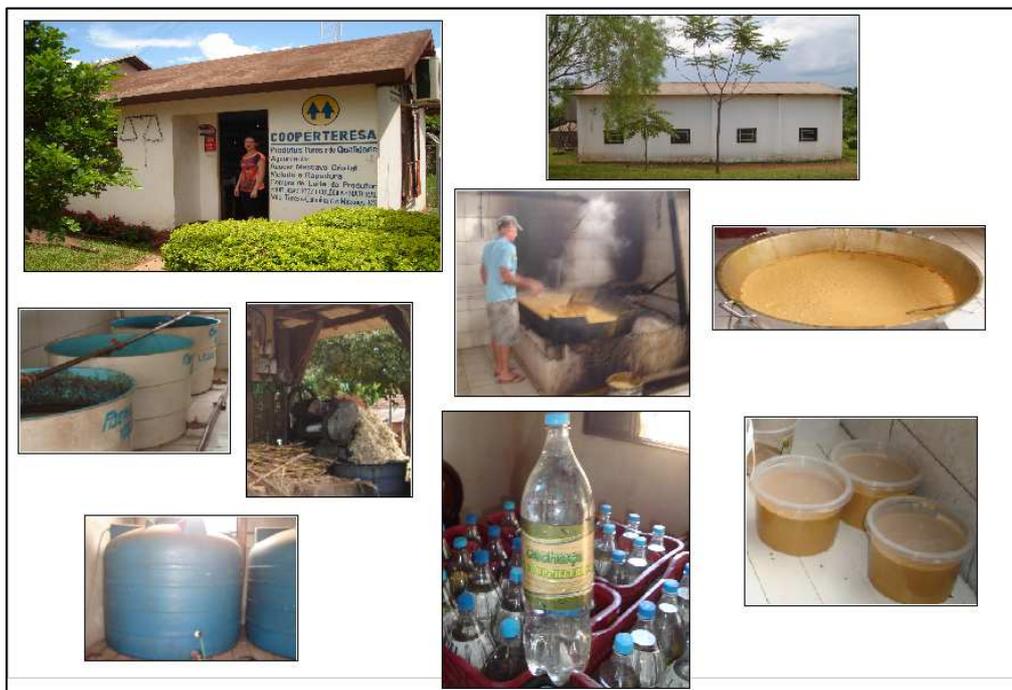


Figura 17: Produção e comercialização dos derivados da cana-de-açúcar, Linha Teresa, Campina das Missões, RS.

Fonte: REIS, 2014.

Nesta cooperativa ocorre a produção e a industrialização da cana de açúcar, produzindo cachaça, melado e açúcar mascavo que por três anos foram os principais produtos comercializados. Mais tarde entraram no setor de comercialização do leite, dentro do sistema Cooperativa Central Agrofamiliar (AGRICOOOP) e no mercado, com a abertura de seu centro de comercialização.

Atualmente comercializa mais de 500 mil litros de leite por mês junto as empresas AGRICOOOP e Agroindustrial Cooperativa central (CONFEPAR), esta produção é principalmente de pequenos agricultores, cerca de 70% dos agricultores são da Agricultura Familiar. Além de executar projetos de merenda escolar da agricultura familiar o PNAE e de executar projetos com a CONAB como o PAA – Projeto de Doação Simultânea. Tendo em vista o êxito da

COOPERTERESA foi aberta uma filial na porção norte do Município, esta voltada para a produção de cachaça.

Dentro desta mesma perspectiva, de agregar renda familiar foi construída por um agricultor familiar a agroindústria “*Produtos Coloniais Bem Bom*” no interior do Município, mais precisamente na Linha Pio X, situado na porção sul a quatro quilômetros da cidade (Figura 18).



Figura 18: Agroindústria de derivados de cana-de-açúcar, pão e leite, Linha Pio X, Campina das Missões, RS

Fonte: REIS, 2014.

Com marca registrada em todo comércio local, na microempresa OSCLE são produzidos vinho e sucos de uva. São duas famílias que se reuniram para ampliar a produção com o objetivo da comercialização do produto. Além da viticultura, parte de sua renda provém da agricultura e pecuária, na produção e comercialização do leite *in natura*.

Na figura 19 podemos observar a plantação dos parreirais e infraestrutura construída para a transformação da uva em vinho e sucos localizada na porção norte do município, Linha Butiá Norte.



Figura 19: Produção de vinhos e sucos pelo agricultor familiar rural, Linha Butiá Norte, Campina das Missões, RS.

Fonte: REIS, 2014.

O artesanato, por meio de cuias foi uma alternativa encontrada por um agricultor familiar rural para agregar renda na sua produção. Após realizar cursos de aperfeiçoamento junto ao SEBRAE seus produtos adquiriram outras formas e aparências que se traduzem em qualidade na produção e transformação do produto. Além de cuias, os “porongos” também são transformados em artesanatos, como por exemplo, galinhas, galos, pássaros, a fins de comercialização (Figura 20).



Figura 20: Produção artesanal de cuias, Linha Níquel, Campina das Missões, RS.

Fonte: REIS, 2014.

Os produtos transformados possuem marca de identificação de *Cuias São Luiz*, reconhecidos em todo o município pelo bom acabamento. As máquinas que auxiliam na transformação dos “porongos” foram criados pelo próprio agricultor familiar rural, por meio de estudos e investimentos adquiridos, pequena parte junto à prefeitura municipal.

Os produtos transformados artesanalmente são vendidos para o mercado do próprio estado, para outros estados e inclusive para o exterior. O agricultor vende para todo o sistema de cooperativismo.

A partir deste entendimento, agricultores rurais que investiam no setor agrícola e pecuário, anteriormente, passaram a investir na atividade não agrícola, como por exemplo, no setor de móveis e esquadrias. Com recursos próprios expandiram a produção tornando-a 90 % da renda bruta da família. Mas, a atividade agrícola ainda permanece, porém somente com 10% da renda bruta da família. Pode-se observar o investimento em infraestrutura de duas

famílias que se aperfeiçoaram e se dedicaram na atividade não agrícola voltada ao setor moveleiro.

A distribuição espacial das atividades multifuncionais no município se concentra basicamente nas localidades da Linha Amadeu Norte, Linha Pio X, Amadeu Sul, Butiá Norte, Linha Níquel e Linha Teresa. De acordo com as variáveis selecionadas, a propriedade multifuncional mais representativa situa-se na linha Amadeu Norte, além da atividade agrícola e pecuária fabricam móveis e esquadrias para venda, interna e externa nos municípios, no Estado do Rio Grande do Sul (Figura 21).

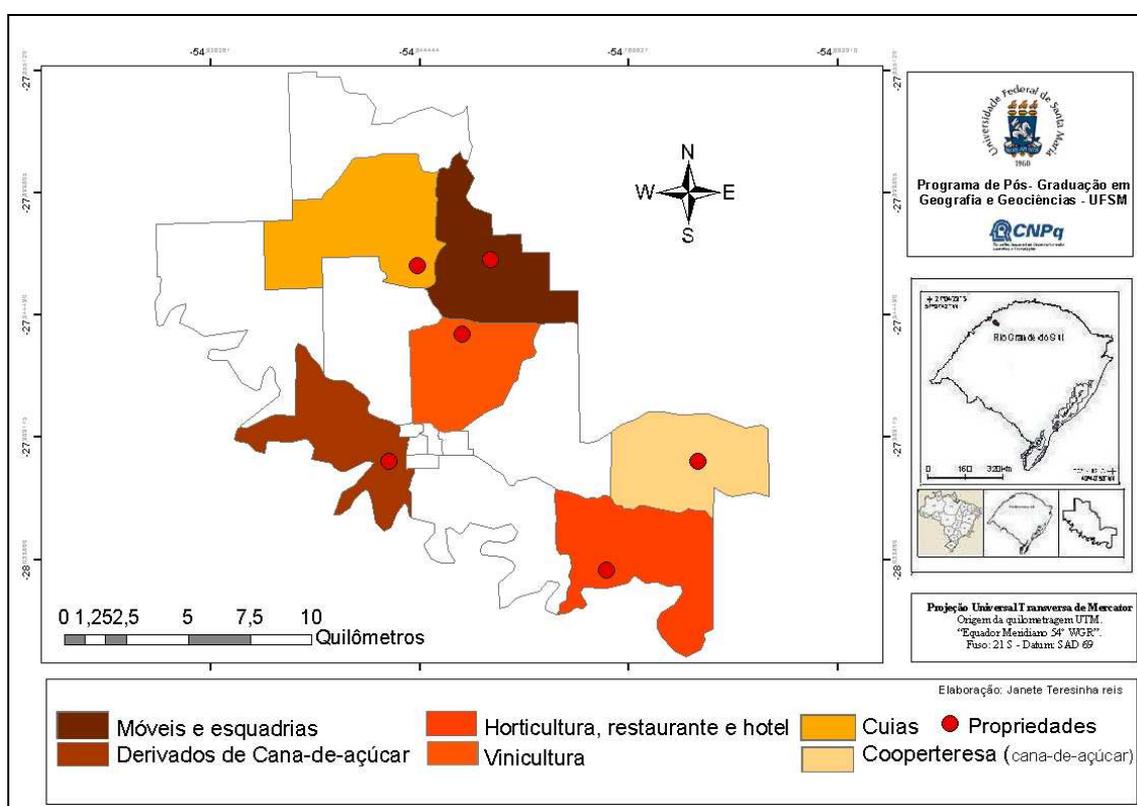


Figura 21: Distribuição espacial dos agricultores e atividades multifuncionais no município de Campina das Missões, RS

Fonte: REIS, 2014.

A partir destas mudanças ocorre uma reorganização do espaço por meio de atividades e formas de obtenção de renda, ainda que aumente o trabalho no campo. E assim, outras potencialidades e oportunidades concretizam ideias e projetos, que visam à inclusão de antigas e novas atividades, envolvendo produtos e também a própria paisagem.

Por meio da imagem de satélite, observa-se uma paisagem que caracteriza a fusão de corredores de vegetação nativa que encobrem o leito fluvial que percorre parte da zona urbana do município. Aliado a esses corredores de mata nativa, uma mistura com campos caracterizados por gramíneas que dão suporte a pecuária tornando o gado leiteiro uma fonte de renda extremamente expressiva. Como carro chefe a agricultura que é fortalecida pela produção de soja, milho, trigo e alimentos de subsistência, principalmente nas pequenas propriedades familiares rurais (Figura 22).



Figura 22: Vista aérea da cidade de Campina das Missões e adjacências.

Fonte: PILATI, 2014.

Neste contexto, a paisagem caracteriza-se como uma mistura de campos, vegetação nativa bem reduzida, agricultura fortalecida, pecuária e uma sede urbana que evoluiu em função da agricultura, tornando-a uma prestadora de serviços da população a maioria habitando a zona rural.

A regeneração da vegetação, em alguns locais retrata a população que o habitou e foi em busca de melhores condições de vida. Com o solo exaurido em função da extração da fertilidade marcado por um período de intenso uso

do solo incentivado pela modernização da agricultura. Em uma mesma propriedade encontra-se uma mistura de campos, timbosais, matas, além de casas abandonadas demonstrando a fartura de épocas passadas, mas, que foram esgotadas pela agricultura exaustiva restando à habitação de famílias colonizada por descendentes de alemães.

Os colonos que vieram, a partir de 1910, de todas as partes das colônias velhas procuraram o progresso da cultura e a intensificação da vida, parte migrou para outras partes do Brasil, na busca deste mesmo ideal. Assim, migraram para outras cidades para desbravar e garantir o futuro de seus filhos, uma vez que as fronteiras estavam esgotadas no Rio Grande do Sul. Portanto, avançaram as fronteiras em direção a Santa Catarina, posteriormente Paraná e Mato Grosso, e demais regiões do Brasil.

As estradas empoeiradas, na zona urbana adquiriram outro formato e dimensão com o asfalto em quase todas as ruas facilitando a circulação das pessoas e o transporte de mercadorias. Já no interior do município este “véu de poeira” relatado por Rambo (1994) agora encobre carros populares adquiridos pelos agricultores familiares em sua maioria aposentados.

Contudo, a permanência dos agricultores familiares na zona rural se deve ao aperfeiçoamento do setor agrícola e pecuário por meio de equipamentos que minimizam o esforço braçal substituído pela máquina, uma vez que grande parte da população é aposentada, cujos filhos constataram a inviabilidade de ter futuro no meio rural e buscam por meio do estudo uma profissão futura.

Na zona rural constatou-se a regeneração da vegetação nativa e exótica em proporção crescente com o início de uma grande transformação da paisagem. A vegetação nativa é encontrada em algumas porções dos leitos fluviais e pequenos fragmentos de vegetação nativa nas propriedades rurais. Mas, a maior parte consiste em uma vegetação que permite a extração de madeira comercial.

As gramíneas demarcam a pecuária leiteira ou a subsistência familiar servindo de alimento ao gado. A agricultura pode ser considerada expressiva, modernizada em algumas propriedades com máquinas agrícolas, enquanto que em outras, consideradas familiares, ainda recorrem aos equipamentos manuais para a produção agrícola e pecuária.

Assim como, Rambo (1994) atualmente, também se constatou uma mistura na fisionomia vegetal, porém as duas grandes formações: o mato e o campo concentram as menores proporções no município, enquanto que a agricultura e pecuária assume maior expressão. Com isso, a biodiversidade diminuiu drasticamente e algumas espécies de animais selvagens foram totalmente extintos. Este fato, em grande parte, se deve a modernização da agricultura que objetivava a devastação da mata para a plantação do binômio soja – trigo.

Assim, as paisagens naturais foram se transformando e adquirindo características de uma paisagem culturalmente imposta pelo ser humano (Figura 23), descaracterizando seu estado original e trazendo inclusive, desequilíbrios ambientais, extinguindo espécies da flora e fauna nativa.



Figura 23: Paisagens naturais transformadas pelo ser humano em Campina das Missões, RS.

Fonte: REIS, 2014.

Os ambientes dos animais selvagens passaram a ser ocupados e transformados, obrigando os animais selvagens a se refugiarem em pequenas porções de mata nativa.

O homem como principal agente responsável pelas mudanças ocasionadas na superfície terrestre, intensificou o uso e ocupação da terra impondo na paisagem condições modernas de ocupação territorial, incluindo paisagens naturais e culturalmente transformadas quanto ao manejo dos recursos naturais e extinção da diversidade biológica. Assim, a transformação da paisagem no município após o ingresso de imigrantes alemães pode ser marcado essencialmente por dois momentos bem distintos: um antes da modernização da agricultura e outro posteriormente a este período, o mesmo observado por Motter (2011).

É do conhecimento geral de que a intervenção do ser humano alterando algum elemento ou parte da paisagem provoca alteração em todo o sistema, em virtude da troca de energia e interdependência entre os elementos físicos. Portanto, deve-se entender que as paisagens estão em constante transformação, seja de forma natural ou a partir de intervenções humana que impõem sua cultura em busca do desenvolvimento e do progresso, sem levar em consideração o comprometimento dos elementos físicos e sua interdependência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação objetivou analisar os papéis da multifuncionalidade da agricultura familiar na paisagem de município de Campina das Missões - RS. A investigação conduzida por meio da multifuncionalidade da produção familiar possibilitou identificar sua tipologia e a influência dos saberes cultural na produção familiar e espacializar as comunidades que adotaram a multifuncionalidade como forma de sustento. Todavia, dando ênfase a influência indireta destes saberes culturais na paisagem do Município, as análises se desenvolveram através de estágios de evolução para melhor caracterizar as mudanças ocorridas.

Na retrospectiva da evolução histórica dos quatro períodos de desenvolvimento e modificações foi possível acompanhar a transformação da paisagem natural e seus sucessivos estágios de degradação. Hoje se faz o reflorestamento e devolvendo ao solo uma outra cobertura vegetal.

A transformação da paisagem no município, após o ingresso de imigrantes alemães pode ser marcado por quatro períodos distintos, mas, dois momentos provocaram fortes mudanças e transformações na paisagem, antes e após a modernização da agricultura. Pois, posteriormente a este período se passou a utilizar os recursos naturais de forma intensiva tornando-se o principal responsável pelas mudanças da paisagem por meio de condições modernas sem pensar nas consequências, provocando alterações severas ao ambiente, inclusive a extinção da diversidade biológica.

Atualmente há uma nova preocupação, a paisagem local apresenta uma fusão de corredores de vegetação nativa, tanto no meio urbano como rural que encobrem o leito fluvial. Aliado a esses corredores de mata nativa, uma mistura com campos caracterizados por gramíneas que dão suporte a pecuária leiteira, principal fonte de renda em algumas propriedades. A regeneração da vegetação “natural” e vegetação exótica em proporção crescente, na zona rural, vêm promovendo transformação na paisagem.

A introdução da multifuncionalidade nas propriedades familiares rurais assume a responsabilidade da reorganização espacial da paisagem. Embora, a

eliminação e contaminação de recursos naturais tenham comprometido a funcionalidade ambiental dentro do sistema natural integrado, a multifuncionalidade permite a valorização dos recursos existentes e contribui para o desenvolvimento e a integração das formas produtivas maximizando os recursos, integrando funções sociais, ambientais, culturais e econômicas às explorações agropecuárias.

Ainda que, no início a maior preocupação dos imigrantes era a de manter e sustentar a família e, para isso, desenvolviam atividades agrícolas e de pecuária, como as principais atividades de produção dos lotes coloniais, hoje pequenas propriedades familiares. Entretanto, a perspectiva de melhorar de vida e de renda, ainda está presente entre os imigrantes e impulsionam suas ações de domínio sobre o meio.

O trabalho na terra sempre esteve no cerne dos agricultores familiares em Campina das Missões e mudar de função requer um estímulo e uma reavaliação do modo de extrair da terra seu sustento, embora seja a única possibilidade imediata de se manter no meio rural. Evidentemente que tal atitude exigiu a reavaliação da forma anterior e a introdução de novas atividades para a revalorização da paisagem e outras práticas de sustento da família.

Ainda hoje, as pequenas propriedades voltadas à agricultura familiar agregam outras atividades e funções em busca de renda e diversificação dos produtos. Além da diversidade produtiva emergente, revelar o saber cultural trazido na bagagem sociocultural e histórica de cada grupo humano representa o esforço em busca da aplicação de métodos utilizados, desde a formação das colônias de imigrantes.

Em suma, a multifuncionalidade da produção familiar conduz a valorização da paisagem e a melhoria da renda, onde o artesanato, como o fazer próprio, fruto de uma riqueza histórica que passa pelas gerações tende a garantir o saudável e o natural abrigando novas formas de conduzir a agricultura familiar. Com um olhar sobre a paisagem constata-se que o ser humano modifica o meio no qual vive reproduz sua vida no espaço e no tempo, na perspectiva de melhoras e de bem estar garantindo qualidade de vida a si e aos seus familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. (Estudos rurais, 12).

ALMEIDA, J. A. A função estética e recreativa da agricultura. In: OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza e MOURA, José Carlos de. O turismo rural como vetor do desenvolvimento sustentável. **Anais**. 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 449-457.

ALTIERI, M. A.; MASERA, O.. O desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.(Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 72 - 105.

ALONSO, M. A. **Estudio de Paisagen. Guía para laboración de Estudios del Medio Físico**. Serie Monografía. Ministério de Obras Públicas Transportes y Medio Ambiente. Valência: Editora Sucesores de Rivadeneyra S.A., 1995. p. 480-546.

BALSAN, R. **Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campo-territorio/article/viewFile/11787/8293>. Acessado em : 22 de Janeiro de 2014.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço metodológico. **Caderno de ciência da terra**, São Paulo, n.18, 1971.

BLUM, R. **Agricultura Familiar; Estudo preliminar da definição, classificação e problemática**. In TEDESCO, João Carlos (Org.) Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas; Passo Fundo; Editora da UPF, 1999, pp. 59-104.

BOMBÍN, Maria Milagro Escribano. **El Paisaje**. Madri: Ministério de Obras Públicas y Urbanismo, Centro de Publicaciones, 1987. 107 p.

BOULLÓN, R. Planejamento do espaço turístico. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BROSE, M. **Agricultura familiar: desenvolvimento local e políticas públicas**. Rio Grande do Sul: Edunisc, 1999.

BUAINAIN, Â. M. ; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf - Periódicos Capes. cesso em: 06 de jul. 2012.

BUBLITZ, J. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente & Sociedade**. 2008. Acessado em: 20 de agosto 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a08.pdf>.

BUFF, J. M. 1851. **Relatório manuscrito do então diretor da colônia de Santa Cruz, João Martinho**. Buff, ao presidente da Província, Conde de Caxias. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 33, maço 62.

- CANTERAS, J. C. **Introducción al paisaje –. metodologias de valoracion**. Curitiba Universidade Federal do Paraná, 1992.
- CARDOSO, V. **Município de Santa Rosa**. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1947.
- CARNEIRO, M. J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa**. IN: MOREIRA, R. J. & COSTA, F. de C. (orgs.). Mundo rural e cultura. MAUAD Editora, Rio de Janeiro, 2002.
- CARNEIRO, M. J. **Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional** (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, Maria José e MALUF, Roberto S. (Org.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. Dabdad. **Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.
- CHAYANOV, A. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: 1974.
- CHONCHOL, J. **O modelo de alimentação dos países industrializados**. Rio de Janeiro. Vozes, 1986.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.
- CORREA, S. 2004. Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul. In J.L. CUNHA da (org.). **Cultura alemã 180 anos**. Porto Alegre, RS. Nova Prova, p. 31-44.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- DE GROOT, R. Functions of nature: evaluation of nature in environmental planning, management and decision-making. **Amsterdam**: Wolters-Noordhoff, 1992, 315p.
- DE GROOT, R. Functions-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes. Landscape and Urban Planning. n.75, **Elsevier Publis**. 2006. 175-186p.
- DE GROOT, R. S.; MATTHEW, A. Wilson.; ROELOF, M. J. Boumans. A typology for the classification, description, and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics** 41. 2002. p. 393-408.
- DELPOUX, M. **Ecosystema e Paisagem**. Tradução: May Christine Moenesi. Métodos em Questão, IGEO/USP, São Paulo, n.13, p. 1-23, 1974.
- DE LIMA, A. V. **Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural?** In: ACTAS do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, CD-ROM. 2008. p.1-10.
- DENEVAN, W. M. Pre-European forest cultivation in Amazonia, In: **Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands**.

Ed. por W. Balée C. L. Erickson, 2006. p. 153-164. New York: Columbia University Press.

DENIS, P. **A Colonização do Rio Grande do Sul**. In: Bol. Geográfico. Rio de Janeiro, ano IX, n. 99, 1951. p.235-242.

DIEGUES, A. C. S; MILLIKAN, B. **A dinâmica social do desmatamento na Amazônia: populações e modos de vida em Rondônia e Sudeste do Pará**. São Paulo: UNRISD; USP, NUPAB, 1993.

DUFOUR, A. *et al.* Multifunctionality in agriculture and its agents: regional comparisons. **Sociologia Ruralis**. V. 47 n.4, 316-341, 2007.

FIGUEIREDO, E. **Ambiente rural – A utopia dos urbanos?** In: Desenvolvimento Rural: Desafio ou utopia? Estudos para Planejamento Regional e Urbano; nº 50, ed. CAVACO, C...Lisboa, PT: CEG-UL, 1999. p 263-279.

FLEXOR, G. **Agricultura Multifuncional e Meio Ambiente: especificidade territorial e conflitos em torno dos Recursos Naturais no Município de Paraty**. Disponível em: www.ebapei.fgv.br/radma/doc/Sma/Sma-032.pdf Acesso em: Novembro 2007.

FRANZEN, M. **Carta de 27 de agosto de 1832**. São Leopoldo: Familien Freund, 1924.

FROEHLICH, J. M. **Rural e Natureza: A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002.

GALLIANO, S. J.; LOEFFLER, G. M.. **Scenery Assessment: Scenic Beauty at the Ecoregion Scale**. General Technical Report PNW-GTR-472. Oregon, EUA. 2000. 30p

GALVÃO, M. J.; VARETA, D. N. 2010. **A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento**. (Cadernos de Doutorado em Geografia). 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/ez47/index.php>. Acesso em: 8 de ago. 2012.

GEDIEL A. L. B.; FROEHLICH, J. M. **Multifuncionalidade: O Rural Como Espaço Terapêutico**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/agroecologia%202004%201.pdf>. Acesso em: 12 agosto de 2014.

GRANDO, M. Z. **Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no RS**. Porto Alegre: FEE, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que Há de Realmente Novo no Rural Brasileiro?**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 19, n. 1, p.37-67, jan./abr. 2002.

GRESSLER, P. 1949. **Os velhos Gressler**. Candelária, Tipografia Francisco Schmidt, 300 p.

GROENFELDT, D. **Multifunctionality of agricultural water: looking beyond food production and ecosystem services.** *Irrigation and Drainage*. Volume 55, Issue 1. 2005. p. 73-83. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com.ez47./periodicos.capes.gov.br/doi/10.1002/ird.217/abstract>. Acesso em: 10 jul.2012.

GUTFREIND, I.; ARENDT, I.; DREHER, M. (Org) 2001. **Imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul: histórias de vida** (catálogo). São Leopoldo, Editora Unisinos, 101p.

HARNER, J. (2001) Place Identity and Copper Mining in Sonora, Mexico. *Annals of the Association of American Geographers*, 91 (4), pp. 660-680.

HAAS, J. M.; HILLIG, C. C. **A Abordagem da Pobreza Rural no Contexto das Novas Ruralidades.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/94.pdf>. Acesso em: 14 de Set. de 2014.

HOLMES, J. **Divergent Regional Trajectories in Australia's Tropical Savannas: Indicators of a Multifunctional Rural Transition.** *Geographical Research*. V. 48, I. 4 p. 342-358. 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1745-5871.2009.00630.x/abstract>. Acesso em: 20 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Malhas digitais** – Censo 2010- Unidades censitárias. Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Acesso em: 12 de maio de 2013.

KAGEYAMA, A.; DA SILVA, J. G. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** Campinas: UNICAMP. 1988.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

KIZOS, T. *et al.* Survival strategies of farm households and multifunctional farms in Greece. *The Geographical Journal*, Volume 177, Issue 4. 2011. p. 335–346. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1475-2011.00403.x/abstract>. Acesso em: 12 de jul. 2012.

KNICKEL, K.; RENTING, H. **Methodological and Conceptual Issues in the Study of Multifunctionality and Rural Development.** *Sociologia Ruralis*.V.40, I.4. p.512-528. 2000. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/1467-9523.00164/abstract>. Acesso em: 20 de jul. 2012.

KLEIN, J. A.; WOLF, S. A. **Toward Multifunctional Landscapes: Cross-Sectional Analysis of Management Priorities.** In New York's Northern Forest. *Rural Sociology*. Volume 72, I.3 p. 391-417. 2007. Acesso em: 15 jul. 2012. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1526/003601107781799317/abstract>.

KLEUGDEN, P. 1851. **Manuscrito do agente intérprete da colonização,** Pedro Kleugden. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 20, maço 37.

LIMA, M. I. F. **Paisagem, Terroir e Sistemas Agrários: um estudo em São Louren'xo do Sul**. 151f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2006. 151f.

LIMÓN, J. A. G.; TOSCANO, V. E.; GONZÁLEZ, M. R. **Measuring Individual Preferences for Rural Multifunctionality: The Importance of Demographic and Residential**. Journal of Agricultural Economics. Journal of Agricultural Economics, Vol. 63, No. 1, 2012, 1–24. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com.ez47.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/14754959.2011.00403x/abstract>. Acesso em: 15 de jul. 2012.

LOPES, J. J. R. **Considerações Gerais sobre a ex-Colônia de São Leopoldo**. Rio de Janeiro: Typographia Paula Brito, 1867.

LUI, G. H. e MOLINA, S. M. G. **A Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira** – Revista: Amazônica 1 (1): 200-228, 2009.

MALUF, R. **A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira**. In: CARNEIRO, Maria J. e MALUF, Renato. (Org.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MASSEY, D. **Imagining the World**. In: Allen J. and Massey, D. (eds.) Geographical Worlds, Oxford: Oxford University Press-The Open University. 1995.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial. 2003. Acessado em: 20 de fevereiro 2013. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/381716_6-1185895645304/4044168-185895685298/010CausasdesmatamentoAmazonia Brasileira.pdf.

MIORIN, V. M. F. **Características da modernização da agricultura no Centro – Nordeste do rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado (Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP. 1982. 175p.

MITCHELL, D. **The Lie of the Land: Migrant Workers and the California Landscape**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1991.

MONTEIRO, C. A. de F. **Geossistemas: A história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOTTER, A. F. C. **Um Olhar Sobre O Processo De Transformação Da Paisagem Na Bacia Do Rio Santa Rosa (Nw Do RS), De 1915 Até Os Dias Atuais**. Dissertação de mestrado (Mestre em Geografia) p 224. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. p.224. 2011.

NIEDERHUT, C. F. **100 Jahre Deutsches Leben in Brasilien**. São Leopoldo: Rotermund, 1924.

NUNES, J. O. R. **Multifuncionalidade rural e aproveitamento hídrico no Brasil**. Dezembro de 2009. Acessado em: 20 de set. 2012. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/17144/3/Multifuncionalidade%20e%20quest%C3%A3o%20h%C3%ADdrica%20no%20Brasil.pdf>.

NUNES J. O. R.; SERRANO J. A.S. Análise agrária da multifuncionalidade da terra na Província de Alicante–Espanha. **Revista NERA**. ANO 12, Nº. 14. Jan/Jul de 2009. ISSN: 1806-6755.

PÁDUA, J. A. 2002. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 318 p.

PASSOS, M. M. DOS. **Uma geografia transversal e de travessias**. O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Editora Massoni, 2007, 334p.

PIRES, P. dos S. **Avaliação da Qualidade Visual da Paisagem na Região Carbonífera de Criciúma – SC**. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DAS MISSÕES, RS. **Estudo de Situação**. Acessado em: 12 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.campinadasmissoes.rs.gov.br/paginapref/downloads>.

QUEVEDO DOS SANTOS., J. R.; SANTOS, T. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

RAMBO, A. B. 2004. **Às sombras do carvalho**. São Leopoldo, Nova Harmonia, 254 p.

_____. 1956. **A imigração alemã**. In: Enciclopédia Riograndense: O Rio Grande antigo. Canoas, Ed. Regional, p. 77-126.

_____. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 3 ed. São Leopoldo: UNISINOS. 1994. 473 p.

REIS, J. T. **Análise De Fragilidade Ambiental em Bacia Hidrográfica Urbana para Subsidiar uma Avaliação Ambiental Integrada**. Tese (Doutora em Recursos Hídricos e saneamento Ambiental. p.227. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do sul, UFRGS. P.227, 2012.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSE, G. (1995) **Place and Identity: A Sense of Place**. In Massey, Doreen and Jess, Pat (eds.) *A Place in the World? Places, Cultures and Globalisation*. Oxford: Oxford University Press/The Open University. p. 87-132.

ROUX, B. e FOURNEL, E. **Multifuncionalidade emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo nas zonas montanhosas de Languedoc Roussillon**. In: CARNEIRO, Maria J. e MALUF, Renato. (Org.) *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SACHS, I. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Estudos Avançados. São Paulo: Edusp, 9(25), 1995. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/8885/10437>.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4^o Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SALAMONI, G. **Produção Familiar: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável – O Exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS.** 325 f. Tese de Doutorado (Doutor em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2000. 325 f.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 39, n. 3, p. 117-142, jul./set. 2001.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SARAH, H.; MAHON, M. e McDONAGH, J. Interdisciplinary interpretations and applications of the concept of scale in landscape research. **Journal of Environmental Management** 113 (2012) 137e145. Elsevier Ltd. All rights reserved. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em: 23/01/2014.

SEIDLER, C.I F. G. 1976. **Dez anos no Brasil.** São Paulo; Brasília, Martins, INL, 318 p.

SOARES, A. C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar.** In: Revista Proposta, nº 87, Dezembro/Fevereiro de 2001.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e seus valor atual. **Boletim de Geografia do rio Grande do Sul.** Porto Alegre. Ano 21, n. 172, 1961.

SPENGLER, C. A. **Microcrédito e Crédito Cooperativo: A Experiência da Icc-Blusol E Cresol no Desenvolvimento da Região do Vale do Itajaí.** I SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE. Ago. de 2012. Rio de Janeiro - RJ – Brasil. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/sedres/article/viewFile/3927/3837>. Acesso em: 11 de Set. 2014.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, A. R.; WANDSCHEE, E. A. R.; DE SOUZA, M. **A Multifuncionalidade da Agricultura e a Contribuição do Turismo Rural Pedagógico.** Extensão Rural. DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan a Dez de 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/601.pdf>. Acesso em: 12 de Set. 2014.

TRICART, J. 1982. El Pantanal: un ejemplo del impacto geomorfológico sobre el ambiente. **Revista Informaciones Geograficas** (Chile), vol. 29, p. 81-98.

TROLL, C. 1971. **Landscape Ecology** (geo-ecology) and bio-ceonology – a terminology study. erforschung. *Geoforum*. 8: 43-46.

TOTH, R. E. **Theory and Language in landscape analysis, planning and evaluation.** *Landscape Ecology* vol. 1, no. 4 p. 193-201 SPB Academic Publishing bv. 1988, p. 193-201.

WANDERLEY. M. N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. "Prefácio". In: MALUF, R. S. & CARNEIRO, M. J. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

_____. A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – O Rural como Espaço Singular e Coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.15, outubro, 2000. 258p.

WEECH, Friedrich Von. 1992. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. São Paulo, Martins Fontes, 187 p.

WIDGREN, M. 2004. Can landscapes be read? In: Palang, H., Sooväli, H., Antrop, M., Setten, G. (Eds.), **European Rural Landscapes: Persistence and Change in a Globalising Environment**. Kluwer, Dordrecht, pp. 455e465.

UMANN, J. 1981. **Memórias de um imigrante boêmio**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia (EST).

VAN DEPOELE, L. **The European Model of Agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development**. In: INTERNACIONALCONFERENCE EUROPEAN RURALPOLICYAT THE CROSSROADS, 2000, Aberdeen, Scotland. Conference Papers. Disponível em: <http://www.abdn.ac.uk/irrr/arkleton/conf2000/papers/vdepoele.doc>. Acessado em: 01 de Fev. 2013.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

APENDICES

APÊNDICE A - Entrevista agricultura familiar

I – IDENTIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

1. Localidade do estabelecimento: Nome

2. O agricultor reside no estabelecimento?

1. sim () 2. Não ()

2.1. Quanto tempo _____.

2.2. Distância até a cidade: _____.

3. Número de pessoas que residem no estabelecimento

a) () Agricultor () b) esposa () c) quantos filhos ().

3.1 Qual a idade _____ . Escolaridade a) _____. b) _____. c) _____

4. Quantas pessoas compõem a força de trabalho? () “_____”

5. As atividades que contribui na formação da renda do estabelecimento.

1.() agrícola 2.() pecuária 3.() agropecuária 4.() Não agropecuárias

5.1 Sendo Não agropecuária, informe a atividade:

5.2 Qual a principal, entre as citadas:

6. Qual a participação percentual das atividades na renda bruta do estabelecimento:

1 Atividade agrícola ()

2 Atividade pecuária ()

3 Atividade Agropecuária ()

4 Atividade Não agropecuária ().

II. TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

7. O estabelecimento transforma artesanalmente algum produto:

1. Sim () 2. Não ()

7.1 Quais os produtos transformados? _____

a) 1. Cana-de-açúcar () transformação:

b) 2. Horticultura () transformação:

c) 3. Uva () transformação:

d) 4. Fruticultura () transformação:

e) 5. Leite () transformação:

f) 6. Suínos () transformação:

g) 7. Bovino () transformação:

h) 8. Madeira () transformação:

7.2 Os produtos processados possuem uma marca de identificação? Cite-a__

8. Qual a mão de obra utilizada no estabelecimento:

1. () familiar. 2. () familiar com contratação eventual de assalariados

3. () Outra? Qual?

8.1. De quem recebe informações e orientações técnicas para transformar a matéria-prima:

1. EMATER () 2. Familiares () 3. Sindicato dos trab. Rurais ()

4. Outro, () Qual? _____

9. Quais os motivos que levaram a agregar valor aos produtos no estabelecimento?

1. () Melhorar a renda familiar.

2. () Baixa remuneração recebida pelos produtos da matéria-prima.

3. () Demanda do mercado urbano.

4. () Associação de agricultores locais.

5. () EMATER, Prefeitura.

6. () OUTRO

9.1 Motivações, qual?

10. Utiliza agrotóxico na produção?

1. Sim () 2. Não ()

1. Na lavoura () 2. No armazenamento () 3. Em ambos ()

10.1 Em quais culturas são utilizados agrotóxicos? _____

10.2 Quais os tipos de agrotóxicos utilizados? _____

10.3. A aplicação é realizada por mão de obra:

1. Familiar (). 2. Contratada ().

11. Renda familiar total:

- a) 1/2 salário mínimo ()
 b) Um salário mínimo ()
 c) Dois salários mínimos ()
 d) Três salários mínimos ()
 e) Quatro salários mínimos ()
 f) Cinco salários mínimos ()
 g) Mais de cinco salários mínimos ()

12. Recebe auxílio governamental?

- a) Sim () (especificar):

b) Não () (especificar porque não)

13. Tamanho da propriedade (em ha) _____

14. Quantos % da propriedade é explorada _____

III – ARTESATO E TURISMO RURAL

1. Qual o tipo de artesanato produzido no estabelecimento: _____

2. Quais os motivos que levaram a praticar atividades de artesanato rural?

IV - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: _____

1. O estabelecimento está associado a alguma entidade rural ou turística?

1. () Sim 2. () Não

2. Localização:

1. () área rural 2. () área urbana

3. Especialização:

1. () Vinicultura 2. () Horticultura 3. () Fruticultura
 4. () Panificação 5. () Massas 6. () Conservas
 7. () Rapadura 8. () Melado 9. () Apicultura

10. () Piscicultura 11. () Laticínios 12. () Apicultura

4. Tipo de empreendimento:

1. () Agroindústria familiar 2. () Pousada e restaurante
3. () Hotel fazenda 4. () Pesque e pague 3. () Agroturismo
4. () Outro, qual? _____

5. Instalações:

1. () Ar condicionado 2. () Loja de produtos rurais 3. () Bar
4. () mesas ao ar livre 5. () Outros, quais: _____

6. Produtos rurais a venda:

1. () In natura 2. () Transformados

6.1 In natura, quais?

6.2 Transformados, quais? _____

7. Quais os motivos que levaram a partir para este empreendimento? _____

8. Tempo de atuação no mercado da agroindústria familiar:

1. () Menos de um ano 2. () Um ano 3. () De um a 5 anos
4. () De seis a dez anos 5. () Mais de dez anos

9. Grau de Instrução da pessoa encarregada pela administração da agroindústria:

1. () Ensino fundamental 2. () Nível médio 3. () Nível superior
4. () Curso específico, qual?

10. Qual a origem do capital predominante do empreendimento?

- () Nacional Estatal
() Nacional Privado, empresa única
() Nacional Privado, participante de grupo de empresas
() Multinacional

11. Os produtos são vendidos:

1. () Apenas para o mercado do próprio município

2. () Apenas para o mercado de outros municípios
3. () Para o mercado do próprio município e outros municípios dentro do Estado
4. () Para o mercado do próprio estado, de outros estados e para o exterior .

12. Qual a descendência da

família:_____

14. De onde vieram os avôs?_____

15. O que mais lhe marcou na vida, de sua infância até hoje?_____

16. Gosta de atuar no que faz?_____

Porque?_____

V – ASPECTOS E CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM

1. Qual a destinação dada para as embalagens vazias de agrotóxico?

1. () Devolve ao posto de recolhimento

2. () Queima

3. () Enterra

2. Qual o procedimento executado para a devolução das embalagens de agrotóxicos?

1.() Tríplice Lavagem, perfurar e devolver também a tampa desparafusada

2.() Tríplice Lavagem

3.() Não executa nenhum procedimento

3. No ato da compra dos defensivos agrícolas o vendedor/técnico recomenda alguma orientação adequada para a devolução e manuseio das embalagens vazias de agrotóxicos?

1.() sim 2. () Não

4. Na propriedade, ocorre reflorestamento?

1. () Sim 2. () Não

4.1 Quantos Hectares? _____

5. Quantos hectares existem com mata nativa? _____

5.1 Quantos com exótica? _____

6. Protege as nascentes dos rios na propriedade

1. () Sim 2. () Não

7. De onde vem a água da propriedade?

1. () Poço Artesiano 2. () Poço próprio 3. () CORSAN

7.1 Quantos metros_____

8. A água utilizada para beber é boa?

1. () Sim 2. () Não 3. () Não é muito boa.

8.1 Porquê_____

9. Sabe onde fica a Fonte de procedência?

1. Sim () 2. Não ()

9.1 Tem mata em volta?

1. Sim () 2. Não ()

10. Na propriedade tem:

- | | |
|----------------------------------|-----------------------|
| 1. () Energia elétrica | 2. () Telefone |
| 3. () Fossa séptica | 4. () Poço negro |
| 5. () Instalação hidrosanitária | 6. () Água encanada. |

11. Antigamente, quais os tipos e/ou espécies de animais que existiam na propriedade?_____

12. Hoje, o que ainda possui?_____

13. Descreva como era a propriedade quando chegou aqui_____

13.1 Descreva as mudanças que ocorreu na propriedade e por quê elas aconteceram?_____

14. No início plantou o quê?

1ª _____

2º _____

3º _____

4º _____

APÊNDICE B – Da Paisagem natural à paisagem rural multifuncional: uma retrospectiva das atividades no município de Campina das Missões.

Relatos de colonizadores alemães tratam das dificuldades de penetração na mata e a necessidade de abertura de picadas paralela ou não aos cursos de água e, assim foram instalando seus lotes. Posteriormente, iniciaram a derrubada da mata para dar início as lavouras e construir moradias, galpões e outras benfeitorias (Figura B.1).



Figura B.1: Caminhão com tora de Angico retirada em meio a mata virgem.
Fonte: Museu de Cândido Godói, RS, 2014.

A religiosidade sempre foi um marco forte dos imigrantes alemães, pois foi na fé que conseguiram alicerce para continuar sua caminhada e progredir. Desde o início da colonização celebram Corpus Christi que é uma festa religiosa da Igreja Católica, com procissões em via pública para celebrar o mistério da Eucaristia o Sacramento do corpo e do sangue de Jesus Cristo (Figura B.2)



Figura B.2: Celebração de Corpus Christi pelos católicos imigrantes em Campina das Missões, RS em 1930.

Fonte: Prefeitura Municipal, Campina das Missões, RS.

O cenário foi se modificando conforme o avanço dos migrantes alemães frente à natureza original do município. A paisagem natural constituída de florestas e campinas foram dando espaço ao cultivo do solo (Figura B.3).



Figura B.3: Derrubada da mata para o plantio de subsistência, Amadeu Norte - Campina das Missões, 1930.

Fonte: Perius, 2014.

Assim, constitui-se de uma paisagem específica, com identidade(s), marcas do processo de colonização efetivado na área, onde religiosidade, alimentação, estrutura fundiária se baseia em pequenas propriedades rurais e a produção de alimentos e excedentes são oriundos do trabalho familiar caracterizando uma cidade pequena.

O primeiro estágio da colonização alemã no município se reporta aos atrativos naturais onde flora e fauna eram exuberantes e ricas em espécies. Este espaço cedeu lugar a experiência dos imigrantes alemães oriundos das colônias velhas, a maioria da região do Vale do rio dos Sinos.

Em 1919, Campina das Missões já possuía várias pequenas indústrias, o desenvolvimento registrado pode ser observado pela paisagem cujas casas comerciais refletem o crescimento, sinal de produção de excedentes e consumo de produtos oriundos das colônias. A Figura B.4 registra a casa Comercial de Antonio Backes em 1930, período em que Campina das Missões, ainda, pertencia ao distrito de Santo Ângelo – RS.



Figura B 4: Casa comercial Antonio Backes, 1930
Fonte: Prefeitura Municipal, Campina das Missões, RS.

No período de estagnação, em que Campina das Missões foi distrito de Santa Rosa, as pequenas indústrias atravessaram período de crise, mas se mantiveram. Neste período, registra-se a pesagem de fumo um dos produtos cultivados pelos imigrantes alemães, que era destinado para o consumo próprio e para a venda (Figura B. 5).



Figura B.5: Pesagem de fumo, 1933.

Fonte: Prefeitura Municipal, Campina das Missões, RS.

Na época Campina das Missões, assegurava altos índices de produtividade em cana-de-açúcar que era plantada para a alimentação do gado e servia de alimento humano, através da extração do melado, Schmier, açúcar mascavo, juntamente com a compota de laranja que era consumida como sobremesa após as refeições.

Na figura B.6 pode ser resgatada as prensas que eram utilizadas para o moinho para extração do caldo da cana-de-açúcar. As prensas iniciais eram de madeira e movidas por bovino ou equino, dependendo dos animais que haviam nas colônias alemãs.



Figura B.6: Prensas para cana de açúcar, 1940.

Fonte: Prefeitura Municipal, Campina das Missões, RS.

Assim como a religiosidade, o cooperativismo também esteve presente entre os colonos alemães. Pois, a origem do cooperativismo gaúcho segundo Vogt e Radünz (2013) além de estar ligado ao associativismo cristão, constituiu-se, em grande parte, em uma adaptação à realidade local de uma experiência anteriormente vivenciada na prática na Europa.

As regiões coloniais se identificavam no passado por constituírem uma consolidada tradição comunitária e pelo desenvolvimento de uma infinidade de práticas solidárias e associativas. Este cooperativismo pode ser destacado na figura B.7 com a instalação de uma cooperativa organizada pelos imigrantes em campina das Missões- RS.



Figura B.7: Sede de uma cooperativa no município, 1940.

Fonte: Prefeitura Municipal, Campina das Missões, RS.

No contexto geral, o meio de transporte mais utilizado pelos imigrantes era o cavalo ou a jardineira quando se destinava ao transporte de pessoas ou mercadorias leves. A união entre os imigrantes era muito forte, eles procuravam andar em grupos no início da colonização com forma de protegerem as fronteiras contra invasões (Figura B.8).

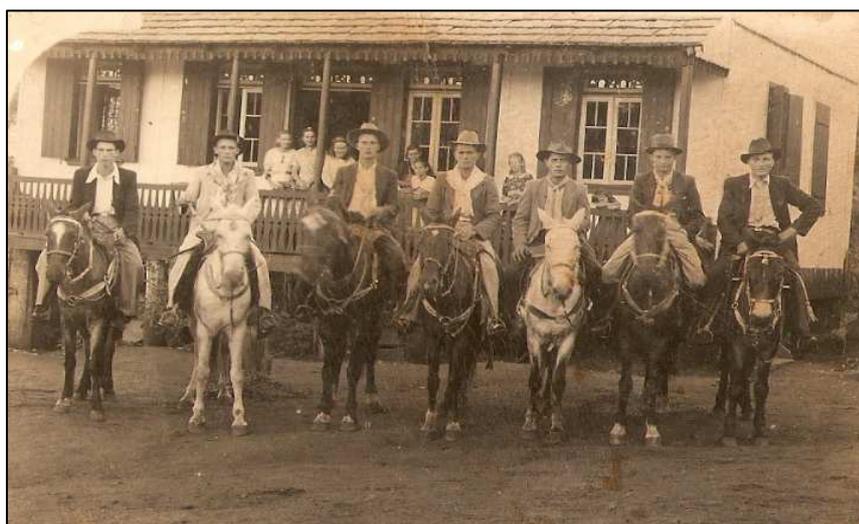


Figura B.8: Meio de transporte dos imigrantes no município
Fonte: Prefeitura Municipal, Campina das Missões, RS.

Alguns imigrantes foram adquirindo seu primeiro automóvel. Estes eram os que haviam obtido melhores condições financeiras e se dedicaram a transportar produtos das colônias. Assim um automóvel bastante usado para este fim foi a “Carreta agrícola” (Figura B.9).



Figura B.9: Carreta agrícola de Leopoldo E. Goerlach, 1943
Fonte: Prefeitura Municipal, Campina das Missões, RS.

A paisagem marca, neste período, o desenvolvimento de dois núcleos que deram origem ao município, o povoamento de colônias de forma isolada e a criação de atividades comerciais e modestas indústrias.

A modernização da agricultura assegurou a continuidade da prática agrícola, mas para isso, foi necessário adotar um pacote, investir em produtos químicos e técnicas de preservação que passaram a ser implantadas na década de 1960 e início de 1970. (Figura B.10).

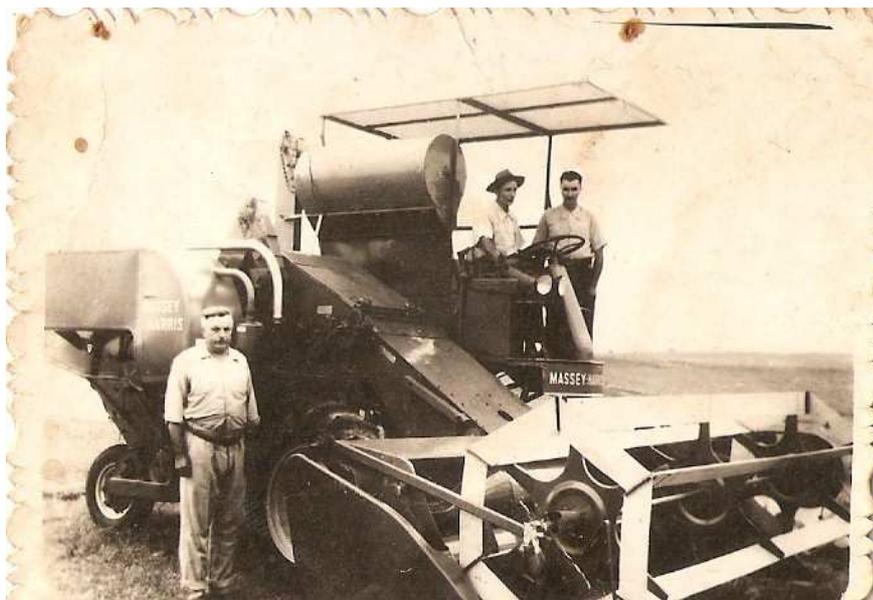


Figura B.10: Máquina automotriz de colonos em Campina das Missões, RS.

Fonte: Prefeitura Municipal, Campina das Missões, RS.

A partir da década de 1960 o município é marcado por uma paisagem produtiva, diferente da anterior marcada por lotes coloniais, mata nativa associada a capoeira e áreas produtivas de subsistência, principalmente, feijão e milho.

Inicia-se o processo de modernização, onde o sistema produtivo recorre ao um complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção no Município, alterando as formas de produção agrícola gerando efeitos sobre a paisagem. A terra passa a ser removida com auxílio de maquinário moderno facilitando o plantio agrícola.

A introdução da monocultura por meio da produção da soja em grande escala acelerou os processos de degradação da capacidade produtiva do solo. Diante deste quadro, passou a se modernizar a agricultura nas pequenas propriedades, configurando mudanças significativas na estrutura agrícola, comercial e industrial colocando em destaque o produto da soja. Assim, têm-se uma pequena propriedade rural monocultora com produção em escala comercial dependendo da tecnologia nos moldes de grandes propriedades.

Esta transição das atividades produtivas gerou mudanças significativas na paisagem afetando os recursos naturais (Figura B.11).



Figura B.11: A monocultura da soja com plantio direto, 1990.
Fonte: EMATER, Campina das Missões, RS.

A adoção da modernização da agricultura trouxe grandes mudanças nos métodos e nas técnicas de produção, com o uso intensivo de máquinas, insumos e equipamentos resultando na extinção da vegetação nativa. Ocorreram mudanças profundas no modo de produção e transformação da paisagem, com o desaparecimento de elementos do espaço natural. Para acompanhar este cenário agrícola investiu-se em infraestrutura para o armazenamento e estocagem da produção em paióis (Figura B.12).



Figura B.12: Paiol para armazenar a produção agrícola, 1987.
Fonte: EMATER, Campina das Missões, RS.

Logo, alternativas foram incentivadas pelos técnicos da EMATER, uma vez que a produtividade da terra por hectare era muito baixa tratando-se de pequenos agricultores rurais o plantio continuava de forma rudimentar. Alguns agricultores rurais recorreram a empréstimos em banco e tentaram migrar para a plantação de citros. Como resultado da plantação dos citros, as mudas que foram plantadas foram enviadas aos agricultores com fungos vindos do viveiro onde foram adquiridas, restando aos agricultores uma dívida no banco que teve de ser paga mesmo perdendo a plantação. As árvores frutíferas foram queimadas por se tratar de uma doença contagiosa a outras árvores frutíferas. Além desta alternativa, outros agricultores recorreram à apicultura, plantação de abacaxi e piscicultura, respectivamente (Figura B.13).



Figura B.13: Alternativas sugeridas aos pequenos agricultores rurais, apicultura, plantação de abacaxi, piscicultura e citros (respectivamente), 1986. Fonte: EMATER, Campina das Missões, RS.

A produção de grãos por um grande número de famílias no passado vem diminuindo gradativamente, parte em virtude do êxodo dos jovens e adultos para o meio urbano, a concentração de aposentados no interior e a migração dos agricultores familiares rurais para outras fontes produtivas.

O agricultor familiar rural constatou a necessidade de mudança da matriz produtiva, recorrendo a técnicas mais desenvolvidas. Para tanto, muitos apostaram na suinocultura e outros na produção do leite trazendo rendimentos e lucro aos agricultores rurais (Figura B.14).



Figura B.14: Mudança na matriz produtiva adotando a suinocultura e o gado leiteiro.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina das Missões, RS.

Com a mudança na matriz produtiva, o leite se tornou a principal fonte de renda dos agricultores rurais modificando a paisagem local, aumentando a produtividade das famílias. O aumento da produtividade se deve a práticas de melhoria da conservação do solo com pastagens permanentes utilizando a inseminação artificial, pastoreio rotativo refletindo na melhoria da qualidade do leite.

A noção de agricultura sustentável consiste na visão de um sistema produtivo de alimentos e fibras garantindo a manutenção, em longo prazo, dos recursos naturais e da produtividade agrícola com o mínimo de impacto ambiental, satisfazendo as necessidades humanas de alimentos e renda das famílias e das comunidades rurais. Com este intuito, alguns agricultores familiares rurais investiram na horticultura (Figura B.15).



Figura B.15: Horticultura desenvolvida no interior do município.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Campina das Missões, RS.

A mudança, em algumas propriedades rurais, estabelece a saída do modelo estabelecido pela revolução verde na busca de um desenvolvimento rural sustentável, com preocupação ambiental visando a melhoria da qualidade dos alimentos. Por outro lado, é importante salientar que a agricultura ecológica não satisfaz aos interesses das empresas transnacionais do ramo agrícola e por isso algumas famílias continuam com a produção voltada ao mercado externo, objetivando a produção de soja, trigo e fumo contendo altos índices de agrotóxicos (Figura B.16).



Figura B.16: Produção de fumo em propriedade familiar rurais, Amadeu Norte.
 Trabalho de Campo, Linha Amadeu Norte, 2013.

As pequenas propriedades são de fato, grandes propulsoras da diversificação da produção, onde o homem busca o contato com as atividades no meio rural. Por esta razão muitos recorrem a atividades complementares tanto agrícolas, pecuárias como não agrícolas. Como complemento da renda familiar na Figura B.17 um agricultor familiar rural investe na produção de vassouras artesanais de cozinha.



Figura B.17: Agricultor familiar que cultiva e vende vassouras
Trabalho de Campo, Linha Amadeu Norte, 2013.

Com o propósito de aumentar o lote colonial o agricultor foi transformando a paisagem trazendo heterogeneidade, por meio da produção de subsistência (policultura), posteriormente com as políticas inspiradas na “modernização da agricultura”, tentou a homogeneidade com a produção voltada ao mercado externo e atualmente busca fontes alternativas como complemento da renda, entre elas em atividades não agrícolas.